

YURI SLEZKINE

AS CASAS  
DOS SOVIETES



 IMPRENSA  
DE HISTÓRIA  
CONTEMPORÂNEA



**AS CASAS  
DOS SOVIETES**



YURI SLEZKINE

AS CASAS  
DOS SOVIETES

DOIS ENSAIOS E UMA ENTREVISTA

*traduções de*

Bruno Peixe Dias

e Pedro Martins (introdução)

© 2024, Yuri Slezkine

Imprensa de História Contemporânea

imprensa.ihc@fcsh.unl.pt

<http://imprensa.ihc.fcsh.unl.pt>

Av. de Berna, 26 C

1069-061 Lisboa

Título: *As Casas dos Sovietes: Dois Ensaios e Uma Entrevista*

Autor: Yuri Slezkine

Traduções de Bruno Peixe Dias e Pedro Martins (introdução)

Revisão de Inês Hugon e José Neves (introdução)

Capa e composição: Tinta-da-china

A fotografia da capa é do arquivo pessoal do autor

1.ª edição: Janeiro de 2024

ISBN: 978-989-8956-50-7 (impresso)

978-989-8956-51-4 (EPUB)

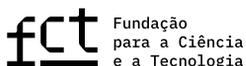
978-989-8956-52-1 (Mobi)

978-989-8956-53-8 (PDF)

DOI: <https://doi.org/10.34619/i56w-w25u>

DEPÓSITO LEGAL: 526259/24

Publicação financiada por fundos nacionais através da  
FCT — Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P.,  
no âmbito dos projectos UIDB/04209/2020,  
UIDP/04209/2020 e LA/P/0132/2020.



# ÍNDICE

Introdução	9
A URSS enquanto apartamento comunitário, ou: Como é que um Estado socialista promoveu o particularismo étnico	11
A vida amorosa dos bolcheviques	67
Espelhos, quartos, e um edifício muito grande. Uma conversa com Yuri Slezkine sobre etnógrafos russos, historiografia da União Soviética e literatura.	75



# INTRODUÇÃO

É com especial prazer que vejo este livro ser publicado em português, a língua que aprendi como estudante universitário e que falei durante dois dos anos mais felizes — e, de muitas maneiras, mais significativos — da minha vida: 1978-1979 na Beira, em Moçambique (onde fiz 23 anos), e 1982 em Lisboa.

Estes anos não foram apenas a minha idade de ouro a nível pessoal, mas também o início da minha carreira como historiador. Como disse ao José Neves na entrevista incluída nesta coletânea, foi na Beira que me apercebi de que a expansão imperial de Portugal e da Rússia haviam começado quase ao mesmo tempo e foi em Lisboa, num país que então ainda tentava encontrar a sua nova voz e um novo passado, que decidi estudar impérios, etnicidade, nacionalismo — e, claro, revoluções. A revolução portuguesa tinha então acabado de acontecer e na Rússia uma nova revolução (ou terá sido antes uma contrarrevolução?) estava prestes a tomar forma. A minha morada na Amadora, na Praceta da Quinta Nova, parecia prometer uma nova partida.

O tema principal desta coletânea são estruturas residenciais — quartos, apartamentos, edifícios. Nós somos onde vivemos, entre outras coisas. As minhas próprias mudanças — de quartos concorridos em apartamentos comunitários para o apartamento «separado» dos meus pais num pré-fabricado da era de Krushchev, depois para uma suite no Prédio dos Cooperantes na Beira (não construído para pessoas como eu, certamente) e mais tarde para a Praceta da Quinta Nova, de abençoada memória — são, de certa forma, simbólicas de uma geração inteira. A história soviética era dominada por edifícios, tanto reais como metafóricos, desde o assalto ao Palácio de Inverno em 1917 (a resposta soviética à tomada da Bastilha) à defesa da Casa Branca de

Moscovo durante a tentativa de golpe de estado de 1991, passando pela «construção do socialismo». A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas assemelhava-se a um grande apartamento comunitário. O corpo incorruptível do líder da revolução era exibido num mausoléu especial. Os «Velhos Bolcheviques» sobreviventes mudaram-se das «Casas dos Sovietes», antigos hotéis onde viviam de forma mais ou menos comunitária, para a «Casa do Governo», um grande edifício onde residiam em apartamentos de família, rodeados por guardas e criadas. A Casa do Governo foi construída do lado do rio Moscovo, mesmo em frente à maior igreja da Rússia: a Catedral de Cristo Salvador. Em 1931, esta igreja foi dinamitada para abrir espaço para a construção daquele que teria sido o edifício público definitivo, o Palácio dos Sovietes. O arquiteto de ambas as estruturas, Boris Iofan, recebeu uma *penthouse* na Casa do Governo, de frente para o local onde se localizaria o seu próximo projeto de construção. O corpo de Estaline foi trazido e retirado do Mausoléu de Lenine. O Palácio dos Sovietes nunca foi construído; as suas fundações deram lugar à maior piscina ao ar livre do mundo, de onde o vapor emanava durante os longos invernos moscovitas. Após a queda da União Soviética (frequentemente comparada ao colapso de um edifício), a piscina foi esvaziada e a Catedral de Cristo Salvador, de novo a maior a igreja da Rússia, reconstruída.

Esta coletânea inclui um artigo sobre a União Soviética como uma federação multinacional, na qual diferentes repúblicas nacionais ocupavam quartos semiautónomos; um ensaio sobre a relação entre o amor jovem, os «Velhos Bolcheviques» e a domesticidade a que se viram condenados; e uma conversa sobre história soviética e as várias casas que ela contém.

A URSS ENQUANTO  
APARTAMENTO COMUNITÁRIO,  
OU: COMO É QUE UM ESTADO  
SOCIALISTA PROMOVEU O  
PARTICULARISMO ÉTNICO

Originalmente publicado como «The USSR as a Communal Apartment, or How a Socialist State Promoted Ethnic Particularism», *Slavic Review* 53, n.º 2 (1994): 414-452. A primeira versão deste artigo foi escrita para um seminário organizado pelo *Program for Comparative Studies in Ethnicity and Nationalism* [Programa de Estudos Comparativos sobre Etnicidade e Nacionalismo] na Henry M. Jackson School of International Studies, da Universidade de Washington. Agradeço aos copresidentes do programa, Charles Hirschman e Charles F. Keyes, pela sua hospitalidade e pelas suas críticas, bem como pela sua autorização para submeter o texto à *Slavic Review*.

A política soviética para as nacionalidades foi concebida e executada por nacionalistas. A aceitação, por parte de Lenine, da realidade das nações e dos «direitos nacionais» foi uma das posições mais intransigentes que assumiu. A sua teoria do bom nacionalismo («nação oprimida») constituiu o fundamento conceptual da União Soviética, e a sua política de «construção nacional» (*natsional'noe stroitel'stvo*) compensatória foi uma tentativa espetacularmente bem-sucedida de convergência, patrocinada pelo Estado, entre língua, «cultura», território e burocracia alimentada a quotas. A Guarda Leninista assegurou prontamente a retaguarda (com Bukharin a completar em 1923 a sua viragem vertiginosa do cosmopolitismo em direção ao nacionalismo não russo), mas foi Estaline que veio a ser o verdadeiro «pai das nações» (embora não de todas as nações e nem sempre). A «Grande Transformação» de 1928-1932 tornou-se a celebração de diversidade étnica mais extravagante alguma vez financiada por um Estado; o «Grande Recuo» de meados dos anos 30 reduziu o campo das «nacionalidades florescentes», mas apelou a um cultivo ainda mais intensivo daquelas que tinham florescido; e à Grande Guerra Patriótica seguiu-se uma explicação ex-cátedra de que a classe era secundária relativamente à etnicidade, e que apoiar o nacionalismo em geral (e não apenas o nacionalismo russo ou a «libertação nacional» dos países estrangeiros) era um princípio sagrado do marxismo-leninismo.

Se esta história parece estranha, é porque a maior parte das abordagens históricas à política soviética para as nacionalidades foi produzida por académicos que partilhavam os pressupostos de Lenine e de Estaline relativamente ao carácter ontológico das nacionalidades, e seus direitos especiais, que elogiaram a promoção vigorosa de culturas

nacionais e de quadros nacionais, e que os criticaram por não estarem à altura das suas próprias promessas (muitos menos das wilsonianas) de autodeterminação nacional, e que assumiram que o «nacionalismo burguês» contra o qual os bolcheviques invetivavam era igual à crença na autonomia linguística, cultural e, portanto, política que correspondia ao entendimento do nacionalismo por parte dos próprios «académicos burgueses». Todos os tipos de nacionalismo não russo pareciam naturais, e a versão russa do universalismo marxista parecia ser tão russa ou tão universalista que a maior parte destes académicos não conseguiu ver a etnofilia crónica do regime soviético, tomando-o por garantido ou explicando-o como um sintoma de desvio, fraqueza ou negligência. Este ensaio constitui uma tentativa de reconhecimento da seriedade dos esforços bolcheviques em prol do particularismo étnico<sup>1</sup>. Intransigentemente hostis para com os direitos individuais, promoveram de forma entusiástica, deliberada e consistente os direitos grupais, que nem sempre coincidiram com os do proletariado. «O primeiro Estado dos trabalhadores e camponeses do mundo» foi o primeiro Estado do mundo a institucionalizar o federalismo etnoterritorial, a classificar todos os cidadãos de acordo com as suas nacionalidades biológicas e a prescre-

1 Não é primeira tentativa, claro, mas espero que seja suficientemente diferente das outras para que valha o esforço. A minha maior dívida é para com o trabalho de Ronald Grigor Suny, recentemente resumido no seu livro *The Revenge of the Past: Nationalism, Revolution, and the Collapse of the Soviet Union* (Stanford: Stanford University Press, 1993). Sobre as três últimas décadas, ver também Kenneth C. Farmer, *Ukrainian Nationalism in the Post-Stalin Era* (Haia: Martinus Nijhoff, 1980); Gail Warshofsky Lapidus, «Ethnonationalism and Political Stability: The Soviet Case», *World Politics* 36, n.º 4 (julho de 1984): 355-80; Philip G. Roeder, «Soviet Federalism and Ethnic Mobilization», *World Politics* 23, n.º 2 (janeiro de 1991): 196-233; Teresa Rakowska-Harmstone, «The Dialectics of Nationalism in the USSR», *Problems of Communism* XXIII (maio-junho de 1974): 1-22; e Victor Zaslavsky, «Nationalism and Democratic Transition in Postcommunist Societies», *Daedalus* 121, n.º 2 (primavera de 1992): 97-121. Acerca da promoção das línguas nacionais e do bilinguismo, ver o trabalho de Barbara A. Anderson e Brian D. Silver, especialmente «Equality, Efficiency and Politics in Soviet Bilingual Education Policy, 1934-1980», *American Political Science Review* 78, n.º 4 (outubro de 1984): 1019-39; e «Some Factors in the Linguistic and Ethnic Russification of Soviet Nationalities: Is Everyone Becoming Russian?», in Lubomyr Hajda e Mark Beissinger, eds., *The Nationalities Factor in Soviet Politics and Society* (Boulder: Westview Press, 1990). Para uma análise fascinante do nacionalismo patrocinado pelo Estado, num Estado comunista não federal, ver Katherine Verdery, *National Ideology under Socialism: Identity and Cultural Politics in Ceausescu's Romania* (Berkeley: University of California Press, 1991).

ver formalmente um tratamento preferencial a certas populações definidas etnicamente<sup>2</sup>. Como escreveu I. Vareikis em 1924, a URSS era um grande apartamento comunitário no qual «unidades estatais nacionais, várias repúblicas e províncias autónomas» representavam «diferentes quartos»<sup>3</sup>. Extraordinariamente, os senhorios comunistas reforçaram muitas das divisórias e nunca deixaram de celebrar ao mesmo tempo as divisões separadas e o comunalismo<sup>4</sup>.

Uma nação, escreveu Estaline no seu primeiro esforço erudito, «é uma comunidade estável, que evoluiu historicamente, baseada numa língua, num território e numa vida económica comuns, bem como numa constituição psicológica manifestada numa comunidade de cultura»<sup>5</sup>. Nas vésperas da Primeira Guerra Mundial, esta definição não era muito controversa entre os socialistas. Havia desentendimentos relativamente às origens das nações, ao futuro do nacionalismo, à natureza das nacionalidades pré-nacionais, à utilidade política e económica dos Estados-nações e à importância relativa dos «traços distintivos» das nações, mas todos pareciam assumir que, para o melhor e para o pior, a humanidade era constituída por *Sprachnationen* mais ou menos estáveis, unidas por um passado comum<sup>6</sup>. A língua e

2 Para um excelente resumo dos debates recentes em torno das fronteiras étnicas das comunidades políticas, ver David A. Hollinger, «How Wide the Circle of the 'We'? American Intellectuals and the Problem of Ethnos since World War Two», *American Historical Review* 98, n.º 2 (abril de 1993): 317-37.

3 I. Vareikis e I. Zelenskii, *Natsional'no-gosudarstvennye razmezhavanie Srednei Azii* (Tashkent: Sredne-Aziatskoe gosudarstvennoe izdatel'stvo, 1924), 59.

4 Para uma elaboração inteligente a partir da metáfora inversa (o apartamento comunitário enquanto URSS), ver Svetlana Boym, «The Archeology of Banality: The Soviet Home», *Public Culture* 6, n.º 2 (1994): 263-92.

5 I. V. Estaline, *Marksizm i natsional'nyi vopros* (Moscou: Politizdat, 1950), 51.

6 Para os primeiros debates marxistas sobre o nacionalismo, ver Walker Connor, *The National Question in Marxist-Leninist Theory and Strategy* (Princeton: Princeton University Press, 1984); Hélène Carrère d'Encausse, *The Great Challenge: Nationalities and the Bolshevik State, 1917-1930* (Nova Iorque: Holmes and Meier, 1992); Helmut Konrad, «Between 'Little International' and Great Power Politics: Austro-Marxism and Stalinism on the National Question», in Richard L. Rudolph e David F. Good, eds., *Nationalism and Empire: The Habsburg Empire and the Soviet Union* (Nova Iorque: St. Martin's Press, 1992); Richard Pipes, *The Formation of the Soviet Union: Communism and Nationalism 1917-1923* (Cambridge: Harvard University Press, 1964); Roman Szporluk, *Communism and Nationalism: Karl Marx versus Friedrich List* (Nova Iorque: Oxford University Press, 1988).

a história (ou *Schicksalgemeinschaft*, «comunidade de destino», ao mesmo tempo pré-condição e consequência da unidade linguística) eram normalmente tomadas como garantidas; mas mesmo os pontos mais discutíveis que constavam da lista de Estaline eram geralmente considerados legítimos — mesmo que nem sempre de forma explícita. Otto Bauer, que tentou separar nacionalidade de território, assumiu claramente que a «comunidade de destino» era, em última análise, o destino de uma comunidade física. Rosa Luxemburgo, que acreditava que o «princípio da nacionalidade» contradizia a lógica do capitalismo, considerava os Estados-nações grandes e «predatórios» como ferramentas de expansão económica. E Lenine, que rejeitava o conceito de «cultura nacional», falava quotidianamente de «georgianos», de «ucranianos» e dos «grandes russos» como tendo características, interesses e responsabilidades nacionais. As nações podiam não ser úteis, e podiam não ser duradouras, mas estavam lá e eram reais.

Isto queria dizer, tanto para Lenine como para Estaline, que as nações tinham direitos. «Uma nação pode organizar a sua vida como entender. Tem o direito de organizar a sua vida com base na autonomia. Tem o direito de entrar em relações federais com outras nações. Tem o direito de seceder completamente. As nações são soberanas, e todas as nações são iguais.»<sup>7</sup> As nações não eram iguais em dimensão: havia nações pequenas e havia nações grandes (e portanto «poderosas»). As nações não eram todas iguais no que diz respeito ao seu desenvolvimento. Havia nações «atrasadas» (um oxímoro óbvio nos termos de Estaline) e havia nações «civilizadas». As nações não eram todas iguais nas suas *personae* económicas (portanto, de classe; portanto, morais): algumas eram «nações opressoras» e algumas eram «oprimidas»<sup>8</sup>. Mas todas as nações — efetivamente, todas nacionalidades, por muito «atrasadas» que fossem — eram iguais porque eram igualmente soberanas, isto é, todas tinham os mesmos direitos.

7 Estaline, *Marksizm i natsional'nyi vopros*, 51. Ver também V. I. Lenine, *Voprosy natsional'noi politiki i proletarskogo internatsionalizma* (Moscou: Politizdat, 1965), *passim*.

8 O «opressor» não era sempre «civilizado», como se pode constatar na maioria das análises da Rússia quanto à Polónia e à Finlândia.

Que classe social poderia exigir a autodeterminação e sob que condições é que o poderia fazer eram obviamente questões que suscitavam debates acesos e, em última análise, inúteis — porque a maior parte dos povos do Império Russo não tinha feito grandes progressos na via do desenvolvimento capitalista, não constituindo por isso nações, em termos marxistas<sup>9</sup>. Outra questão inutilmente acrimoniosa foi a que resultou da insistência de Lenine em torno do significado político de «autodeterminação», e a sua disputa, já à beira da morte, com Estaline, em torno da sua implementação prática no seio do Estado soviético. Muito mais importante no longo prazo foi a campanha comum de Lenine e de Estaline em prol de uma definição estritamente territorial de autonomia, uma campanha que levaram a cabo contra o Bund e contra Bauer, mas abandonaram depois de 1917 porque ambos os lados ganharam (o federalismo soviético combinava etnicidade com território e — pelo menos nos primeiros 20 anos — garantiu os direitos culturais de várias diásporas que ainda restavam). O aspeto mais notável desta campanha foi a asserção — raramente posta em causa antes ou depois de 1917 — de que todas as divisões territoriais podiam ser descritas como sendo ou «medievais» ou «modernas», com a modernidade a ser definida como democracia (fronteiras «baseadas na simpatia popular») e com a democracia a resultar na «maior homogeneidade possível na composição nacional da população»<sup>10</sup>. As fronteiras do Estado socialista seriam «determinadas [...] de acordo com a vontade e as 'simpatias' da população», e algumas dessas simpatias, pelo menos, coincidiriam com as afinidades étnicas<sup>11</sup>. Se isto levasse à criação de «minorias nacionais», também elas teriam garantido o seu estatuto de igualdade<sup>12</sup>. E se a igualdade de estatuto (e a racionalidade económica) exigisse a criação de um sem-fim de «distritos autónomos nacionais», «mesmo de dimensão ínfima», então seriam criados tais

9 Estaline, *Marksizm* 37. O entendimento de uma nação (por oposição a uma nacionalidade) como uma «categoria histórica pertencente a uma época específica, à época da emergência do capitalismo», tornou-se uma espécie de truísmo e foi mais uma vez confirmada sem debate no 10.º Congresso do Partido.

10 Lenine, «Kriticheskie zametki po natsional'nomu voprosu» (1913), in *Voprosy*, 32-34.

11 *Ibid.*, 33; e Lenine, «Itogi diskussii o samoopredelenii» (1916), in *Voprosy*, 128.

12 Lenine, «Kriticheskie zametki», 26.

distritos, e provavelmente combinados de «várias formas com distritos vizinhos de várias dimensões»<sup>13</sup>.

Mas porquê estabelecer autonomias etnoterritoriais no socialismo, quando a maioria dos socialistas concorda que o federalismo é um «ideal filisteu», que a «cultura nacional» é uma ficção burguesa, e que a assimilação era um processo progressivo que substituíra o camponês «obtusos», «selvagem», «sonolento», «agarrado ao seu monte de estrume» — e, por essa mesma razão, tão querido pelos intrigistas especializados na cultura nacional — pelo «proletariado móvel»?<sup>14</sup> Antes de mais, porque o socialismo de Lenine não cresce em árvores. Para o construir, os socialistas de Lenine tinham de «pregar contra [os *slogans* da cultura nacional] em todas as línguas, ‘adaptando-se’ a todas as exigências locais e nacionais»<sup>15</sup>. Necessitavam de línguas autóctones, de sujeitos autóctones e de professores autóctones («mesmo que fosse para uma única criança georgiana»), para «criar polémicas com ‘a sua própria’ burguesia, para disseminar ideias anticlericais e antiburguesas entre os ‘seus próprios’ camponeses e cidadãos», e para expulsar o vírus do nacionalismo dos seus discípulos proletários e das suas próprias mentes. Tratava-se de um projeto missionário, análogo ao assim chamado sistema «Il’minskii», formulado na Kazan dos anos de juventude de Lenine<sup>16</sup>. «Só a língua materna», defendia Il’minskii, «consegue encaminhar o povo verdadeiramente, e não apenas superficialmente, para a via da cristandade»<sup>17</sup>. Só a língua materna, escreveu Estaline em 1913, é que pode tornar possível «o desenvolvimento pleno das capacidades intelectuais do trabalhador russo ou tártaro»<sup>18</sup>. Ambas as teorias da conversão pressupõem que a «língua materna» era um veículo completamente transparente para a mensagem de um apóstolo. Contrariamente

13 *Ibid.*, 33-34.

14 *Ibid.*, 15, 16; e Lenine, «O prave natsii na samoopredelenie» (1914), in *Voprosy*, 81 (nota de rodapé), e «O natsionalnoi gordosti velikorossov» (1914), in *Voprosy*, 107.

15 Lenine, «Kriticheskie zametki», 9.

16 Isabelle Kreindler, «A Neglected Source of Lenin’s Nationality Policy», *Slavic Review* 36, n.º 1 (março de 1977): 86-100.

17 Citado em Isabelle Kreindler, «Educational Policies toward the Eastern Nationalities in Tsarist Russia: A Study of the Il’minskii System», tese de doutoramento, Columbia University, 1969, 75-76.

18 Estaline, *Marksizm*, 21.

aos missionários mais «conservadores», que entendiam a cultura como um sistema integral e defendiam que, para derrotar uma «fé estranha», era preciso «combater contra uma nacionalidade estranha — contra os hábitos, os costumes e a totalidade das disposições quotidianas de um modo de vida estranho»<sup>19</sup>, os reformistas de Kazan e os pais das políticas soviéticas para a etnicidade acreditavam que a nacionalidade nada tinha a ver com a fé. Segundo Lenine, as escolas marxistas teriam o mesmo currículo marxista, independentemente da língua que era usada como meio<sup>20</sup>. A cultura nacional era uma realidade, na medida em que era de língua e de algumas «disposições domésticas» que se tratava: a nacionalidade era «forma». A «forma nacional» era aceitável porque o «conteúdo nacional» era coisa que não existia.

Outra razão para Lenine e Estaline defenderem desde cedo o nacionalismo (definindo «nacionalismo» como a crença de que as fronteiras étnicas são ontologicamente essenciais, essencialmente territoriais e idealmente políticas)<sup>21</sup> foi a distinção que estabeleceram entre nacionalismo de nações opressoras e nacionalismo de nações oprimidas. O primeiro, às vezes referido como «chauvinismo das grandes potências», era malévolo de forma gratuita; o segundo era legítimo mas transitório. O primeiro resultava de uma vantagem desleal resultante da dimensão; o segundo era a reação à discriminação e à perseguição. O primeiro podia apenas ser eliminado em consequência da vitória do proletariado, e da subsequente autodisciplina e autopurificação; o segundo teria de ser mitigado com tato e sensibilidade<sup>22</sup>. Assim, os *slogans* de

19 Veniamin, Arkhiepiskop Irkutskii i Nerchinskii, *Zhiznennye voprosy pravo-slavnoi missii v Sibiri* (São Petersburgo: A.M. Kotomin, 1885), 7. Para uma discussão acerca da controvérsia, ver Yuri Slezkine, «Savage Christians or Unorthodox Russians? The Missionary Dilemma in Siberia», in Galya Diment e Yuri Slezkine, eds., *Between Heaven and Hell: The Myth of Siberia in Russian Culture* (Nova Iorque: St. Martin's Press, 1993), 18-27.

20 Lenine, «Kriticheskie zametki», 7.

21 Cf. Ernest Gellner, *Nations and Nationalism* (Ithaca: Cornell University Press, 1983), 1; E.J. Hobsbawm, *Nations and Nationalisms since 1780: Programme, Myth, Reality* (Nova Iorque: Cambridge University Press, 1991), 9; John Breuilly, *Nationalism and the State* (Chicago: University of Chicago Press, 1985), 3.

22 Lenine, «O natsional'noi programme RSDRP» (1913), in *Voprosy*, 41; *idem*, «O prave», 61-62, 102; *idem*, «Sotsialisticheskaia revoliutsiia i pravo natsii na samoopredelenie» (1916), in *Voprosy*, 113-14.

autodeterminação nacional e de autonomia etnoterritorial eram gestos de contrição. Eram fáceis de invocar e foram bastante importantes na medida em que o seu objeto era a «forma». «Uma minoria não está descontente por causa da inexistência de uma união nacional [extra-territorial], mas porque não tem direito a usar a sua língua materna. Deixem-na usar a sua língua materna e o descontentamento passa.»<sup>23</sup> Quanto mais fossem os direitos e as oportunidades de que gozasse uma minoria nacional, mais «confiança» (*doverie*) teria nos proletários da antiga nação opressora. Uma igualdade genuína de «forma» revelaria a natureza contingente do nacionalismo e a unidade de conteúdo de classe subjacente.

Tendo transformado o capitalismo em socialismo, o proletariado criará a *oportunidade* para a eliminação total da opressão nacional; esta oportunidade tornar-se-á uma *realidade* «apenas» — «apenas»! — após uma democratização total de todas as esferas, incluindo o estabelecimento de fronteiras estatais, de acordo com as «simpatias» da população, e incluindo a completa liberdade de secessão. Isto conduzirá, por seu lado, *na prática*, à abolição total de todas as tensões nacionais, e de todas as desconfianças nacionais, à aproximação acelerada e à fusão das nações, que resultará na *dissolução* do Estado.<sup>24</sup>

A «prática» da revolução e da guerra civil não mudou este programa. Os primeiros decretos do novo governo bolchevique descreviam as massas vitoriosas como «povos» e «nações» dotados de «direitos»<sup>25</sup>, declaravam que todos os povos eram iguais e soberanos, garantiam a sua soberania através de uma federação etnoterritorial e um direito de secessão, apoiavam «o livre desenvolvimento de minorias nacionais e grupos étnicos», e comprometiam-se a respeitar as crenças, os costumes e as instituições nacionais<sup>26</sup>. Quando a guerra acabou, juntaram-se aos

23 Estaline, *Marksizm*, 163. O mesmo se aplicava às escolas nacionais, à liberdade religiosa, à liberdade de movimento, e assim por diante.

24 Lenine, «Itogi diskussii o samoopredelenii» (1916), in *Voprosy*, 129.

25 «Povos» e «Nações» eram utilizados alternadamente.

26 *Dekrety Sovetskoi vlasti* (Moscou: Gospolitizdat, 1957), 1: 39-41, 113-15, 168-70, 195-96, 340-44, 351, 367.

princípios a necessidade de aliados locais e o reconhecimento de entidades (às vezes etnicamente definidas) existentes, e produziu-se uma variedade de repúblicas soviéticas legalmente reconhecidas (e cada vez mais etnicamente definidas), de repúblicas autónomas, de regiões autónomas e de comunas de trabalhadores. Algumas autonomias pareciam mais autónomas do que outras, mas a supremacia pertencia à «nacionalidade». «Muitos destes povos não têm nada em comum, exceto o facto de terem sido todos uma parte do Império Russo, e agora foram todos libertados pela revolução, mas não há ligações internas entre eles.»<sup>27</sup> De acordo com o paradoxo de Lenine, a maneira mais segura de garantir a unidade no conteúdo era a diversidade na forma. Através da «promoção das culturas nacionais [*nasahdat' natsional'nuiu kul'turu*]» e da criação de autonomias nacionais, escolas nacionais, línguas nacionais e quadros nacionais, os bolcheviques ultrapassariam as desconfianças nacionais e alcançariam as audiências nacionais. «Vamos ajudar-vos a desenvolver a vossa língua e cultura buriate, votiaque, etc., porque desta forma juntar-vos-eis mais cedo à cultura universal [*obshchechelovecheskaia kul'tura*], à revolução e ao comunismo.»<sup>28</sup>

Isto soava estranho a muitos comunistas. Não eram as nações constituídas por diferentes classes? Não deviam os interesses proletários prevalecer sobre os da burguesia nacional(ista)? Não deviam os proletários de todo o mundo unirem-se? E não deviam os trabalhadores do Estado soviético ameaçado unirem-se com uma determinação ainda maior? Na primavera de 1918, M.I. Latsis atacou o «absurdo do federalismo» e avisou que a infundável «criação de repúblicas», especialmente no caso de «grupos étnicos subdesenvolvidos», como os tártaros ou os bielorrussos, era tão perigosa quanto ridícula<sup>29</sup>. No inverno de 1919, A.A. Ioffe alertou para os apetites nacionalistas crescentes e apelou ao «fim do separatismo» por

27 S. Dimanshtein, «Narodnyi komissariat po delam natsional'nostei», *Zhizn' natsional'nostei* 41 (49) (26 de outubro de 1919).

28 S. Dimanshtein, «Sovetskaia vlast' i melkie natsional'nosti», *Zhizn' natsional'nostei* 46 (54) (7 de dezembro de 1919). Ver também S. Pestkovskii, «Natsional'naia kul'tura», *Zhizn' natsional'nostei* 21 (29) (8 de junho de 1919).

29 A.P. Nenarokov, *K edinstvu ravnykh: Kul'turnye faktory ob edinitel'nogo dvizheniia sovetikh narodov*, 1917-1924 (Moscovo: Nauka, 1991), 91-92.

parte das «repúblicas-tampão»<sup>30</sup>. E na primavera de 1919, no 8.º Congresso do Partido, N.I. Bukharin e G.L. Piatakov lançaram um ataque geral contra o *slogan* da autodeterminação nacional e a consequente primazia da etnicidade sobre a classe em zonas não russas<sup>31</sup>.

A resposta de Lenine foi tão inflexível quanto previsível. Primeiro, as nações existiam «objetivamente». «Se afirmarmos que não reconhecemos a nação finlandesa mas apenas as massas trabalhadoras, isso seria uma coisa ridícula de se dizer. Não reconhecer algo que está lá é impossível: ela impõe-nos o reconhecimento.»<sup>32</sup> Em segundo lugar, as antigas nações opressoras precisavam de ganhar a confiança das antigas nações oprimidas.

Os basquires não confiam nos grandes russos porque os grandes russos são mais cultivados e costumavam tirar partido da sua cultura para roubar os basquires. Por isso, nesses lugares remotos, o nome «grande russo» significa «opressor» e «vigarista». Devemos ter isto em conta. Devemos lutar contra isto. Mas isto é uma coisa para o longo prazo. Não pode ser abolida por decreto. Temos de ser muito cuidadosos com isto. E uma nação como a dos grandes russos tem de ser particularmente cuidadosa, porque estes provocaram um ódio amargo em todas as outras nações.<sup>33</sup>

Por último, as nações atrasadas não tinham desenvolvido a «diferenciação entre os elementos proletários e os elementos burgueses», e não se podia esperar que tivessem classes revolucionárias consistentemente hostis «aos seus mulás»<sup>34</sup>. Tomadas como um todo e comparadas com as nações mais «cultivadas», eram, contudo, legítimas proletárias, em virtude de terem

30 *Ibid.*, 92-93.

31 *Vos'moi svezd RKP(b): Protokoly* (Moscou: Gospolitizdat, 1959), 46-48, 77-81.

32 *Ibid.*, 55.

33 *Ibid.*, 106.

34 *Ibid.*, 53. No mesmo discurso, Lenine defendeu que mesmo os países ocidentais mais «avançados» estavam irremediavelmente atrás da Rússia soviética em termos de diferenciações sociais (o que significava que podiam — e às vezes deviam — ser vistos como nações integrais e não como espaços de luta de classes temporariamente isolados). Por ser soviética, a Rússia era mais avançada do que o Ocidente avançado.

sido enganadas e oprimidas. Sob o imperialismo («enquanto etapa superior e final do capitalismo»), os povos coloniais haviam-se tornado o equivalente global da classe operária ocidental. Sob a ditadura do proletariado (russo), tinham direito a um tratamento especial, até que as feridas económicas e psicológicas do colonialismo sarassem. No entanto, as nações equivaliam a classes.

Lenine perdeu a discussão, mas ganhou a votação, porque, como afirmou Tomskii, embora «não haja uma única pessoa nesta sala que afirme que a autodeterminação nacional ou os movimentos nacionais sejam normais ou desejáveis», a maior parte das pessoas parecia acreditar que eram um «mal necessário» e que tinham de ser tolerados<sup>35</sup>. Assim sendo, a disputa pelo estatuto nacional e pelo reconhecimento etnoterritorial continuou sem obstáculos. Os kriashens tinham costumes, um alfabeto e um vocabulário diferentes dos dos tártaros, e precisavam por isso de uma unidade administrativa específica<sup>36</sup>. Os chuvaches eram pobres e não falavam russo, e precisavam por isso de uma unidade administrativa específica<sup>37</sup>. Os iacutes mereciam ter o seu próprio governo porque viviam aglomerados e estavam prontos «a organizar as suas vidas através dos seus próprios esforços»<sup>38</sup>. As «tribos primitivas» que viviam perto dos iacutes mereciam um governo especial porque viviam em comunidades bastante dispersas, e não estavam prontos para administrar os seus próprios assuntos<sup>39</sup>. Os colonos estónios na Sibéria tinham uma tradição literária e necessitavam de uma burocracia especial que lhes fornecesse jornais<sup>40</sup>. Os autóctones ugrians, da Sibéria, não tinham uma

35 *Ibid.*, 82.

36 Fedor Kriuchkov, «O Kriashenakh», *Zhizn' natsional'noitei* 27 (84) (2 de setembro de 1920).

37 R. El'mets, «K voprosu o vydelenii chuvash v osobuiu administrativnuiu edinitsu», *Zhizn' natsional'noitei* 2 (59) (11 de janeiro de 1920).

38 V. Vilenskii (Sibiriaikov), «Samoopredelenie iakutov», *Zhizn' natsional'noitei* 3 (101) (2 de fevereiro de 1921).

39 V.G. Bogoraz-Tan, «O pervobytnykh plemenakh», *Zhizn' natsional'noitei* 1 (130) (10 de janeiro de 1922); *idem*, «Ob izuchenii i okhrane okrainnykh narodov», *Zhizn' natsional'noitei* 3-4 (1923): 168-177; Dan. Ianovich, «Zapovedniki dlia gibnushchikh tuzemnykh plemen», *Zhizn' natsional'noitei* 4 (133) (31 de janeiro de 1922); TsGAOR, f. 1377, op. 1, d 8, 11. 126-27, d. 45, 11. 53, 77, 81.

40 «Chetyre goda raboty sredi estontsev Sovetskoi Rossii», *Zhizn' natsional'noitei* 24 (122) (5 de novembro de 1921).

tradição literária e necessitavam de «um governo independente» para «dirigir às massas escuras um raio de iluminação e cultivar o seu modo de vida [*kul'tivirovat' ikh byt zhizni*]»<sup>41</sup>. Intelectuais locais, funcionários do Commissariado para as Nacionalidades, «conferências autóctones» e etnógrafos de Petrogrado, todos exigiam autonomia institucional, instalações e financiamento (para eles e para os seus protegidos). Depois de obterem a autonomia, exigiam mais instalações e mais financiamento.

O financiamento era escasso, mas as áreas e as instalações autónomas eram cada vez mais abundantes. Para além das unidades etnoterritoriais, dotadas das suas próprias burocracias e com a sua própria «língua materna» (pelo menos em teoria), havia unidades nacionais dentro das unidades nacionais, secções nacionais nas células do partido e nos sovietes locais, e quotas nacionais nas universidades. Em 1921 os polacos receberam 154 mil livros recentemente publicados na sua língua, ao passo que os semirreconhecidos kriashens receberam dez; o Partido Comunista do Azerbaijão tinha secções iranianas, alemãs, gregas e judaicas; o Commissariado para a Educação em Moscovo tinha 14 escritórios nacionais; 103 organizações locais do partido na Rússia deviam tratar dos seus assuntos em estónio<sup>42</sup>.

Persistiam algumas dúvidas. De acordo com um funcionário do Commissariado para as Nacionalidades, a autoafirmação linguística podia não funcionar para as nacionalidades que eram «fracas, atrasadas e se encontravam dispersas no oceano de uma cultura elevada». Por isso, «a tendência para preservar e desenvolver a língua materna de cada um, a todo o custo e *ad infinitum*, com o único propósito de criar um sistema simétrico e geometricamente completo de educação numa só língua, não tem futuro e não tem em conta toda a complexidade e diversidade da composição sociocultural da nossa época»<sup>43</sup>. Outros defendiam que o que caracterizava a época era sobretudo a racionalidade económica, e que as unidades étnicas deviam ser superadas, ou pelo menos complementadas, por entidades económicas cientificamente definidas, basea-

41 TsGAOR, f. 1318, op. 1, d. 994, l. 100.

42 Ver *Zhizn' natsional'nostei* (1921) e TsGAOR, f. 1318.

43 L. Segal, «Vserossiiskoe soveshchanie rabotnikov po prosveshcheniiu narodov ne-russkogo iazyka», *Zhizn' natsional'nostei* 33 (41) (31 de agosto de 1919).

das em afinidades ambientais, industriais e comerciais. Se as regiões militares podiam atravessar as fronteiras nacionais, as económicas também deviam<sup>44</sup>.

Tais argumentos não foram simplesmente rejeitados. Tornaram-se, a partir de 1922, ideologicamente inaceitáveis. A paixão de Lenine, a burocracia da Narkomnat de Estaline, a tradição das decisões do partido e os interesses próprios das instituições étnicas que se multiplicavam cristalizaram-se numa «questão da nacionalidade» que não mais podia ser questionada, de tal forma que, quando o 10.º Congresso do Partido legitimou a política de etnicidade institucionalizada, ninguém disse que se tratava de um «mal necessário», e muito menos de nacionalismo burguês. O que o 10.º Congresso (e especificamente Estaline) fez foi combinar os temas de Lenine da opressão nacional e da libertação colonial, fazer equivaler a «questão da nacionalidade» à questão do atraso, e apresentar a totalidade da questão como uma oposição clara entre os «grandes russos» e os «não-grandes russos». Os grandes russos pertenciam à nação antigamente dominante, uma nação avançada, dotada de uma sólida tradição estatal nacional, tendo sido frequentemente culpada da arrogância e da insensibilidade étnicas conhecidas como «chauvinismo das grandes potências». Todas as outras nacionalidades, definidas conjunta e negativamente como «não-grandes russos», foram vítimas da falta de instituições estatais, de atraso e da «falta de cultura [*nekul'turnost'*]», impostos pelo czarismo, o que lhes dificultava o aproveitamento das novas oportunidades revolucionárias e as fazia cair por vezes na tentação do «nacionalismo local»<sup>45</sup>. Na formulação de Estaline, a «essência da questão da nacionalidade na RSFSR consistia na necessidade de eliminar o atraso (económico, político e cultural) que as nacionalidades herdaram do passado, e permitir aos povos atrasados alcançar o nível da Rússia central»<sup>46</sup>. Para atingir este objetivo, o partido devia ajudá-los a

44 I. Trainin, «*Ekonomicheskoe raionirovanie i natsional'naia politika*», *Zhizn' natsional'nostei* 21 (119) (10 de outubro de 1921); S.K., «*Ekonomicheskoe raionirovanie i problemy avtonomno-federativnogo stroitel'stva*», *Zhizn' natsional'nostei* 25 (123) (12 de novembro de 1921).

45 *Desiatyi s'ezd Rossiiskoi Kommunisticheskoi partii: Stenograficheskii otchet* (Moscou: Gosudarstvennoe izdatel'stvo, 1921), 101.

46 *Ibid.*

a) desenvolver e fortalecer a sua soberania estatal soviética de uma forma que corresponda à fisionomia nacional destes povos; b) introduzir os seus próprios tribunais e agências governamentais, que funcionariam nas respetivas línguas maternas, e seriam constituídos por pessoas locais, familiarizadas com a vida e a mentalidade das populações locais; c) desenvolver a sua própria imprensa, escolas, teatros, clubes locais e outras instituições culturais e educativas, nas línguas maternas.<sup>47</sup>

Deveria haver tantos Estados-nações, com graus de autonomia variados, quantas as nacionalidades (e não as nações!) na RSFSR. Os nómadas receberiam terras perdidas para os cossacos, e seria garantido às «minorias nacionais» dispersas entre grupos étnicos compactos o «desenvolvimento nacional livre» (que implicava a criação de unidades territoriais)<sup>48</sup>. Talvez o mais notável seja o facto de que este triunfo da etnicidade foi apresentado por Estaline ao mesmo tempo como causa e consequência do progresso. Por um lado, o «desenvolvimento nacional livre» era a única via para derrotar o atraso dos não-russos. Por outro lado,

[n]ão podemos avançar contra a história. Apesar de o elemento russo ainda ser predominante nas cidades ucranianas, é certo que, com o passar do tempo, estas cidades irão inevitavelmente ucranianizar-se. Há 40 anos Riga era uma cidade alemã, mas como as cidades crescem à custa das aldeias, e as aldeias são as reservas da nacionalidade, Riga é agora uma cidade puramente letã. Há cerca de 50 anos, todas as cidades da Hungria eram, pelo seu carácter, cidades alemãs, mas agora foram magia-rizadas. O mesmo vai acontecer à Bielorrússia, em cujas cidades predominam hoje em dia não-bielorrussos.<sup>49</sup>

Quando isto tivesse lugar, o partido duplicaria os seus esforços de construção nacional porque, «para se fazer trabalho comunista nas cidades,

47 *Ibid.*, 371.

48 *Ibid.*, 372.

49 *Ibid.*, 115.

será necessário dirigir-se ao novo proletário bielorrusso na sua língua materna»<sup>50</sup>.

Por muito «dialética» que fosse a lógica da política oficial, a sua prática era inequívoca e já estava razoavelmente estabelecida em 1921. Em certo sentido, a introdução da Nova Política Económica no 10.º Congresso foi o equivalente da «despromoção» de todos os outros objetivos para o nível das políticas nacionais, já de si do mesmo tipo da NPE. A NPE constituiu uma reconciliação temporária, mas deliberada, com o «atraso» — atraso representado pelos camponeses, pelos mercadores, pelas mulheres, por todos os povos não-russos em geral e por várias «tribos primitivas» em particular. Havia um departamento especial para as mulheres, uma secção judaica, o Comité de Assistência aos Povos da Fronteira Norte, entre outros. As condições de atraso multiplicavam-se, e cada vestígio do passado exigia uma abordagem individual baseada nas «peculiaridades específicas» e caracterizada pela sensibilidade e pela benevolência paternalista. O objetivo principal era a abolição de todo o atraso e, portanto, de toda a diferença, mas a realização desse objetivo foi adiada indefinidamente. Tentativas de o forçar seriam «perigosas» e «utópicas» — tal como a impaciência daqueles camaradas da Ásia Central, que no resto eram «maduros e politicamente conscientes», e que perguntavam: «Que raio se está a passar? Por quanto tempo é que vamos continuar a criar autonomias separadas?»<sup>51</sup> A resposta do partido foi tão vaga quanto enfática: pelo tempo que for preciso para ultrapassar «o atraso económico e cultural [...], as diferenças económicas, as diferenças de costumes (particularmente importantes entre as nações que ainda não tinham atingido a fase capitalista) e as diferenças linguísticas»<sup>52</sup>. Entretanto, a construção nacional parecia ser um objetivo em si mesmo louvável.

Com uma exceção. Havia um resquício do passado que tinha poucas qualidades redentoras, e devia ser tolerado mas não celebrado, utilizado mas não bem-vindo. Era o camponês russo. A aliança (*smychka*)

50 «Belorusskii natsional'nyi vopros i kommunisticheskaia partii», *Zhizn' natsional'nostei* 2 (131) (17 de janeiro de 1922).

51 Vareikis e Zelenski, *Natsional'no-gosudarstvennoe razmezhevanie*, 57.

52 *Ibid.*, 60. «Nações que ainda não tinham atingido a fase capitalista» não eram nações, de acordo com a definição de Estaline.

da NPE entre o campesinato e a classe trabalhadora parecia um espelho de arranjos semelhantes envolvendo outros grupos «atrasados», mas a sua fundamentação oficial era bastante diferente. O «elemento campesino» era agressivo, contagioso e ameaçador. Ninguém pressupunha que o seu tipo de selvajaria se iria dissolver a si próprio dialeticamente através do desenvolvimento, porque o camponês russo, teimosamente «sonolento», era incapaz de se desenvolver *enquanto camponês* (a sua diferença era «de conteúdo»). Ao fazer equivaler etnicidade e desenvolvimento, e ao dividir a população do país entre russos e não-russos, o 10.º Congresso reconheceu e reforçou esta distinção. A nacionalidade russa era desenvolvida, dominante e, portanto, irrelevante. O território russo «não era demarcado» e era constituído, efetivamente, por aqueles territórios que não tinham sido reclamados pelos não-russos conhecidos como «nacionais [*natsionaly*]». A objeção de Mokoyan, de que isto era demasiado simplista, de que o Azerbaijão estava, cultural e economicamente, «à frente de muitas províncias russas», e de que a burguesia arménia não era menos imperialista, foi ignorada por Estaline e pelo congresso<sup>53</sup>.

«O último combate de Lenine» com a questão da nacionalidade não mudou a linha oficial<sup>54</sup>. Agastado com o «chauvinismo grão-russo» de Estaline, de Dzerzhinskii e de Ordzhonikidze («russos» por comportamento e por ofício, mesmo que não o sejam pela origem nacional), o líder adoecido recomendou uma dose maior do mesmo remédio. O internacionalismo devia, para os russos, «consistir não apenas na igualdade formal das nações, mas também no tipo de desigualdade, à custa da grande nação opressora, que compensasse a desigualdade *de facto* que existe na vida»<sup>55</sup>. Isto exigia mais — muito mais: «cuidado, deferência e concessões» para com os «nacionais ofendidos», proletários mais conscientes (e, portanto, não chauvinistas) no aparelho russo, e uma maior ênfase na amplitude e consistência do uso de outras línguas

53 *Desiatyi s» ezd*, 112, 114.

54 Para duas interpretações diferentes, ver Moshe Lewin, *Lenin's Last Struggle* (Nova Iorque: Pantheon, 1968); e Richard Pipes, *The Formation of the Soviet Union: Communism and Nationalism, 1917-1923* (Cambridge: Harvard University Press, 1954).

55 V.I. Lenine, «K voprosu o natsional' nostiakh ili ob 'avtonomizatsii'», in *Voprosy*, 167.

que não o russo<sup>56</sup>. Em abril de 1923, o 12.º Congresso reafirmou devidamente este ponto de vista, sem questionar a velha estratégia ou a nova urgência (o único delegado a desafiar a ortodoxia do desenvolvimento nacional foi alguém que se descreveu como «um trabalhador de base», que mencionou os proletários cosmopolitas de Marx e foi repreendido por Zinoviev)<sup>57</sup>. Nos dois extremos da opinião especializada, Estaline defendia que o chauvinismo russo constituía o «maior perigo» («nove décimos do problema»), ao passo que Bukharin insistia que era o único perigo<sup>58</sup>. As soluções para os problemas da representação nacional e da federação etnoterritorial variavam, mas os princípios da «política leninista para as nacionalidades» permaneciam os mesmos (o «plano de autonomização» de Estaline exigia uma maior centralização «em tudo o que era essencial», mas dava como garantido que questões não essenciais como a «língua» e a «cultura» seriam deixadas à «autonomia interna genuína das repúblicas»)<sup>59</sup>. Mesmo a discussão acesa em torno do caso da Geórgia pouco acrescentou à questão, com os «nacionais ofendidos» a queixarem-se de falta de sensibilidade, e os «chauvinistas das grandes potências» a chamar a atenção para o domínio da língua georgiana e para o sucesso extraordinário da promoção preferencial com base na nacionalidade (segundo Ordzhonikidze, os georgianos constituíam 25% da população total de Tiblíssi, mas 43% do soviete da cidade, 75% do comité executivo da cidade, 91% da junta governativa do comité executivo e 100% do Sovnarkom republicano e do Comité Central do Partido)<sup>60</sup>. A única verdadeira inovação teórica introduzida no congresso não foi discutida enquanto tal, e teve uma vida curta: defendendo-se das acusações epistolares de Lenine, Estaline defendeu a antiga posição de Mikoyan e tentou tirar aos russos o monopólio do imperialismo e redefinir o «nacionalismo local» como um chauvinismo de grande potência em ponto pequeno. Os georgianos oprimiam os abecários e os ossetos, os azeris eram rufias para os arménios, os uzbeques

56 *Ibid.*, 168-70.

57 *Dvnenadtsatyi s'ezd Rossiiskoi Kommunisticheskoi partii (bol'shevikov)*. *Stenograficheskii otchet* (Moscou: Glavpolitprosvet, 1923), 462, 552.

58 *Ibid.*, 439-54, 561-65.

59 Citado em Nenarokov, *K edinstvu*, 116-17.

60 *Dvnenadtsatyi s'ezd*, 543-45.

ignoravam os turcomenos, e assim por diante. O principal argumento de Estaline contra a secessão da Geórgia da Federação Transcaucasiana foi, efetivamente, a suposta campanha levada a cabo por funcionários georgianos para deportar os arménios locais e «transformar Tiblíssi numa verdadeira capital georgiana»<sup>61</sup>. Isto significava que a ucranianização de Kiev e a bielorrussificação de Minsk podiam não ser afinal boas ideias, mas a maioria do congresso não percebeu o que Estaline queria dizer, ou preferiu ignorar. O «chauvinismo de grande potência» estava claramente reservado aos russos, o «nacionalismo local» tinha de ser antirruso para ser um perigo (talvez não o «maior perigo», mas suficientemente perigoso para os perpetradores), e os territórios nacionais pertenciam às nacionalidades cujo nome ostentavam.

Mas o que era a «nacionalidade»? Quando da Revolução de Fevereiro, a única característica atribuída a todos os súbditos do império era a «confissão religiosa», estando a identidade nacional russa e a legitimidade dinástica do czar em grande parte associadas à Igreja ortodoxa. Nem todos os súbditos do czar e nem todos os crentes ortodoxos eram russos, mas esperava-se de todos os russos que fossem súbditos ortodoxos do seu czar ortodoxo. Os não ortodoxos podiam servir o czar na medida em que este era o imperador, mas não estavam a salvo das campanhas de conversão ocasionais, e estavam em desvantagem legal nos casos de casamentos mistos. Alguns não ortodoxos tinham a designação legal de «estrangeiros» (*inorodtsy*), um termo cuja etimologia («não aparentado», «não autóctone») sugeria uma diferença genética, mas que era comumente interpretado como significando «não cristão» ou «atrasado». Estes dois conceitos refletiam as noções moscovitas («pré-modernas») e pedrinhas («modernas») de alteridade, e eram agora usadas alternadamente. Algumas comunidades batizadas eram demasiado atrasadas para serem «verdadeiros cristãos» e todos os estrangeiros eram classificados formalmente de acordo com a sua religião («muçulmano», «lamaísta») ou com o seu «modo de vida», entendido como grau de desenvolvimento («sedentário», «nómada», «errante»). Com a difusão da educação promovida pelo Estado, e o esforço con-

61 *Ibid.*, 449.

comitante para atingir os «estrangeiros do Leste»<sup>62</sup> e controlar (e russificar) as instituições educativas autónomas dos não russos ocidentais, a «língua materna» também se tornou uma categoria com significado político. No entanto, os nomes das línguas nem sempre coincidiam com os nomes coletivos com que as comunidades, definidas de variadas formas, costumavam designar-se a si próprias e aos outros. Nas vésperas da revolução, a Rússia conduzia recenseamentos às nacionalidades, aos partidos nacionalistas e às «questões» nacionais, mas não tinha um ponto de vista oficial acerca do que constituía uma nacionalidade.

Nas vésperas da Revolução de Fevereiro (exatamente um dia antes de Nicolau II ir para Mogilev, e de os trabalhadores da Putilov em *lock out* saírem para as ruas de Petrogrado), o presidente da Academia das Ciências Russa, S.F. Ol'denburg escreveu ao ministro dos Negócios Estrangeiros, N.N. Prokrovskii, que, movido por um «sentimento de dever patriótico», ele e os seus colegas gostariam de propor a formação de uma Comissão para o Estudo da Composição Tribal das Fronteiras Russas.

A determinação meticulosa da composição tribal, nas áreas que se localizam em ambos os lados das fronteiras da Rússia com Estados hostis, tem uma importância extraordinária no momento presente, porque uma guerra mundial está a ser travada em grande medida por causa da questão nacional. A determinação da validade de várias exigências territoriais feitas por várias nacionalidades tornar-se-á particularmente importante na altura das negociações de paz porque, mesmo que novas fronteiras sejam desenhadas de acordo com determinadas considerações políticas e estratégicas, o fator nacional vai continuar a desempenhar um papel muitíssimo importante.<sup>63</sup>

Com o Governo Provisório, a questão da nacionalidade avançou para o interior e uma nova comissão foi encarregue de estudar toda a população

62 Ver, por exemplo, «S'ezd po narodnomu obrazovaniuu», *Zhurnal Ministerstva narodnago prosviescheniia* L (março-abril de 1914): 195, 242-44.

63 *Ob uchrezhdenii Komissii po izucheniiu plemennogo sostava naseleniia Rossii. Izvestiia Komissii po izucheniiu plemennogo sostava naseleniia Rossii* (Petrogrado: Rossiiskaia Akademiia Nauk, 1917), 1: 8.

da Rússia, e não apenas as fronteiras. Para os bolcheviques «a essência da política soviética para as nacionalidades» consistia na «coincidência das fronteiras etnográficas e administrativas»<sup>64</sup>. O que significava que a maior parte do território imperial teria de ser dividido por fronteiras, e que os etnógrafos profissionais teriam de desempenhar um papel importante no esforço.

Não havia tempo para discutir terminologia. Estrangeiros e cristãos foram substituídos por um conjunto indiferenciado de *narody* (povos), *narodnosti* (povos por vezes considerados pequenos ou subdesenvolvidos), *natsional'nosti* (nacionalidades), *natsii* (nações) e *plemena* (tribos). Não havia acordo quanto à durabilidade (e, portanto, quanto à viabilidade territorial) destas entidades. No que parece ter sido uma atitude comum, o presidente da secção caucasiana da comissão, N.Ia. Marr, considerava a nacionalidade como algo demasiado «transitório» e complexo para ser fixado através de uma «demarcação territorial primitiva», mas esforçou-se (mais do que a maioria, efetivamente) para trazer ao de cima a «etnicidade primordial [*etnicheskaia pervobytnost'*]» e a «verdadeira composição tribal»<sup>65</sup>. O «marcador de composição tribal» mais usado era a língua. Os ideólogos do partido defendiam a «educação na língua materna» como base para a sua política para as nacionalidades; os funcionários educativos trabalhavam a partir de uma «definição linguística da cultura nacional»<sup>66</sup>; e os etnógrafos tendiam a apoiar-se na língua como o indicador mais fiável, embora não universal, da etnicidade. Assim, E.F. Karskii, autor do *Mapa Etnográfico da Tribo Bielorrussa*, adotou a língua materna como «critério exclusivo» da diferença nacional, e defendia, num típico *non sequitur*, que os lituanos que falavam bielorrusso deviam ser considerados bielorrussos<sup>67</sup>. Com mais

64 I. Gertsenberg, «Natsional'ny printsip v novom administrativnom delenii RSFSR», *Zhizn' natsional'nostei* 37 (94) (25 de novembro de 1920).

65 N.Ia. Marr, *Plemennoi sostav naseleniia Kavkaza: Trudy Kommissii po izucheniiu plemenogo sostava naseleniia Rossii* (Petrogrado: Rossiiskaia Akademiia Nauk, 1920), 3: 9, 21-22. Ver também N.Ia. Marr, «Ob iafeticheskoi teorii», *Novyi vostok* 5 (1924): 303-9.

66 «As associações mais ricas e as percepções mais fortes são as adquiridas através da língua materna» (Segal', «Vserossiiskoe soveshchanie»).

67 E.F. Karskii, *Etnograficheskaia karta Bieloruskago plemeni: Trudy Kommissii po izucheniiu plemennogo sostava naseleniia Rossii*, vol. 2 (Petrogrado: Rossiiskaia Akademiia Nauk, 1917).

controvérsia, os sartes da Ásia Central deixaram, por decreto, de existir, as várias comunidades pamirs tornaram-se «tajiques», e os uzbeques sofreram uma redefinição radical, que incluía a maior parte dos falantes turcomanos de Samarcanda, Tashkent e Bukhara<sup>68</sup>. Mas a língua ainda era considerada insuficiente, e o censo de 1926 incluía duas categorias diferentes para «língua» e «nacionalidade», revelando vastos segmentos da população que não falavam «a sua própria língua». Tais comunidades eram consideradas pelos etnógrafos<sup>69</sup> «desnacionalizadas», e os funcionários do partido e elites locais não as consideravam inteiramente legítimas: esperava-se dos ucranianos russófonos e dos moldavos que falavam ucraniano que aprendessem as suas línguas maternas, sendo por vezes forçados a isso, independentemente do facto de as suas mães a falarem ou não.

O que fazia com que os ruritanos «desnacionalizados» fossem ruritanos? Na maior parte dos casos, eram as várias combinações de «vida material», «costumes» e «tradições», conhecidos em conjunto como «cultura». Assim, quando abordou zonas onde os dialetos «russos» e «bielorrussos» se fundiam, Karskii distinguia as duas nacionalidades referindo-se a diferenças no vestuário e na arquitetura<sup>70</sup>. De modo semelhante, Marr classificou os ossetos e os talishis que falavam iraniano como caucasianos do Norte (jafetitas), com base na sua «cultura étnica», «religião popular genuína», «modo de vida [byt]» e «ligação emocional ao Cáucaso»<sup>71</sup>. Às vezes, a religião enquanto cultura tinha

68 I.I. Zarubin, *Spisok narodnostei Turkestanskogo kraia: Trudy Kommissii po izucheniiu plemennogo sostava naseleniia Rossii*, vol. 9 (Leninegrado: Rossiiskaia Akademiia Nauk, 1925); I.I. Zarubin, *Naselenie Samarkandskoi oblasti: Trudy Kommissii po izucheniiu plemennogo sostava naseleniia Rossii*, vol. 10 (Leninegrado: AN SSSR, 1926); Edward A. Allworth, *The Modern Uzbeks: From the Fourteenth Century to the Present* (Stanford: Hoover Institution Press, 1990), 181; Alexandre Bennigsen e Chantal Lemercier-Quejzay, *Islam in the Soviet Union* (Nova Iorque: Praeger, 1967), 131-33; Teresa Rakowska-Harmstone, *Russia and Nationalism in Central Asia: The Case of Tadzhikistan* (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1970), 78.

69 *Instruktsiia k sostavleniiu plemennykh hart, izdavaemykh Khomissiei po izucheniiu plemennogo sostava naseleniia Rossii: Trudy Kommissii po izucheniiu plemennogo sostava naseleniia Rossii* (Petrogrado: Rossiiskaia Akademiia Nauk, 1917), 1: 11.

70 Karskii, *Etnograficheskaia karta*, 19.

71 N.Ia. Marr, *Plemennoi sostav naseleniia Kavkaza: Trudy Kommissii po izucheniiu plemennogo sostava naseleniia Rossii* (Petrogrado: Rossiiskaia Akademiia Nauk, 1920), 9: 24-25; N.Ia.

mais peso do que a língua, e tornou-se um marcador étnico fundamental em si mesmo, como quando os kriashens (cristãos falantes do tártaro) receberam o seu próprio departamento e os adjars (muçulmanos falantes do georgiano) receberam a sua própria república (um pedido semelhante de Marr em relação aos khemshils, muçulmanos falantes do arménio, não foi bem-sucedido)<sup>72</sup>. Culturas, religiões e mesmo a língua podiam ser reforçadas pela topografia (caucasianos das terras altas vs. caucasianos dos vales) e pela primazia cronológica (no caso caucasiano, a distinção autóctone vs. colono não coincidia necessariamente com a dicotomia baseada no progresso, como acontecia na Sibéria)<sup>73</sup>. A tipologia física («racial», «somática») nunca foi usada de forma independente, mas às vezes — especialmente na Sibéria — foi usada para reforçar outras características distintivas<sup>74</sup>. Por fim, nenhum destes aspetos podia ser decisivo no caso dos nómadas das estepes, cuja «consciência nacional» ou «autoidentidade tribal» eram consideradas demasiado fortes, ao ponto de tornar qualquer outro critério praticamente inútil. As diferenças culturais entre os cazaques, os quirguizes e os turcomenos podiam ser negligenciáveis, mas as genealogias dos seus clãs estavam determinadas de forma tão precisa, e eram defendidas tão vigorosamente, que a maior parte dos etnógrafos não tinha outra escolha senão segui-las<sup>75</sup>.

É preciso dizer que as fronteiras efetivas das novas unidades étnicas nem sempre correspondiam àquelas que eram sugeridas pelos académicos. As autoridades cazaques exigiam Tashkent, as autoridades uzbeques queriam autonomia para o distrito de Osh, e o Comité Central em Moscovo criava comissões especiais de arbitragem.

Mais tarde os quirguizes [i.e., os cazaques] deixaram cair a sua exigência relativamente a Tashkent, mas insistiram ainda mais no seu pedido de

Marr, *Talyshi: Trudy Kommissii po izucheniiu plemennogo sostava naseleniia Rossii* (Petrogrado: Rossiiskaia Akademiia Nauk, 1922), 4: 3-5, 22.

72 Marr, *Plemennoi sostav*, 9.

73 *Ibid.*, 59-61. Cf. S.K. Patkanov, *Spisok narodnostei Sibiri: Trudy Kommissii po izucheniiu plemennogo sostava naseleniia Rossii* (Petrogrado: Rossiiskaia Akademiia Nauk, 1923), 7: 3.

74 Ver, por exemplo, Patkanov em «Paleoasiatics» in Patkanov, *Spisok*, 8.

75 Vl. Kun, «Izuchenie etnicheskogo sostava Turkestana», *Novyi vostok* 8-9 (1926): 69.

inclusão no Cazaquistão de três *volosts* [...] do *uezd* de Tashkent. Se este pedido tivesse sido satisfeito, as porções dos canais [...] que alimentam Tashkent teriam acabado em território quirguiz [...]. Para além disso, a adoção da variante quirguiz teria feito com que a linha férrea da Ásia Central fosse atravessada por uma parte do território quirguiz 17 verstas a sul de Tashkent.<sup>76</sup>

Estas bizarras considerações estratégicas, ou de interesse nacional, bem como por prioridades políticas e económicas mais convencionais, influenciaram a vários níveis a forma final das unidades etnoterritoriais, mas o critério dominante foi, sem dúvida, étnico. «Nacionalidade» tinha significados diferentes em diferentes zonas, mas as fronteiras da maior parte das zonas eram vistas como verdadeiramente «nacionais» e eram, de facto, notavelmente próximas dos mapas etnográficos concebidos pela Comissão para o Estudo da Composição Tribal. Os funcionários bolcheviques em Moscovo encaravam a legitimação da etnicidade como uma concessão às reclamações étnicas e aos constrangimentos ao desenvolvimento, não como um estratagema astucioso de dividir para reinar, e afirmavam com confiança, seguindo Lenine e Estaline, que quanto mais genuína fosse a «demarcação nacional», mais bem-sucedido seria o impulso para o internacionalismo.

A demarcação nacional resultou, no curto prazo, num conjunto estonteante aparentemente sem fim de matrioscas. Todos os não-russos eram «nacionais» com direito à sua própria unidade territorial, e todos os grupos definidos nacionalmente que vivessem no território de «outros» eram minorias nacionais, com direito à sua própria unidade. Em 1928, várias repúblicas continham *okrugs* nacionais, *raions* nacionais, sovietes nacionais, comités executivos autóctones (*tuzriki*), sovietes autóctones (*tuzemnye sovety*), sovietes *aul* (*aul'nye*), sovietes de clã (*rodovye*), sovietes nómadas (*kochevye*) e comités de acampamento (*lagerkomy*)<sup>77</sup>. Seguras no interior das suas fronteiras, todas as

76 I. Khodorov, «Natsional'noe razmezhevanie Srednei Azii», *Novyi vostok* 8-9 (1926): 69.

77 Ver, por exemplo, S. Dimanshtein, «Desiat' let natsional'noi politiki partii i sovlvlasti», *Novyi vostok* 19 (1927): VI; «Vremennoe polozhenie ob upravlenii tuzemnykh narodnostei i plemen Severnykh okraïn», *Severnaia Azia* 2 (1927): 85-91; N.I. Leonov, «Tuzemnye sovety v taïge i tundrakh», *Sovetskii Sever: Pervyi sbornik statei* (Moscovo: Komitet Severa, 1929), 225-

nacionalidades soviéticas eram encorajadas a desenvolver as suas próprias culturas autónomas e, se fosse necessário, a criá-las. O elemento essencial deste esforço era o uso o mais alargado possível da língua materna — «a língua materna enquanto meio de disciplina social, enquanto elemento de união social das nações, e como condição mais importante de um desenvolvimento económico e cultural bem-sucedido»<sup>78</sup>. A «língua materna» — que era, ao mesmo tempo, a principal razão para a criação da autonomia nacional e o principal meio para tornar essa autonomia verdadeiramente nacional — podia referir-se à língua oficial de uma dada república (quase sempre referida pelo nome da república)<sup>79</sup>, à língua oficial de uma dada unidade minoritária, ou à língua materna de um indivíduo particular. A proliferação de unidades territoriais parecia sugerir que, por fim, quase todas as pessoas falariam uma língua oficial, mesmo que isso resultasse na promoção do trilinguismo pelo Estado (em 1926 a Abecásia, onde se falava o abecásio — ela própria uma parte da Geórgia, onde se falava o georgiano —, tinha 43 escolas arménias, 41 gregas, 27 russas, duas estónias e duas alemãs)<sup>80</sup>. Por outras palavras, todas as 192 línguas identificadas ao longo da década de 1920 tornar-se-iam, mais cedo ou mais tarde, oficiais.

Para se tornar oficial, a língua tinha, contudo, de ser «modernizada». Isto exigia a criação ou a codificação adicional de um padrão literário, baseado no «discurso popular vivo», apresentado num alfabeto fonético «racional» (todos os sistemas arábicos e alguns cirílicos foram abandonados a favor do latino) e «expurgado de lastro estrangeiro»<sup>81</sup>.

-30; Zvi Y. Gitelman, *Jewish Nationality and Soviet Politics: The Jewish Sections of the CPSU, 1917-1930* (Princeton: Princeton University Press, 1972), 289; Gerhard Simon, *Nationalism and Policy toward the Nationalities in the Soviet Union: From Totalitarian Dictatorship to Post-Stalinist Society* (Boulder: Westview Press, 1991), 58.

78 I. Davydov, «O probleme iazykov v prosvetitel'noi rabote sredi natsional'nostei», *Prosveshchenie natsional'nostei* 1 (1929): 18.

79 Depois da abolição da república das «Montanhas» (*Gorskaia*), a única república étnica que não tinha um senhorio «étnico», e portanto nenhuma língua oficial óbvia, era o Daguestão, uma das regiões com mais diversidade linguística da Terra (ver A. Takho-Godi, «Problema iazkyia v Dagestane», *Revoliutsiia i natsional'nosti* 2 [1930]: 68-75).

80 V.A. Gurko-Kriazhin, «Abkhaziiia», *Novyi vostok* 13-14 (1926): 115.

81 Ver, especialmente, William Fierman, *Language Planning and National Development: The Uzbek Experience* (Berlim: Mouton de Gruyter, 1991); e Simon Crisp, «Soviet Language Planning since 1917-53», in Michael Kirkwood, ed., *Language Planning in the Soviet Union* (Nova

A purga — ou purismo linguístico institucionalizado — era importante porque se as nacionalidades eram, por definição, culturalmente diferentes (na forma), e se a língua «era a característica mais importante que distinguia uma nacionalidade de outra», então as línguas tinham de ficar o mais diferentes possível umas das outras<sup>82</sup>. Intelectuais locais encorajados pelas autoridades centrais (ou, quando não os havia disponíveis, académicos da metrópole ciosos «dos seus povos») lançaram-se à tarefa de desenhar as fronteiras linguísticas. Os inventores do uzbeque literário e do tártaro literário declararam guerra aos «arabismos» e «farsismos», aqueles que conceberam o ucraniano-padrão e o bielorrusso-padrão conduziram uma campanha contra os «russismos», e os protetores dos «pequenos povos» sem elites libertaram a recentemente codificada língua chukchi de empréstimos do inglês<sup>83</sup>. As duas primeiras das cinco teses adotadas pelos escritores e jornalistas tártaros são as seguintes:

- I. Os principais materiais da língua tártara devem ser constituídos por elementos tirados da língua autóctone. Se uma palavra que for necessária existir na língua tártara, não pode em circunstância alguma ser substituída por uma equivalente estrangeira.
- II. Se uma palavra não existe na língua tártara, deve, sempre que possível, ser substituída:
  - a) por uma nova palavra artificial composta de elementos (raízes) que existam na nossa língua;
  - b) por uma tomada de empréstimo de velhas palavras turcas que caíram em desuso, ou do vocabulário de tribos turcas aparentadas que residam em território russo, desde que sejam facilmente aceites e assimiladas.<sup>84</sup>

Iorque: St. Martin's Press, 1989), 23-45. A citação é de Agamalyogly, «K predstoiashchemu tiurkologicheskomu sèzdu v Azerbaidzhane», *Novyi vostok* 10-11 (1925): 216.

82 Davydov, «O probleme iazykov», 18.

83 Ver, por exemplo, Fierman, *Language Planning*, 149-63; James Dingley, «Ukrainian and Belorussian — A Testing Ground», in Kirkwood, ed., *Language Planning*, 180- 83; V.G. Bogoraz-Tan, «Chukotskii bukvar'», *Sovetskii Sever* 10 (1931): 126.

84 I. Borozdin, «Sovremennyi Tatarstan», *Novyi vostok* 10-11 (1925): 132.

Devidamente codificadas, e aparentemente separadas umas das outras (nomeadamente através de dicionários)<sup>85</sup>, as várias línguas oficiais podiam ser usadas para chegar aos «trabalhadores nacionais». Em 1928 estavam a ser publicados livros em 66 línguas (contra 40 em 1913) e jornais em 47 (205 títulos não russos no total)<sup>86</sup>. O número de leitores que efetivamente tinham não era, no imediato, importante: tal como noutras campanhas soviéticas, a oferta supostamente gerava a procura (ou então seriam os fornecedores a engendrá-la). Muito mais ambiciosa era a exigência de tratar de todos os assuntos nacionais, inclusive a educação, nas línguas maternas (as línguas das repúblicas epónimas, bem como as línguas das comunidades locais)<sup>87</sup>. Isto era necessário porque Lenine e Estaline disseram várias vezes que era necessário, porque «as reações discursivas são mais rápidas na língua materna»<sup>88</sup>, porque os conteúdos socialistas só eram acessíveis aos nacionais de forma nacional, porque as nações «avançadas» eram constituídas por indivíduos cuja língua materna correspondia à língua oficial, que correspondia ao nome da nação, e porque a adoção de padrões literários rígidos criou um vasto número de pessoas que eram falantes de não-línguas, ou que falavam a sua língua materna «incorretamente»<sup>89</sup>. Em 1927, 93,7% dos estudantes ucranianos e 90,2% dos estudantes bielorrussos na escola primária eram ensinados na sua língua materna (isto é, a língua sugerida pela designação da sua «nacionalidade»)<sup>90</sup>. Escolas secundárias, escolas profissionais e universidades estavam atrás, mas todos pareciam concordar que o objetivo final era a coincidência total entre identidade nacional

85 M. Pavlovich, «Kul'turnye dostizheniia tiurko-tatarskikh narodnostei so vremeni Oktiabr'skoi revoliutsii», *Novyi vostok* 12 (1926): VIII.

86 Simon, *Nationalism*, 46. O número de livros e brochuras em iídiche, por exemplo, aumentou de 76 em 1924 para 531 em 1939 (ver Gitelman, *Jewish Nationality*, 332-33).

87 Ver, por exemplo, Fierman, *Language Planning*, 170-76; Gitelman, *Jewish Nationality*, 351-65; James E. Mace, *Communism and the Dilemmas of National Liberation: National Communism in Soviet Ukraine, 1918-1933* (Cambridge: Harvard Ukrainian Research Institute, 1983), 96; Simon, *Nationalism*, 42.

88 Davydov, «O probleme iazykov», 23.

89 O comissário ucraniano para a Educação, Mykola Skrypnyk, definiu o vernáculo do Donbass como um dialeto «nem russo nem ucraniano», a precisar de ser devidamente ucranianizado (ver Mace, *Communism and the Dilemmas*, 213).

90 Simon, *Nationalism*, 49.

e linguística. Um judeu de um *shtetl* seria, pelo menos em teoria, educado em iídiche, mesmo que os seus pais preferissem o ucraniano (não havendo a opção do hebreu), e um ucraniano de Cubã seria ensinado em ucraniano se os especialistas e os administradores tivessem decidido que o vernáculo falado pelos seus pais era um dialeto do ucraniano, e não um dialeto do russo (ou uma língua de Cubã de pleno direito)<sup>91</sup>. Como declarou um funcionário, «não podemos ter em conta os desejos dos pais. A criança tem de ser ensinada na língua que fala em casa»<sup>92</sup>. Em muitas partes da URSS, uma tal abordagem não poderia ser implementada nem sequer ser seriamente discutida, mas a validade do objetivo final (consistência etnolingüística total sob o socialismo, em vez de transparência etnolingüística total sob o comunismo) era normalmente um ponto assente.

Por fim, e de forma mais dramática, a promoção das línguas autóctones foi acompanhada pela promoção dos falantes dessas línguas. De acordo com a política oficial de *korenizatsiia* (literalmente, «criar raízes» ou autoctonização), as questões relativas a todos os grupos étnicos, a todos os níveis — das repúblicas da união aos soviets de clã — seriam tratadas por representantes desses grupos étnicos. Isto implicava o recrutamento preferencial de «nacionais» para as instituições partidárias, governamentais, judiciais, sindicais e educativas, bem como a «proletarização» preferencial da maior parte da população rural «não russa»<sup>93</sup>. Os objetivos específicos não eram, contudo, claros. Por um lado, a percentagem da população total de um determinado grupo étnico devia ser igual à sua percentagem na ocupação de postos de elevado estatuto, o que na verdade queria dizer todas as profissões exceto as tradicionalmente rurais (precisamente aquelas que, de acordo com os etnógrafos, conferiam à maior parte das nacionalidades o seu carácter «nacional»)<sup>94</sup>. Por outro lado, nem todos os territórios eram iguais, ou igualmente autocontidos, com a identidade «da república» a dominar frequentemente todas as

91 I. Bulatnikov, «Ob ukrainizatsii na Severnom Kavkaze», *Prosveshchenie natsional'nostei* 1 (1929): 94-99; Gitelman, *Jewish Nationality*, 341-44.

92 Gitelman, *Jewish Nationality*, 341-44.

93 Para uma resenha, ver Simon, *Nationalism*, 20-70.

94 Ver, por exemplo, Borozdin, «Sovremennyi Tatarstan», 118-19, 122-23; Dimanshtein, «Desiat' let», v-vi, xvii.

outras. A maior parte das campanhas de indigenização assumia, efetivamente, que as nacionalidades (não russas) que controlavam a república eram mais autóctones do que as outras, de modo que, se os funcionários arménios excediam de facto a proporção de arménios na população total da «sua própria» república, aparentemente ninguém invocava uma violação da política soviética para as nacionalidades (era suposto os curdos controlarem os seus soviets de aldeia; a sua representação proporcional a nível da república não era uma prioridade claramente definida)<sup>95</sup>. Nenhuma outra república da união conseguia igualar o sucesso da Arménia, mas a maioria tentou (com a Geórgia, em particular, a dar grandes passos). A nacionalidade era um ativo e não havia nenhuma entidade, definida nacionalmente, acima da república da união.

No entanto, e apesar de a hierarquia administrativa interferir no princípio da igualdade nacional, a ideia de uma hierarquia formal de grupos étnicos estava ausente da política para a nacionalidade da NPE. Ninguém se importava com a distinção feita por Estaline entre nações e nacionalidades, nem o próprio. A ditadura do proletariado consistia em inúmeros grupos nacionais (línguas, culturas, instituições). Os temas-chave eram a «diversidade nacional [*raznoobrazie*]» e «singularidade nacional [*svoeobrazie*]», ambos úteis enquanto pré-requisitos paradoxais para a unidade definitiva, mas também enquanto valores importantes em si mesmos. A representação simbólica da URSS na Exposição Agrícola de 1923 incluía

[a]s majestosas mesquitas antigas de Samarcanda [...]; os minaretes brancos do Azerbaijão; uma torre arménia colorida; um edifício inequivocamente oriental da Quirguízia; uma sólida casa tártara coberta de grelhas; alguns objetos pitorescos ao estilo chinês do Extremo Oriente; e mais adiante as iurtas e os *chums* da Basquíria, da Buriácia-Mongólia, da Calmúquia, da Oirácia, da Iacútia, da Cacássia, da Ostiáquia e da Samoieda; tudo isto rodeado pelas montanhas e aldeias do Daguestão, da República das Montanhas Caucásicas [*Gorskaia*] e da Chechénia, artificialmente criadas [...]. Cada uma tem a *sua própria* bandeira; sinalização na *sua própria* língua; mapas das *suas próprias* extensões e

95 Simon, *Nationalism*, 32-33, 37.

fronteiras; diagramas dos *seus próprios* recursos. Nacionalidade, individualidade e singularidade são realçadas com convicção em todo o lado.<sup>96</sup>

Se a URSS era um apartamento comunitário, então cada família que lá habitava tinha direito a um quarto próprio. «Só através da autodeterminação nacional livre é que podíamos chegar a este apartamento», defendia Vareikis, «porque é apenas através desta autodeterminação que qualquer uma das nações antigamente oprimidas consegue superar a sua legítima desconfiança relativamente às grandes nações»<sup>97</sup>.

Nem toda a desconfiança era legítima, claro. A incapacidade de reconhecer Moscovo como a «cidadela do movimento revolucionário internacional e do leninismo»<sup>98</sup> (e, portanto, o único e verdadeiro centro do centralismo democrático) constituía um desvio nacionalista, como puderam constatar Sultan-Galien e Shums'kyi, entre outros. Os direitos nacionais eram uma questão de «forma» cultural, por contraposição ao «conteúdo» político e económico; mas em última análise toda a forma derivava do conteúdo, e cabia aos líderes do partido, em Moscovo, decidir onde é que se traçava a linha em cada caso. Uma coisa era, contudo, certa: a distinção em si continuava a ser obrigatória, embora fosse temporária, e a quota-parte da forma continuava a ser significativa mas teoricamente insignificante. Mesmo quando atacou Mykola Khvylovy em 1926 por «virar as costas a Moscovo», Estaline reafirmou o seu apoio à continuação do desenvolvimento da cultura ucraniana, e repetiu a sua previsão de 1923 de que, mais cedo ou mais tarde (por contraposição a imediatamente), «o proletariado ucraniano ficaria ucranianizado, da mesma forma que o proletariado da Letónia e da Hungria, por exemplo, que era alemão, foi letonizado e magiarizado»<sup>99</sup>.

E os russos? No centro do apartamento soviético ficava um espaço grande e amorfo, que não era definido de forma clara como um quarto, que não era assinalado por via de parafernália nacional, que não era reclamado pela «sua própria» nação, e que era habitado por um vasto

96 A. Skachko, «Vostochnye respubliki na S.-Kh. Vystavke SSSR v 1923 godu», *Novyi vostok* 4 (1923): 482-84. Ênfase no original.

97 Vareikis e Zelenskii, *Natsional'no-gosudarstvennoe razzemezhevanie*, 59.

98 Estaline, *Sochineniia*, 8: 153.

99 *Ibid.*, 151.

número de proletários austeros e cada vez mais suscetíveis. Os russos permaneciam, efetivamente, numa posição especial. Podiam ser uma minoria genuína em áreas atribuídas a outros, mas na própria Rússia não tinham direitos nacionais nem oportunidades nacionais (porque as tinham tido antes e as tinham usado mal). A guerra contra as baracas russas e contra as igrejas russas era a *raison d'être* do partido, e o pesado fardo que essa guerra constituía era a razão pela qual precisava do apoio das iurtas, dos *chums* e dos minaretes. Na verdade, a ação afirmativa baseada na etnicidade, nos territórios nacionais, era uma réplica exata da ação afirmativa baseada na classe, na Rússia. Um russo podia beneficiar do facto de ser proletário; um não-russo podia beneficiar do facto de ser um não-russo. «Udmurte» e «uzbeque» eram conceitos com significado porque funcionavam como substitutos para classe; «russo» era uma categoria politicamente vazia, exceto quando se referia à origem do chauvinismo da grande potência (que se referia ao estatismo burocrático arrogante, e não a uma autoafirmação nacional excessiva) ou à história da persistente opressão imperialista (o que significava que o Estado czarista era uma prisão para os povos não russos). De acordo com a formulação da política de Lenine, feita em 1923 por Trotsky,

[a] relação entre o proletariado da Grande Rússia e o campesinato da Grande Rússia é uma coisa. Trata-se aqui, pura e simplesmente, de uma questão de classe, o que facilita a resolução do problema. A relação entre o proletariado da Grande Rússia, que desempenha o papel principal no nosso Estado federal, e o campesinato ucraniano, azeri, turquistânês, georgiano e ucraniano é uma questão completamente diferente.<sup>100</sup>

Os russos não eram a única não-nação da União Soviética. Os soviéticos também não eram uma nação (o apartamento não era maior do que a soma das suas divisões). Isto é ainda mais notável porque, a partir de março de 1925, os cidadãos da URSS estavam a construir o socialismo «num só país» — um país com um Estado central, uma economia centralizada, um território definido e um partido monolítico. Algumas

100 Citado por Nenarokov, *K edinstvu ravnykh*, 132.

pessoas («os chauvinistas das grandes potências») associavam esse país à Rússia<sup>101</sup>, mas, no que dizia respeito à posição do partido, a URSS não tinha uma identidade nacional, uma língua oficial ou uma cultura nacional. A URSS era como a Rússia na medida em que ambas representam um puro «conteúdo socialista», completamente despojado de «forma nacional».

O conteúdo socialista não podia obviamente ser criticado, mas a campanha para promover as formas nacionais tinha muitos detratores, embora pouco articulados. Ainda que quase nenhum delegado ao 12.º Congresso tenha dito alguma coisa contra o programa de autoctonização (*korenizatsiia*) de Lenine/Estaline, os maiores aplausos foram guardados para os poucos ataques ao «nacionalismo local», e não para a cruzada do partido contra o chauvinismo da grande potência<sup>102</sup>. Entretanto, na República Tártara o chauvinismo de grande potência consistia em queixas de «que ‘nesta altura todo o poder está nas mãos dos tártaros’; que ‘os russos agora passam mal’; que ‘os russos estão a ser oprimidos’; que ‘os russos estão a ser despedidos dos seus empregos, não são contratados em lado nenhum, não são admitidos nas universidades’; que ‘todos os russos devem sair da Tartária o mais depressa possível’, etc.»<sup>103</sup>. Em Povolzhè, na Sibéria e na Ásia Central, colonos «não autóctones», professores e administradores ressentiam-se com a pressão oficial para apreender línguas que consideravam inúteis, para contratar «nacionais» que consideravam incompetentes, ensinar crianças a que chamavam «selvagens», e gastar recursos escassos em projetos que consideravam injustos e meramente simbólicos<sup>104</sup>. Os camponeses

101 Ver, em particular, M. Agurskii, *Ideologiia natsional-bol'shevizma* (Paris: YMCA Press, 1980).

102 *Dvenadtsatysy»ezd*, 554, 556, 564.

103 N. Konoplev, «Shire front internatsional'nogo vospitaniia», *Prosveshchenie natsional'nostei* 2 (1931): 49. Ver também N. Konoplev, «Za vospitanie internatsional'nykh boitsov», *Prosveshchenie natsional'nostei* 4-5 (1930): 55-61.

104 TsGAOR, f. 1377, op. 1, d. 224, 11.8, 32; N. Amyl'skii, «Kogda zatsvetaiut zharkie tsvety», *Severnaia Aziia* 3 (1928): 57-58; Fierman, *Language Planning*, 177-85; N.I. Leonov, «Tuzemnye shkoly na Severe», *Sovetskii Sever: Pervyi sbornik statei* (Moscou: Komitet Severa, 1929), 200-4; Leonov, «Tuzemnye soveti», 242, 247-48; D.F. Medvedev, «Ukrepim soveti na Krainem Severe i ozhivim ikh rabotu», *Sovetskii Sever* 1 (1933): 6-8; P. Rysakov, «Praktika shovinizma i mestnogo natsionalizma», *Revoliutsiia i natsional'nosti* 8-9 (1930): 28; T. Semushkin,

ucranianos não estavam muito entusiasmados com a chegada de colonos agrícolas judeus, ao passo que os «sobrerrepresentados» funcionários judeus se opunham à ucranianização generalizada<sup>105</sup>. Os supostos beneficiários também não ficavam sempre agradecidos. Pais «politicamente imaturos», bem como estudantes e professores, exibiam uma «atitude anormal» relativamente à educação na língua materna, e tinham de ser forçados a entrar no caminho da «iidishização» e da «bielorrussificação» (por razões técnicas, este caminho raramente ia além do ensino preparatório, assemelhando-se por isso a um beco sem saída educacional)<sup>106</sup>. Os «retrógrados» colonos bielorrussos na Sibéria preferiam uma instrução em russo, e os «particularmente retrógrados» povos autóctones da Sibéria defendiam que, na medida em que a literacia poderia ter algum valor na tundra, seria para conhecer os hábitos russos e aprender as competências que não podiam adquirir na sua terra<sup>107</sup>.

Enquanto durou a NPE, estes argumentos não tiveram quem os ouvisse, porque a saída do atraso passava pela exuberante e intransigente construção nacional (*natsional'noe stroitel'stvo*), isto é, na terminologia oficial, por mais atraso. Mas a NPE acabou em 1928, e com ela acabou também a tolerância por todo o tipo de «sobrevivências». Os «revolucionários a partir do topo» restauraram a antiga equivalência bolchevique entre «alteridade» e «atraso», e comprometeram-se a destruí-la em dez anos. A coletivização iria tratar dos bárbaros rurais, a industrialização traria consigo o progresso urbano, e a revolução cultural iria «liquidar a iliteracia» (e, portanto, qualquer forma de desvio). Segundo os apóstolos da Grande Transformação, «socialismo num só país» significava que a diferença entre o próprio e o outro iria em breve

*Chukotka* (Moscovo: Sovetskii pisatel', 1941), 48; I. Sergeev, «Usilit' provedenie natspolitiki v Kalmykii», *Revoliutsiia i natsional'nosti* 7 (1930): 66; Simon, *Nationalism*, 25, 41, 73-74.

105 Gitelman, *Jewish Nationality*, 386, 398, 402-3.

106 Davydov, «O probleme iazykov», 22; Konoplev, «Shire front», 50; A. Valitov, «Protiv opportunisticheskogo otnosheniia k stroitel'stvu natsshkoly», *Prosveshchenie natsional'nostei* 5-6 (1932): 68.

107 I. Skachkov, «Prosveshchenie sredi belorusov RSFSR», *Prosveshchenie natsional'nostei* 3 (1931): 76; P. Kovalevskii, «V shkole-iurte», *Sovetskii Sever* 2 (1934): 105-6; I. Nesterenok, «Smotr natsional'nykh shkol na Taimyre», *Sovetskii Sever* 6 (1932): 84; G.N. Prokof'ev, «Tri goda v samoedskoi shkole», *Sovetskii Sever* 7-8 (1931): 144; S. Stebnitskii, «Iz opytaraboty v shkole Severa», *Prosveshchenie natsional'nostei* 8-9 (1932): 49-51.

coincidir com as fronteiras daquele país: todas as fronteiras internas iam desaparecer no presente, as escolas fundir-se-iam com a produção, os escritores com os leitores, as mentes com os corpos. Mas aplicava-se isto às nacionalidades? Significava isto que os territórios nacionais representavam uma concessão ao atraso que tinha de ser removida? Que as nações teriam de ser eliminadas como os homens da NPE, ou coletivizadas como os camponeses? Havia sinais importantes que apontavam nesse sentido. Tal como os juristas anteciparam o desaparecimento da lei, e professores previram a iminente obsolescência da educação formal, linguistas e etnógrafos esperavam — e tentaram que se realizasse — a fusão, e o conseqüente desaparecimento, das comunidades étnicas e linguísticas<sup>108</sup>. De acordo com a supostamente marxista e, portanto, obrigatória «teoria jafética», de N.Ia. Marr, a língua fazia parte da superestrutura social, e por isso refletia as mudanças cíclicas da base económica. As famílias linguísticas eram resquícius de etapas evolucionárias unidas pelo processo inexorável da «glotogonia» global e estavam destinadas a fundir-se sob o comunismo<sup>109</sup>. De modo semelhante, os falantes dessas línguas («nacionalidades») constituíam comunidades historicamente «instáveis», que emergiam e entravam em queda com as formações socioeconómicas<sup>110</sup>. «Ao libertar-se dos seus aspetos burgueses, as culturas nacionais fundir-se-ão numa única cultura humana [...]. A nação é uma categoria histórica, transicional, que não representa nada de primordial ou eterno. Na verdade, o processo de evolução da nação repete, no essencial, a história do desenvolvimento das formas sociais.»<sup>111</sup> Entretanto, a necessidade de acelerar o estudo do marxismo-leninismo e de «dominar a tecnologia» parecia exigir o abandono da prática «absurda» da autoctonização linguística entre os povos maiori-

108 Acerca do abolicionismo profissional durante o primeiro plano quinquenal, ver Sheila Fitzpatrick, ed., *Cultural Revolution in Russia, 1928-1931* (Bloomington: Indiana University Press, 1978). Acerca da linguística e da etnografia, ver Yuri Slezkine, «The Fall of Soviet Ethnography, 1928-38», *Current Anthropology* 32, n.º 4 (1991): 476-84.

109 Slezkine, «The Fall», 478.

110 N.Ia. Marr, «K zadacham nauki na sovetskom vostokey», *Prosveshchenie natsional'nostei* 2 (1930): 12; S. Asfendiarov, «Problema natsii i novoe uchenie o iazyke», *Novyi vostok* 22 (1928): 174.

111 Asfendiarov, «Problema natsii», 174.

tariamente «assimilados» e a promoção do uso mais abrangente possível da língua russa<sup>112</sup>.

Isto não iria, contudo, acontecer. O purismo linguístico foi efetivamente atacado pelos seguidores de Marr e mais tarde pelo partido<sup>113</sup>, mas a questão não seria oficialmente resolvida antes de 1933-34, e o princípio da autonomia etnocultural nunca foi posto em questão. Como declarou ao 16.º Congresso do Partido em julho de 1930,

[a] teoria da fusão de todas as nações da [...] URSS numa única nação *grã-russa* comum, com uma língua *grã-russa* comum, é uma teoria nacionalista-chauvinista e antileninista, que contradiz a principal tese do leninismo, segundo a qual as diferenças nacionais não podem desaparecer no futuro próximo, e continuarão a existir por muito tempo, mesmo depois da vitória da revolução proletária à escala mundial.<sup>114</sup>

Assim, enquanto continuassem a existir (e será por muito tempo) «diferenças, línguas, culturas, modos de vida, etc., nacionais», as entidades etnoterritoriais teriam de ser preservadas e reforçadas<sup>115</sup>. A Grande Transformação na política das nacionalidades consistiu numa escalada dramática do impulso da NPE para a construção de nações. Os paladinos da língua russa foram obrigados a retratar-se<sup>116</sup>, e toda a vida soviética devia tornar-se o mais «nacional» possível, o quanto antes. Se não havia nenhuma fortaleza que os bolcheviques não conseguissem conquistar, nenhum plano que não conseguissem cumprir para além dos objetivos, nenhum conto de fadas que não conseguissem transformar em reali-

112 I. Davydov, «Ocherednye zadachi prosveshcheniia natsional'nostei», *Prosveshchenie natsional'nostei* 4-5 (1930): 30-34; M. Vanne, «Russkii iazyk v stroitel'stve natsional'nykh kul'tur», *Prosveshchenie natsional'nostei* 2 (1930): 31-40.

113 I. Kusik'ian, «Ocherednye zadachi marksistov-iazykovedov stroitel'stve iazykov narodov SSSR», *Prosveshchenie natsional'nostei* 11-12 (1931): 75; E. Krotevich, «Vypravit' nedochety v stroitel'stve Kazakhskoi terminologii», *Prosveshchenie natsional'nostei* 8-9 (1932): 94-96; Fierman, *Language Planning*, 126-129; Mace, *Communism*, 277-79; Roman Smal-Stocki, *The Nationality Problem of the Soviet Union and Russian Communist Imperialism* (Milwaukee: The Bruce Publishing Company, 1952), 106-41.

114 I.V. Estaline, *Sochineniia* (Moscovo: Politizdat, 1952), 13: 4. Ênfase no original.

115 *Ibid.*, 12: 365-66.

116 Ver, por exemplo, *Prosveshchenie natsional'nostei* 11-12 (1931): 102-6.

dade, então seguramente não seriam precisos mais do que alguns meses para dominar o uzbeque, para não falar das «meras 600 ou 700 palavras quotidianas» que compunham a língua dos nenetses<sup>117</sup>. A 1 de março de 1928 o Departamento do Partido da Ásia Central, o Comité Central do Partido Comunista do Uzbequistão e o Comité Executivo Uzbeque decidiram formalmente que iam ficar completamente «uzbequificados» a 1 de setembro de 1930<sup>118</sup>. A 28 de dezembro de 1929, o governo uzbeque exigiu que todos os funcionários do Comité Central, do Supremo Tribunal e dos comissariados para o Trabalho, a Educação, a Justiça e a Segurança Social aprendessem a língua uzbeque em dois meses (aos outros comissariados foram dados nove meses, e a «todos os restantes» um ano)<sup>119</sup>. A 6 de abril de 1931, o Comité Executivo Central da República Autónoma da Crimeia decretou que a quota de funcionários do governo autóctones aumentaria de 19% para 50% até ao final do ano<sup>120</sup>. E a 31 de agosto de 1929, os residentes de Odessa, predominantemente russófonos, ao acordar descobriram que o seu diário *Izvestiia* tinha sido transformado no *Chornomors'ka komuna*, em língua ucraniana.

Apenas das cidades, contudo, é que se esperava que ficassem completamente ucranianizadas ou cazaquificadas. O aspeto mais espetacular da revolução de Estaline para as nacionalidades foi o grande aumento no apoio à autonomia cultural de todas as «minorias nacionais» (nacionalidades não titulares), por mais pequenas que fossem. «A essência da autoctonização não coincide completamente com conceitos como 'ucranianização', 'cazaquistização', 'tartarização', etc. A autoctonização não se pode limitar às questões relacionadas com a nacionalidade autóctone de uma dada república ou província.»<sup>121</sup> Em 1932 a Ucrânia podia gabar-se de ter soviets rurais russos, alemães, polacos, judaicos, moldavos, che-

117 Fierman, *Language Planning*, 177; Evgen'ev e Bergavinov, «Nachal'niku Obdorskogo politotdela Glavsevmorputi t. Mikhailovu», *Sovetskaia Arktika* 4 (1936): 65-67.

118 P. Rysakov, «Praktika shovinizma i mestnogo natsionalizma», *Revoliutsiia i natsional'nosti* 8-9 (1930): 29.

119 S. Akopov, «K voprosu ob uzbekizatsii apparata i sozdaniu mestnykh rabochikh kadrov promyshlennosti Uzbekistana», *Revoliutsiia i natsional'nosti* 12 (1931): 22-23.

120 Rodnevich, «Korenizatsiia apparata v avtonomiakh i raionakh natsmen'shinstv RSFSR», *Revoliutsiia i natsional'nosti* 12 (1931): 19-20.

121 A. Oshirov, «Korenizatsiia v sovetskoi strane», *Revoliutsiia i natsional'nosti* 4-5 (1930): 111.

chenos, búlgaros, gregos, bielorrussos e albaneses, ao passo que o Cazaquistão albergava soviets rurais russos, ucranianos, «russo-cossacos», uzbeques, uígures, alemães, tadjiques, dunganês, tártaros, chuvaches, búlgaros, moldavos e mordovianos, sem contar com os 140 que eram «mistos»<sup>122</sup>. Era um festim de fertilidade étnica, um carnaval nacional exuberante patrocinado pelo partido e aparentemente reafirmado no ataque feito por Estaline a Rosa Luxemburgo na sua carta ao *Proletarskaia revoliutsiia*<sup>123</sup>. Afinal, os chechenos e os inguches representavam nacionalidades diferentes (e nem todos eram falantes do vainaque), os mingrelícos eram diferentes dos georgianos, os carélicos eram diferentes dos finlandeses, os «gregos pânticos» eram diferentes dos «gregos da Grécia», os judeus e os ciganos eram diferentes (mas não eram assim tão diferentes) das outras pessoas, e portanto precisavam todos de uma língua, de uma imprensa e de um sistema de educação próprios<sup>124</sup>. Entre 1928 e 1938, o número de jornais não russos aumentou de 205 títulos em 47 línguas para 2188 títulos em 66 línguas<sup>125</sup>. Seria um escândalo se os caucasianos do Norte de origem ucraniana não tivessem os seus próprios teatros, bibliotecas e organizações literárias, se os povos do Daguestão tivessem uma língua franca turcomana (em vez de várias dezenas de padrões diferentes), ou se as necessidades culturais dos trabalhadores do Donbass fossem satisfeitas «apenas em língua russa, ucraniana e

122 A. Gitlianski, «Leninskaia natsional'naia politika v deistvii (natsional'nye men'shinstvannaia Ukraine)», *Revoliutsiia i natsional'nosti* 9 (1931): 37; A. Zuev, «Natsmeny Kazakhstana», *Revoliutsiia i natsional'nosti* 4 (1932): 48.

123 Pelo menos foi o que a maior parte das pessoas pensou. Cf. Estaline, *Sochineniia* 13: 91-92; *Revoliutsiia i natsional'nosti* 1 (1932); e Iiul'skii, «Pis'mo t. Stalina — orudie vospitaniia Bol'shevistskikh kadrov», *Prosveshchenie natsional'nosti* 2-3 (1932): 9.

124 Ver, por exemplo, I.K., «Indoevropéistika v deistvii», *Prosveshchenie natsional'nosti* 11-12 (1931): 97-102; I. Kusik'ian, «Protiv burzhuaznogo kavkazovedeniia», *Prosveshchenie natsional'nosti* 1 (1932): 45-47; I. Zhvaniia, «Zadachi sovetskogo i natsional'nogo stroitel'stva v Mingrelii», *Revoliutsiia i natsional'nosti* 6 (1930): 66-72; D. Savvov, «Za podlinno rodnoi iazyk grekov Sovetskogo Soiuzna», *Prosveshchenie natsional'nosti* 4 (1932): 64-74; M. Bril', «Trudiashchiesia tsygane v riady stroitelei sotsializma», *Revoliutsiia i natsional'nosti* 7 (1932): 60-66; S.D., «Evreiskaia avtonomnaia oblast' — detishche Oktiabr'skoi revoliutsii», *Revoliutsiia i natsional'nosti* 6 (1934): 13-25.

125 Simon, *Nationalism*, 46.

tártara»<sup>126</sup>. A maior parte dos postos de trabalho oficiais e dos acessos às escolas na União Soviética estava sujeita a complexos sistemas de quotas, que procuravam estabelecer uma correspondência exata entre demografia e promoção — uma tarefa quase impossível de tão desconcertante, dada a quantidade de níveis administrativos nos quais podiam ser aferidas a demografia e a promoção<sup>127</sup>. A ditadura do proletariado era uma Torre de Babel na qual todas as línguas, em todos os andares, teriam a sua quota proporcional de todos os empregos. Mesmo os destacamentos de trabalhadores de alta produtividade, para fábricas ou obras específicas, deveriam ser organizados de acordo com critérios étnicos, se possível (a famosa stakhanovista, Pasha Angelina, era um orgulhoso membro da «Brigada Grega»)<sup>128</sup>. No entanto, a Grande Transformação não foi apenas uma NPE que perdeu as estribeiras. Na política para as nacionalidades, tanto como nas outras, representou a guerra final contra o atraso enquanto exploração, uma libertação permanente das diferenças sociais (e, portanto, de todas as diferenças?) e o salto definitivo para a intemporalidade concebida como ausência de classes. Os objetivos e as identidades da Grande Transformação só eram válidos se houvesse vilões a obstruí-los. A partir de 1928, as elites não russas, reais ou imaginárias, não podiam alegar o atraso nacional, ou exigir direitos nacionais. A coletivização pressupunha a existência de classes, e isso significava que todas as nacionalidades, sem exceção, tinham de produzir os seus

126 *Revoliutsiia i natsional'nosti* 1 (1930): 117; «Problema iazyka v Dagestane», *Revoliutsiia i natsional'nosti* 2 (1930): 68-75; Gitlianskii, «Leninskaia natsional'naia politika», 77.

127 Ver, por exemplo, G. Akopov, «Podgotovka natsional'nykh kadrov», *Revoliutsiia i natsional'nosti* 4 (1934): 54-60; A. Polianskaia, «Natsional'nye kadry Belorussii», *Revoliutsiia i natsional'nosti* 8-9 (1930): 79-88; Rodnevich, «Korenizatsiia aparata — na vysshuiu stupen», *Revoliutsiia i natsional'nosti* 7 (1932): 50-55; I. Iuabov, «Natsmeny Uzbekskoi SSR», *Revoliutsiia i natsional'nosti* 9 (1932): 74-78; P. S-ch, «Partorganizatsii natsional'nykh raionov», *Revoliutsiia i natsional'nosti* 10-11 (1932): 143-48; I. Karneev, «Nekotorye tsify po podgotovke inzhenerno-tekhnicheskikh kadrov iz korennykh natsional'nostei», *Revoliutsiia i natsional'nosti* 3 (1933) 86-92.

128 Kh. Khazanskii, I. Gazeliridi, «Kul'tmassovaia rabota sredi natsional'nykh men'shinstv na novostroiikakh», *Revoliutsiia i natsional'nosti* 9 (1931): 86-91; A. Kachanov, «Kul'turnoe obsluzhivanie rabochikh-natsmen Moskovskoi oblasti», *Revoliutsiia i natsional'nosti* 6 (1932): 54-58; I. Sabirzianov, «Natsmenrabota profsoiuzov Moskvyy», *Revoliutsiia i natsional'nosti* 9 (1932): 69-74.

próprios exploradores, hereges e conspiradores antissoviéticos<sup>129</sup> (se não houvesse classes à vista, o género e a idade tomavam o seu lugar)<sup>130</sup>. A vida consistia em «frentes» e as frentes — incluindo as nacionais — separavam as classes em conflito. «Se, no caso da nacionalidade russa, a luta de classes dentro de si tem sido extremamente intensa desde os primeiros dias de Outubro [...], as várias nacionalidades só agora estão a começar a travá-la»<sup>131</sup>. Às vezes parecia que o corretivo social ao princípio étnico ia efetivamente dissolver por completo este princípio, como quando um proeminente porta-voz do partido declarou que «a intensificação das lutas de classe revelou a essência de classe de muitas particularidades nacionais»<sup>132</sup>, ou quando um jovem etnógrafo/coletivizador concluiu que o «sistema que parece uma especificidade nacional aos olhos do observador superficial e normalmente ingénuo [...] revela-se afinal um sistema de defesa ideológico da propriedade privada»<sup>133</sup>.

Nem todas as particularidades nacionais podiam, contudo, ser dissolvidas através da análise de classe. A retórica da diversidade étnica e a prática das quotas étnicas continuavam a ser obrigatórias, e a maior parte dos funcionários locais purgados durante o primeiro plano quinquenal foi substituída pelo seu equivalente social, em versão melhorada, da mesma nacionalidade<sup>134</sup>. O que mudou foi o espaço de manobra per-

129 A. Mitrofanov, «K itogam partchistiki v natsrespublikakh i oblastiakh», *Revoliutsiia i natsional'nosti* 1 (1930): 29-36; Martha Brill Olcott, *The Kazakhs* (Stanford: Hoover Institution Press, 1987), 216-20; Mace, *Communism*, 64-80; Rakowska-Harmnstone, *Russia and Nationalism*, 39-41; Azade-Ayşe Rorlich, *The Volga Tatars: A Profile in National Resilience* (Stanford: Hoover Institution Press, 1986), 155-56.

130 Por outras palavras, as mulheres e as crianças podiam tornar-se, na ausência destes, proletários. Ver Gregory Massell, *The Surrogate Proletariat: Moslem Women and Revolutionary Strategies in Soviet Central Asia, 1919-1929* (Princeton: Princeton University Press, 1974); Yuri Slezkine, «From Savages to Citizens: The Cultural Revolution in the Soviet Far North, 1928-1938», *Slavic Review* 51, n.º 1 (primavera de 1992): 52-76.

131 «Vskrytie klassovoi rozni». Ver N. Krupskaia, «O zadachakh natsional'no-kul'turnogo stroitel'stva v sviazi s obostreniem klassovoi bor'by», *Prosveshchenie natsional'nostei* 4-5 (1930): 19.

132 S. Dimanshtein, «Za klassovuiu chetkost' v prosveshchenii natsional'nostei», *Prosveshchenie natsional'nostei* 1 (1929): 9.

133 N. Bilibin, «U zapadnykh koriakov», *Sovetskii Sever* 1-2 (1932): 207.

134 Ver, por exemplo, Olcott, *The Kazakhs*, 219; Rakowska-Harmnstone, *Russia and Nationalism*, 100-1.

mitido à «forma nacional». A identidade étnica da Grande Transformação era igual à identidade étnica da NPE menos o «atraso», tal como era representado e defendido pelas classes exploradoras. Os membros da assim chamada União para a Libertação da Ucrânia não foram acusados de nacionalismo porque insistiam na identidade própria da Ucrânia, na sua autonomia administrativa ou nos seus direitos etnolinguísticos — era essa a política soviética oficial. Foram acusados de nacionalismo porque a Ucrânia que eles supostamente defendiam e celebravam era uma utopia rural, de um passado remoto mas passível de ser restaurado, e não uma utopia urbana de um futuro próximo e etnicamente fragmentado.

Eles continuaram emocionalmente ligados à velha Ucrânia, com as suas herdades e mansões senhoriais, um país predominantemente agrário com uma base sólida para a propriedade privada do solo [...]. Eles eram hostis à industrialização da Ucrânia e ao plano quinquenal soviético, que estava a transformar a república e a dotá-la de uma base industrial independente. Eles escarneceram [*glumilis*] da barragem hidroelétrica do Dniepr e da ucranianização soviética. Não confiavam na sua sinceridade e seriedade. Estavam convencidos de que nenhuma ucranianização genuína seria possível sem eles, sem a velha *intelligentsia* ucraniana. Mas eles tinham, acima de tudo, medo de que lhes fosse retirado o monopólio que tinham sobre a cultura, a literatura, a ciência, a arte e o teatro.<sup>135</sup>

Nunca esteve em causa a continuação da existência de comunidades definidas nacionalmente, nem a legitimidade da sua exigência de uma identidade cultural, territorial, económica e política específica (que Estaline considerava como o princípio dos direitos nacionais, e a qual designo como «nacionalismo»). O crime do «nacionalismo burguês» consistia nas tentativas, por parte de alguns «intelectuais burgueses», de desviar essas comunidades da orientação do partido — da mesma forma que o crime de demolição consistia na tentativa, por parte de alguns «especialistas burgueses», de descarrilar a indústria soviética. Seguir a via do «nacionalismo burguês» era sabotar a nação, e não «construí-la».

135 D. Zaslavskii, «Na protsesse 'vyzvolentsev», *Prosveshchenie natsional'nostei* 6 (1930): 13.

A «ofensiva socialista» começou a esmorecer em 1931 e parou efetivamente em 1934 por falta de adversários. Dirigindo-se ao «Congresso dos Vitoriosos», Estaline declarou que a URSS se tinha finalmente «despojado de tudo o que é atrasado e medieval» e se transformara numa sociedade industrializada baseada numa fundação socialista<sup>136</sup>. Para efeitos de representação oficial, o tempo havia sido conquistado e o futuro era agora o presente. Todas as diferenças fundamentais tinham sido ultrapassadas, todo o trabalho académico se tornara marxista, e todo o trabalho não marxista havia desaparecido. Não havendo atraso, já não eram necessárias as instituições que tinham sido criadas para lidar com as suas várias manifestações: foram encerrados o Departamento da Mulher, a Secção Judaica e o Comité de Assistência aos Povos da Fronteira Norte. A ciência da pedologia tinha sido banida porque pressupunha que as mulheres, as minorias e as pessoas socialmente desfavorecidas poderiam precisar de ajuda especial para entrar na via da modernidade. A ciência da etnologia fora banida porque pressupunha que algumas culturas contemporâneas podiam ainda ser primitivas ou tradicionais. E toda a arte não socialista tinha sido banida porque toda a arte refletia a realidade, e toda a realidade soviética era socialista.

De acordo com a equivalência entre nacionalidade e atraso do 10.º Congresso, a nacionalidade também teria de ser banida. Mas resistiu mais uma vez à tempestade e reemergiu purificada mas vigorosa. O «estalinismo avançado» não revogou a política de construção nacional, como nos querem fazer crer a maioria dos autores<sup>137</sup>. Mudou a forma da etnicidade, mas nunca abandonou o «princípio leninista» de unidade através da diversidade. Diminuiu drasticamente o número de unidades nacionais, mas nunca pôs em questão a essência nacional dessas unidades. A abolição do Departamento da Ásia Central não representou um apelo à assimilação étnica, do mesmo modo que a abolição do Departamento da Mulher não foi um preâmbulo a qualquer ataque à

136 Estaline, *Sochineniia*, 13: 306, 309.

137 Para duas notáveis exceções, ver Barbara A. Anderson e Brian D. Silver, «Equality, Efficiency, and Politics in Soviet Bilingual Education Policy, 1934-1980», *American Political Science Review* 78, n.º 4 (outubro de 1984): 1019-39; e Ronald Grigor Suny, «The Soviet South: Nationalism and the Outside World», in Michael Mandelbaum, ed., *The Rise of Nations in the Soviet Union* (Nova Iorque: Council of Foreign Relations Press, 1991): 69.

diferença de géneros. Na verdade, do mesmo modo que se esperava que as mulheres soviéticas recentemente emancipadas fossem mais «femininas», esperava-se que as nacionalidades soviéticas plenamente modernizadas fossem mais nacionais. A classe era o único tipo de «conteúdo» legítimo, e no final dos anos 30 interromperam-se as quotas, os censos e os documentos de identidade com base na classe<sup>138</sup>. As diferenças na forma continuavam, no entanto, a ser aceitáveis, e foi permitido à nacionalidade (a forma mais venerável e comprovadamente vazia de «forma») que se desenvolvesse, reagrupasse e, talvez, até adquirisse um pouco de conteúdo.

A inovação mais notável no princípio dos anos 30 foi a emergência dos russos como um grupo étnico de pleno direito. À medida que o critério de classe se tornava irrelevante, a antiga nacionalidade por defeito ficou quase tão saturada de etnicidade como todas as outras. O substantivo «nacional» foi criticado, e depois abolido, porque já não havia «não-nacionais»<sup>139</sup>. Primeiro de forma cautelosa e depois mais ativamente, o partido começou a dotar os russos de um passado nacional, de uma língua nacional e de uma iconografia nacional cada vez mais reconhecível, encabeçada principalmente por Alexander Pushkin — progressista e «amante da liberdade», é certo, mas celebrado claramente como um grande russo, e não como um grande revolucionário. Em 1934, «desrussificar» os proletários russos e afastar-se deliberadamente de Moscovo no processo de «construção cultural» constituíam um crime sério, e não um «erro» resultante da impaciência bem-intencionada<sup>140</sup>. Apesar disso, os russos nunca foram uma nacionalidade como as outras. Não tinham, por um lado, um território nacional claramente definido (a RSFSR continuou a ser uma república amorfa de «tudo o resto»), e nunca foi identificada com uma «Rússia» étnica ou histórica), nem tinham o seu próprio partido, e nunca tiveram

138 Sheila Fitzpatrick, *Education and Social Mobility in the Soviet Union, 1921-1934* (Cambridge: Cambridge University Press, 1979), 235.

139 *Pervyi vsesoiuznyi s'ezd sovetskikh pisatelei. Stenograficheskiti otchet* (Moscovo: Khudozhestvennaia literatura, 1934), 625.

140 Comparar, por exemplo, Estaline, *Sochineniia* 8: 149-54; e S. Dimanshtein, «Bol'shevistskii otpor natsionalizmu», *Revoliutsiia i natsional'nosti* 4 (1933): 1-13; S.D., «Bor'ba s natsionalizmom i uroki Ukrainy», *Revoliutsiia i natsional'nosti* 1 (1934): 15-22.

uma academia nacional. Por outro lado — e isto explica, obviamente, as lacunas —, os russos foram sendo cada vez mais identificados com a União Soviética como um todo. Entre 1937 e 1939, o cirílico substituiu o alfabeto latino em todos os padrões literários criados nos anos 20, e em 1938, depois de uma campanha de três anos, o russo tornou-se uma segunda língua obrigatória em todas as escolas não russas. O passado soviético estava a tornar-se progressivamente mais russo, tal como os escalões de topo do partido e do Estado<sup>141</sup>. O «internacionalismo», definido como os laços de proximidade entre as nacionalidades soviéticas, e a «amizade entre os povos», definida como os laços de uma ainda maior proximidade entre as nacionalidades soviéticas, tornaram-se dogmas oficiais<sup>142</sup>, e ambos podiam ser apenas expressos em russo, a língua franca soviética. Mesmo assim, nunca ninguém sugeriu que existia uma «nação soviética» (*natsiia*, isto é, por contraposição ao etnicamente indefinido *narod*), ou que o russo devia tornar-se a primeira língua em todos os domínios ou instituições nacionais. Mesmo na Carélia, onde se descobriu em 1938 que a variante local do finlandês era «fascista», os falantes órfãos do finlandês foram forçados a mudar para o «carélio» recodificado, e não para o russo, que já se tinha tornado «a língua da comunicação interétnica»<sup>143</sup>. Os russos começaram a importunar os seus vizinhos e a decorar a sua parte do apartamento comunitário (que incluía a enorme entrada, o corredor e a cozinha, onde todas as decisões mais importantes eram tomadas), mas não disseram que o apartamento era todo seu, nem que as outras (grandes) famílias não tinham direito aos seus próprios quartos. Os inquilinos estavam cada vez mais em situação de desigualdade, mas confortavelmente separados.

A cultura da Grande Transformação tinha sido, por definição, desenraizada, fluida e carnavalesca. Velhos comportavam-se como adolescentes, as crianças portavam-se mal, as mulheres vestiam-se

141 Simon, *Nationalism*, 148-55.

142 Depois dos discursos de Estaline no 17.º Congresso do Partido, e na Conferência dos Principais Coletivos de Agricultores do Tajiquistão e do Turquemenistão (ver Estaline, *Sochineniia* 13: 361; 14 [1]: 114-115).

143 Paul M. Austin, «Soviet Karelian: The Language That Failed», *Slavic Review* 51, n.º 1 (primavera de 1992), esp. 22-23.

como homens (mas não o contrário), as classes mudavam de lugar e as palavras perdiam o sentido. Pessoas, edifícios, línguas e nacionalidades multiplicavam-se sem fim, migravam e espalhavam-se uniformemente sobre uma paisagem plana, descentralizada. Mas este pós-modernismo proletário revelou-se prematuro. O Grande Recuo dos anos 30 foi a vingança da literalidade — o triunfo da verdadeira *korenizatsiia*, no sentido de «enraizamento» ou «radicalização». As forças gravitacionais (nos dois sentidos) fixaram edifícios ao solo, camponeses à terra, trabalhadores às fábricas, mulheres a homens e os soviéticos à URSS<sup>144</sup>. Ao mesmo tempo, e com a mesma simplicidade, cada indivíduo ficou ligado a uma nacionalidade, e a maior parte das nacionalidades ficaram confinadas às suas fronteiras. No princípio dos anos 30, quando os exames de entrada para a universidade reapareceram, e pouco antes da introdução dos ficheiros de estudante (*lichnye dela*), dos cartões de empregados (*trudovye knizhki*) e da pena de morte por tentativa de fuga para o estrangeiro, todos os cidadãos soviéticos recebiam um passaporte interno que os definia oficialmente em termos de nome, data e local de nascimento, domicílio autorizado (*propiska*) e nacionalidade. O nome e a *propiska* podiam ser mudados, a nacionalidade não. No final da década todas as crianças soviéticas herdavam, à nascença, a sua nacionalidade: a etnicidade de cada indivíduo tinha-se transformado numa categoria biológica, indiferente à mudança cultural, linguística ou geográfica<sup>145</sup>. A etnicidade coletiva tornava-se, entretanto, cada vez mais territorial. As unidades administrativas criadas há apenas alguns anos para acomodar nacionalidades preexistentes eram agora o traço distintivo mais importante dessas nacionalidades. Citando um argumento típico e perfeitamente circular: «O facto de que um grupo étnico tem o seu próprio território nacional — uma república, província, distrito ou soviete de aldeia — prova que o grupo étnico em questão é uma nacionalidade oficialmente reconhecida [...]. Por exemplo, a existência na província de Cheliabinsk de um distrito nacional nagaibak faz com

144 Isto é, na verdade, um resumo simples do maravilhoso texto de Vladimir Papernyi *Kul'tura Dva* (Ann Arbor: Ardis, 1985).

145 Acerca do «sistema de passaportes», ver Victor Zaslavsky, *The Neo-Stalinist State* (Armonk, N.Y.: M.E. Sharpe, 1982), 92ss.

que seja imperativo uma nacionalidade especial, a nagaibak, para se distinguir dos tártaros.»<sup>146</sup>

Do mesmo modo, os judeus converteram-se numa verdadeira nação após a criação do Distrito Autónomo Judaico de Birobidjan.

Ao adquirirem o seu próprio território, o seu próprio Estado, os trabalhadores judeus da URSS receberam um elemento fundamental que lhes faltava, o que fazia com que fosse impossível considerá-los uma nação, no sentido científico do termo. O que aconteceu foi que, à semelhança de muitas outras nacionalidades soviéticas que completaram o processo de consolidação nacional, a minoria nacional judaica tornou-se uma nação em resultado de ter recebido a sua própria entidade administrativa na União Soviética.<sup>147</sup>

Esta opinião faz referência a duas inovações importantes. Em primeiro lugar, a hierarquia étnica formal estava de volta pela primeira vez desde 1913. As diferentes unidades territoriais (repúblicas, províncias, distritos) tinham sempre tido diferentes estatutos, mas nunca fora feita uma tentativa séria de relacionar esta disposição burocrática com uma hierarquia rigidamente evolucionista das etnicidades. Depois de meados dos anos 30, estudantes, escritores e trabalhadores de alta produtividade podiam ser formalmente hierarquizados — e as nacionalidades também. Em segundo lugar, se a legitimidade de uma comunidade étnica dependia da atribuição, pelo governo, de um território, então a revogação dessa atribuição implicava a «desnacionalização» automática dessa comunidade (embora não necessariamente dos seus membros individuais com passaporte!). Isto foi crucial porque, na segunda metade da década, o governo tinha claramente decidido que presidir a 192 línguas e, potencialmente, a 192 burocracias não era afinal uma boa ideia. A produção de manuais, de professores e mesmo de estudantes não conseguia acompanhar a «nacionalização» formal. A economia de comando plenamente

146 L. Krasovskii, «Chem nado rukovodstvovat'sia pri sostavlenii spiska narodnostei SSSR», *Revoliutsiia i natsional'nosti* 4 (1936): 70-71.

147 S. Dimanshtein, «Otvét na vopros, sostavliaiut li soboi evrei v nauchnom smysle natsiiu», *Revoliutsiia i natsional'nosti* 10 (1935): 77.

burocratizada e o novo sistema de educação centralizado exigiam canais de comunicação que fossem viáveis e simplificados, e os «promovidos» russos autoconscientes que, depois do Grande Terror, ocupavam as posições de topo em Moscovo estavam provavelmente recetivos às queixas de discriminação antirrusa (eles próprios beneficiaram de quotas com base na *classe*). No final da década, a maior parte dos soviets, das aldeias, dos distritos e de outras unidades menores foram dissolvidos, algumas repúblicas autónomas viram-se esquecidas, e a maioria das escolas e instituições dirigidas às «minorias nacionais» foram encerradas<sup>148</sup>.

Contudo — e este é o «contudo» mais importante deste ensaio —, os grupos étnicos que já tinham as suas próprias repúblicas, e as suas próprias burocracias abrangentes, foram instruídos no sentido de redobrar os seus esforços de construção de culturas nacionais distintas. Assim como a «reconstrução de Moscovo» estava a deixar para trás a visão grandiosa de uma reconfiguração total da paisagem urbana, a favor de uma tentativa mais dirigida de criar vários artefactos perfeitos<sup>149</sup>, a política para as nacionalidades tinha abandonado o objetivo de promover inúmeras nacionalidades desenraizadas, para se concentrar nalgumas «nações» plenamente desenvolvidas e equipadas. Embora a redução de quotas étnicas e a nova ênfase na meritocracia soviética («qualidade dos quadros») tenham desacelerado, e às vezes revertido, o processo de autoctonização no partido e nas burocracias administrativas, a celebração das culturas nacionais e a produção de *intelligentsias* autóctones foram drasticamente intensificadas. As comunidades uzbeques fora do Uzbequistão foram deixadas por sua própria conta, mas o Uzbequistão continuou a ser um quase-Estado-nação, desembaraçou-se da maior parte dos enclaves estrangeiros no seu território e concentrou-se na sua história e literatura. O apartamento soviético como um todo ia ficar com menos quartos, mas os quartos que ficaram iam ser suntuosamente decorados com objetos locais, relógios de parede antigos e retratos de família cuidadosamente preservados.

148 Simon, *Nationalism*, 61.

149 Greg Castillo, «Gorki Street and the Design of the Stalin Revolution», in Zeynep Celik, Diane G. Favro e Richard Ingersoll, eds. *Streets: Critical Perspectives on Public Space* (Berkeley: University of California Press, 1994).

O Congresso dos Escritores Soviéticos de 1935, que de várias formas marcou o início do estalinismo avançado enquanto paradigma cultural, foi na verdade um desfile curiosamente solene de nacionalismos românticos antiquados. Pushkin, Tolstoi e outros ícones russos que foram oficialmente restaurados não eram apenas gigantes nacionais de estatura internacional — todos os povos soviéticos possuíam, ou iriam adquirir em breve, os seus próprios clássicos, os seus próprios pais fundadores e os seus próprios tesouros folclóricos. O delegado ucraniano declarou que Taras Shevchenko era um «génio» e um «colosso», «cujo papel na criação da linguagem literária ucraniana não foi menos importante do que o de Pushkin na criação da linguagem literária russa, e talvez tenha sido até mais importante»<sup>150</sup>. O delegado arménio chamou a atenção para o facto de que a cultura da sua nação era «uma das culturas mais antigas do Oriente», que o alfabeto nacional arménio antecede o cristianismo e que a epopeia nacional arménia era «um dos melhores exemplos da literatura épica mundial», devido «ao realismo cheio de vida do seu imaginário, à sua elegância, à profundidade e simplicidade da sua sabedoria popular, e à natureza democrática do seu enredo»<sup>151</sup>. O delegado azeri defendeu que o poeta persa Nizami era na verdade um clássico da literatura azeri, porque ele era um «turco de Ganja», e que Mirza Fath Ali Akhundov não era um escritor aristocrático, conforme a acusação de alguns críticos proletários, mas um grande «filósofo-dramaturgo» cujas «personagens [eram] tão cheias de cor, diversidade e realismo como as de Griboedov, Gogol e Ostrovskii»<sup>152</sup>. O delegado turcomeno falou ao congresso do «corifeu da poesia turcomena» do século XVIII, Makhtum-Kuli; o delegado tajique explicou que a literatura tajique descendia de Rudaki, de Firdousi, de Omar Khayyam e de outros «grandes artesãos da palavra»; o delegado georgiano defendeu, por sua vez, numa comunicação extremamente longa, que *O Cavaleiro na Pele de Panthera*, de Shot'ha Rust'haveli, estava «séculos à frente dos movimentos culturais da Europa Ocidental», era infinitamente superior a Dante

150 *Pervyi vsesoiuznyi «ezd*, 43, 49.

151 *Ibid.*, 104.

152 *Ibid.*, 116-17.

e era «o maior monumento literário de todo [...] o assim chamado mundo cristão medieval»<sup>153</sup>.

De acordo com a nova orientação do partido, todas as nacionalidades soviéticas oficialmente reconhecidas deviam ter as suas próprias «Grandes Tradições», nacionalmente definidas, que precisavam de ser protegidas, aperfeiçoadas e, caso necessário, inventadas por profissionais especializados em instituições especiais. A «grandeza» de uma cultura dependia do seu estatuto administrativo (das repúblicas da união, no topo, às nacionalidades não territoriais dotadas apenas de uma ténue «cultura» própria), mas, dentro de determinada categoria, todas as tradições nacionais, exceto a russa, tinham supostamente o mesmo valor. Isto nem sempre era assim na retórica (a Ucrânia era às vezes referida como a segunda na linha de comando, e a Ásia Central era muitas vezes descrita como atrasada), mas ao nível institucional todos os territórios nacionais deviam ser perfeitamente simétricos — do aparelho partidário ao sistema escolar. Isto era a velha política soviética, mas a contribuição dos anos 30 consistiu no nivelamento dos espaços que continuavam desiguais e na fabricação, também ela vigorosa, de instituições especiais — e também idênticas — para a produção de cultura. No final da década, todas as repúblicas da união tinham os seus próprios sindicatos de escritores, teatros, companhias de ópera e academias nacionais especializadas sobretudo na história, na literatura e na língua nacionais<sup>154</sup>. Os planos das repúblicas aprovados por Moscovo apelavam à produção de um número ainda maior de manuais, peças de teatro, romances, bailados e contos, todos eles nacionais na forma (que se aproximava também perigosamente do conteúdo no caso de dicionários, edições de folclore e coleções de «clássicos»).

Se algumas repúblicas tivessem mais dificuldade do que outras em manter-se a par, então Moscovo tentava ajudar. Em 1935 e 1936, por exemplo, o Instituto Estatal de Artes Cénicas já tinha formado — ou estava em curso de formar — 11 companhias de teatro nacionais, completamente

153 *Ibid.*, 136, 142, 77.

154 Zaslavsky, «Nationalism and Democratic Transition», 102.

dotadas de atores e com repertórios completos<sup>155</sup>. Se um repertório nacional estava incompleto, eram ativamente encorajadas, ou fornecidas, traduções, principalmente de literatura do século XIX e de literatura da Europa Ocidental. (As primeiras produções, em 1936, da nova ópera basquir foram *O Príncipe Igor* e *As Bodas de Fígaro*.<sup>156</sup>) As traduções tornaram-se efetivamente, no final dos anos 30, uma das maiores indústrias soviéticas, bem como o principal sustento de centenas de escritores profissionais. A tese da «amizade entre os povos» exigia de todas as nacionalidades soviéticas que sentissem uma profunda emoção perante a arte de outras nacionalidades soviéticas. Como escreveu Gorki, «precisamos de partilhar o nosso conhecimento do passado. É importante para todas as repúblicas da união que o bielorrusso saiba como é um georgiano, um turco, etc.»<sup>157</sup>. O resultado disto não foi apenas uma atividade frenética de tradução, mas também as histórias da URSS que deviam incluir todos os povos, os programas de rádio que introduziam as audiências soviéticas à «polifonia russa e às canções tradicionais bielorrussas», centenas de digressões de «grupos de canto e dança» regulados, décadas da arte azeri exibidas na Ucrânia, saraus de poesia arménia em Moscovo, exposições de tapetes turcomenos em Cazã, e festivais de coros nacionais, de atletas e de Jovens Pioneiros por todo o país. Desde meados dos anos 30 até aos anos 80, esta atividade era um dos aspetos mais visíveis (e aparentemente um dos menos populares) da cultura soviética oficial.

A busca por culturas nacionais e a sua propagação não deixaram obviamente de ter os seus acidentes. Dez anos depois do Primeiro Congresso dos Escritores, a maior parte dos pais fundadores das novas instituições culturais tinha falecido; vastos territórios tinham sido anexados, perdidos e reanexados; numerosas unidades étnicas de menor dimensão tinham sido abolidas por serem consideradas «pouco promissoras»; e muitas nações e antigas «minorias nacionais» tinham sido deportadas à força dos seus territórios. Ao mesmo tempo, os russos tinham sido

155 Osseto do Norte, iacute, cazaque, quirguiz, caracalpaque, cabardo, bálcara, turcomeno, tagique, adigue e calmuco (ver A. Furmanova, «Podgotovka natsional'nykh kadrov dlia teatra», *Revoliutsiia i natsional'nosti* 5 [1936]: 29-30).

156 A. Chanyshv, «V bor'be za izuchenie i sozdanie natsional'noi kul'tury», *Revoliutsiia i natsional'nosti* 9 (1935): 61.

157 *Pervyi vsesoiuznyi s'ezd*, 43. «Turco» significa aqui «azeri».

transformados, de povo revolucionário com um passado nacional a recuperar, na «mais notável de todas as nações que constituem a União Soviética»<sup>158</sup> e no ponto de convergência da história mundial. Mais uma vez, contudo, a legitimidade das «Grandes Tradições» não russas não era posta em questão. Os piores inimigos da Rússia-enquanto-progresso eram o «nacionalismo burguês», que significava agora uma insuficiente admiração pela Rússia, e o «cosmopolitismo desenraizado», que representava o oposto de *korenizatsiia*-enquanto-enraizamento. Mesmo em 1936-39, quando centenas de supostos nacionalistas estavam a ser condenados à morte, «todo o país soviético» estava a celebrar de forma ruidosa o 1000.º aniversário de Ferdusi, que os tajiques reclamavam como um dos fundadores da sua literatura (e não da persa); o 500.º aniversário de Mir Ali Shir Nawayi (Alisher Navoi), apropriado pelos uzbeques como um grande clássico da sua cultura (e não da chagatai); e o 125.º aniversário de Taras Shevchenko, descrito pelo *Pravda* como «um grande filho do povo ucraniano» que «levou a literatura ucraniana a alturas dignas de um povo com um rico passado histórico»<sup>159</sup>. Os poucos ícones nacionais que sofreram neste período foram atacados por ser antirrussos, e não por serem ícones nacionais<sup>160</sup>. Do mesmo modo, quando o *Pravda* fustigou o poeta ucraniano Volodymyr Sosiura pelo seu poema «Ama a Ucrânia», o suposto pecado não era o de amar demasiado a Ucrânia, mas sim o facto de não estar suficientemente grato ao irmão mais velho<sup>161</sup>. Uma das principais razões para uma tal gratidão tinha sido a anexação soviética recente da Ucrânia Ocidental e a subsequente «reunificação» do Estado-nação ucraniano, um feito soviético/russo que foi amplamente publicitado como uma realização das aspirações nacionais ucranianas.

158 Estaline, *Sochineniia* 2 (XV): 204.

159 «Khronika», *Evoliutsiia i natsional'nosti* 8 (1936): 80; Rakowska-Harmstone, *Russia and Nationalism*, 250-59; Allworth, *The Modern Uzbeks*, 229-30; Yaroslav Bilinsky, *The Second Soviet Republic: The Ukraine after World War II* (New Brunswick: Rutgers University Press, 1964), 191.

160 Lowell Tillet, *The Great Friendship: Soviet Historians on the Non-Russian Nationalities* (Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1969), *passim*.

161 Bilinsky, *The Second Soviet Republic*, 15-16; Robert Conquest, *Soviet Nationalities Policy in Practice* (Nova Iorque: Praeger, 1967), 65-66.

Foi efetivamente neste período, marcado pela mania de grandeza russa, que se formulou claramente a justificação teórica para as aspirações nacionais não russas. A 7 de abril de 1948, Estaline disse algo muito semelhante ao que tinha dito na sua declaração de 1913 sobre os direitos nacionais:

Qualquer nação, grande ou pequena, tem as suas próprias qualidades específicas e as suas próprias peculiaridades, que lhe são únicas e que as outras nações não têm. Estas peculiaridades constituem uma contribuição que cada nação faz para o tesouro comum da cultura mundial, acrescentando-lhe alguma coisa e enriquecendo-o. Neste sentido, todas as nações, grandes ou pequenas, estão na mesma posição e cada nação é igual a qualquer outra.<sup>162</sup>

Isto parecia sugerir que a etnicidade era universal, irredutível e intrinsecamente moral. Mas era apenas um prólogo. No verão de 1950, Estaline lançou-se à escrita com o propósito de ressuscitar N.Ia. Marr, um dos últimos santos da Grande Transformação, cujas teorias e cujos estudantes tinham de alguma forma escapado à sorte de outros «simplificadores e vulgarizadores do marxismo»<sup>163</sup>. De acordo com Estaline, a língua não fazia parte da superestrutura — nem da base. «Pertencia a toda a nação» e era «comum a toda a sociedade», atravessando as classes sociais e a História. «As sociedades» representavam comunidades étnicas e as comunidades étnicas tinham «essências», que eram «incomparavelmente mais duradouras do que qualquer infraestrutura ou superestrutura»<sup>164</sup>. Resumindo, era oficial: as classes e as suas «ideologias» apareciam e desapareciam, mas as nacionalidades permaneciam. Num país livre de conflito social, a etnicidade era a única identidade significativa.

Este foi o legado que Estaline deixou aos *seus* sucessores e que sobreviveu até 1984, para assombrar Gorbachov e os *seus* sucessores. Khrushchov mostrou-se relutante, claro: no seu combate em prol da iniciativa local, reforçou a posição das elites locais estabelecidas, ao mesmo tempo

162 Estaline, *Sochineniia* 3 (XVI): 100.

163 *Ibid.*, 146.

164 *Ibid.*, 117, 119, 138.

que, na sua luta contra as elites nacionais estabelecidas, tentou promover uma política de recrutamento indiferente à etnicidade, e chegou mesmo a assustar algumas pessoas quando ressuscitou a doutrina da «fusão das nações». A fusão, contudo, aconteceria sob o comunismo, e o comunismo ia acontecer demasiado em breve para que alguém o levasse a sério. O único esforço prático nesta direção foi a reforma escolar de 1959, que deu aos pais a liberdade de escolha entre escolas russas e não russas, e tornou opcional a escolha de «outra» língua. Em teoria, um cazaque podia agora deixar de usar o russo; na prática, um russo já não estava obrigado a aprender o cazaque<sup>165</sup>. Os guardiões da ordem estabelecida na Arménia e na Lituânia — autoconfiantes na sua homogeneidade — não se mostraram muito preocupados; o «pequeno número» de burocracias étnicas dentro da RSFSR preparou-se para o inevitável; as elites da Letónia, da Ucrânia e do Azerbaijão, ameaçadas do ponto de vista linguístico mas politicamente fortes, lutaram desesperadamente. O argumento foi resumido, 30 anos mais tarde, por Oles' Honchar: «Aprender ou não aprender uma língua materna na escola — esta é uma questão que não se põe num país civilizado.»<sup>166</sup> Por outras palavras, um país civilizado era um Estado etnonacional no qual a língua oficial era, por definição, «autóctone». A política estalinista para as nacionalidades tinha tido obviamente resultados.

O estalinismo civilizado («estalinismo desenvolvido») era o credo da «liderança coletiva» que presidiu aos anos do crepúsculo da União Soviética. Fazendo derivar a sua legitimidade do Estado-providência etnoterritorial «efetivamente existente», e não do comunismo futuro e da revolução passada, o novo discurso oficial manteve a linguagem de classe como fachada e serviu-se da nacionalidade para sustentar o sistema<sup>167</sup>. Todos os cidadãos soviéticos nasciam com determinada

165 Ver Yaroslav Bilinsky, «The Soviet Education Laws of 1958-9 and Soviet Nationality Policy», *Soviet Studies* 14, n.º 2 (outubro de 1962): 138-57.

166 Citado em Isabelle T. Kreindler, «Soviet Language Planning since 1953», in Kirkwood, ed., *Language Planning*, 49. Ver também Bilinsky, *The Second Soviet Republic*, 20-35; Farmer, *Ukrainian Nationalism*, 134-43; Grey Hodnett, «The Debate over Soviet Federalism», *Soviet Studies* 28, n.º 4 (abril de 1967): 458-81; Simon, *Nationalism*, 233-64.

167 Ver, em particular, Lapidus, «Ethnonationalism and Political Stability», 355-80; Zaslavsky, «Nationalism and Democratic Transition»; Farmer, *Ukrainian Nationalism*, 61-73.

nacionalidade, iam com ela para o infantário e para a escola secundária, era oficialmente confirmada aos 16 anos, e transportavam-na até à morte, através de milhares de formulários, certificados, questionários e balcões de atendimento. Era importante para ser admitido numa escola, e era crucial no emprego, nas promoções e no cumprimento do serviço militar<sup>168</sup>. Os antropólogos soviéticos — que foram trazidos de volta nos anos 30 e a quem foi dada uma *raison d'être* depois do proibição do marrismo — não tinham como tarefa estudar a «cultura»: o seu trabalho era definir, dissecar e maravilhar-se com o *ethnos* primordial. Mesmo no estrangeiro, num mundo dominado pelo capitalismo, a virtude mais digna de nota era a «libertação nacional».

Todas as nacionalidades eram hierarquizadas — em teoria, pela posição ocupada na escala de evolução que vai de tribo a nação; na prática, pelo estatuto territorial ou social. O estatuto de certa nacionalidade podia variar bastante, mas a persistência das quotas étnicas fazia com que a maior parte das vantagens práticas favorecessem os membros das nacionalidades titulares, a residir «nas suas próprias» repúblicas. Sesenta anos de notável consistência nesta questão resultaram no controlo «autóctone» quase total na maior parte das repúblicas da união: um vasto número de elites locais devia as suas primeiras promoções e a sua presente legitimidade (mesmo no estado em que estava) à sua etnicidade. Os empreendedores políticos e culturais, dependentes dos fundos de Moscovo, deviam lealdade ao «seu próprio povo» e aos seus próprios símbolos nacionais. Se os políticos estavam estruturalmente limitados pelo aparelho, já os intelectuais eram formados e recrutados para produzir culturas nacionais. A censura impunha limites, mas o objetivo era considerado legítimo pelos patrocinadores dentro do partido e pelos consumidores nacionais. Uma percentagem muito grande de intelectuais nacionais eram historiadores profissionais, filólogos e romancistas, e a maior parte deles escrevia para o seu próprio grupo étnico e acerca dele<sup>169</sup>. Produziram histórias nacionais em muitos volu-

168 Rasma Karklins, *Ethnic Relations in the USSR: The Perspective from Below* (Boston: Unwin Hyman, 1986).

169 Rakowska-Harmstone, «The Dialectics», 10-15. Cf. Miroslav Hroch, *Social Preconditions of National Revival in Europe* (Nova Iorque: Cambridge University Press, 1985).

mes, inventaram genealogias nacionais, purificaram línguas nacionais, preservaram tesouros nacionais e carpiram a perda de um passado nacional<sup>170</sup>. Por outras palavras, agiam como bons patriotas — quando não estavam a agir como maus nacionalistas. Contudo, à medida que o tempo passou, tornou-se cada vez mais difícil distinguir uma coisa da outra, porque parecia que a forma nacional se tinha tornado o conteúdo, e porque o nacionalismo parecia não ter outro conteúdo que não fosse o culto da forma. Mais ameaçadora foi a dificuldade crescente encontrada pelos líderes do país para explicar o que representava o seu «conteúdo socialista», e quando Gorbachov descartou finalmente o já gasto palavreado marxista, a única linguagem que restou foi a do nacionalismo, bem oleada e muito praticada.

A contribuição do regime soviético para a causa nacionalista não se limitou às «medidas construtivas», claro. Forçou os altos sacerdotes das culturas nacionais a serem adoradores a tempo parcial de outras culturas nacionais, instituiu uma hierarquia administrativa que privilegiava alguns grupos étnicos em detrimento de outros, interferiu na seleção e manutenção de panteões nacionais, isolou comunidades étnicas dos seus familiares e amigos que viviam fora; e encorajou migrações em massa que resultaram numa competição por recursos escassos, diluiu a clientela regular das elites nacionais e foi causa de tensões em torno das quotas étnicas. Por último, e de forma fatídica, negou às várias nações o direito à independência política — um direito que constitui o culminar de todas as doutrinas nacionalistas, incluindo aquela que serviu de base à fundação da União Soviética.

Isto chama a atenção para outra grande tensão na política soviética para as nacionalidades: a coexistência de um Estado republicano com passaportes nacionais<sup>171</sup>. O primeiro pressupunha que os territórios nacionais constituíam as nações, o segundo sugeria que as nações primordiais podiam ter direito ao seu próprio Estado. O primeiro pressupunha que todos os residentes da Bielorrússia iriam (e deveriam) um

170 Ver, em particular, Farmer, *Ukrainian Nationalism*, 85-121. Também Allworth, *The Modern Uzbeks*, 258-59; Simon, *Nationalism*, 281-82.

171 Para uma interpretação extraordinariamente elegante desta tensão, ver Rogers Brubaker, «Nationhood and the National Question in the Soviet Union and Post-Soviet Eurasia: An Institutional Account», *Theory and Society* 23, n.º 1 (fevereiro de 1994).

dia tornar-se bielorrussos, o segundo oferecia aos residentes que não fossem bielorrussos uma justificação para não o fazerem. O governo soviético promoveu ambas as definições, sem nunca ter tentado construir uma nação soviética dotada de sentido étnico ou transformar a URSS num Estado nacional russo, de modo que, quando o Estado soviético perdeu o seu significado soviético, os Estados-nações nacionais eram os únicos herdeiros possíveis. Com exceção, isto é, da república russa. As suas fronteiras eram difusas, a sua identidade não era claramente étnica, e os seus residentes «titulares» tinham dificuldade em fazer a distinção entre a RSFSR e a URSS<sup>172</sup>. Setenta anos após o 10.º Congresso do Partido, a política de autoctonização atingiu a sua conclusão lógica: os inquilinos dos vários quartos barricaram as suas portas e começaram a usar as janelas, e os residentes perplexos da enorme entrada e da cozinha ficaram no centro a coçar a cabeça. Deveriam tentar recuperar os seus pertences? Deveriam derrubar as paredes? Deveriam cortar o gás? Deveriam transformar o seu «espaço» num apartamento propriamente dito?

172 Victor Zaslavsky, «The Evolution of Separatism in Soviet Society under Gorbachev», in Gail W. Lapidus e Victor Zaslavsky, com Philip Goldman, eds., *From Union to Commonwealth: Nationalism and Separatism in the Soviet Republics* (Nova Iorque: Cambridge University Press, 1992), 83; Leokadiia Drobizheva, «Perestroika and the Ethnic Consciousness of the Russians», in *ibid.*, 98-111.

**A VIDA AMOROSA  
DOS BOLCHEVIQUES**

Originalmente publicado como «The Love Lives of Bolsheviks», *The New York Times*, 17 de abril de 2017, <https://www.nytimes.com/2017/04/17/opinion/the-love-lives-of-bolsheviks.html>, consultado em 05 de dezembro de 2023.

Os bolcheviques foram uma seita milenarista que se formou na expectativa da revolução mundial.

A revolução era inseparável do amor. Requeria sacrifício pessoal em nome da harmonia futura e da harmonia exigida — no amor, na camaradagem e na aprendizagem com os livros — como uma condição para a sua realização. A maior parte dos revolucionários eram homens jovens que identificavam a revolução com a feminilidade; muitos deles eram homens apaixonados que identificavam uma mulher em particular com a revolução. Tornar-se bolchevique significava juntar-se a uma irmandade, ajudada por algumas irmãs. Viver como um bolchevique significava favorecer alguns irmãos em detrimento de outros, e amar algumas irmãs tanto quanto a revolução.

«O ato final da tragédia humana está à vista», escreveu Yakov Sverdlov, do seu exílio na Sibéria, a uma jovem chamada Kira Egon-Besser. «Hoje apenas os cegos, e aqueles que não querem ver, é que não se dão conta da força crescente que está destinada a desempenhar o papel principal neste ato final.» Sverdlov e Egon-Besser participavam nessa força e nesse ato.

«Permite-me que te beije em ambas as faces quando nos encontrarmos», escreveu, «pois não tenho dúvidas de que te voltarei a ver».

A última carta de Sverdlov para Egon-Besser chegou a Petrogrado no final de fevereiro de 1917. Ele tinha 32 anos e estava casado com uma camarada revolucionária; ela tinha 18 anos e uma tendência para pensamentos suicidas. Ele chegou pouco depois da sua carta.

«Num final de março, ao entardecer», escreveu Egon-Besser nas suas memórias, «a campainha tocou. Quanto ouvi, vindo da entrada, o som familiar da sua voz de barítono tonitruante, vim a correr e vi Yakov Mikhailovic. Ele beijou-me em ambas as faces».

Por volta da mesma altura, o economista Valerian Osinski escreveu uma carta à sua amante, Anna Shaternikova. Ele tinha 30 anos e era casado com uma camarada revolucionária; ela tinha vinte e poucos anos e era, no entender de Osinsky, «jovem, alta, inteligente e bela». Tinham-se encontrado alguns meses antes num hospital em Ialta, onde ele lhe leu *Victoria*, de Knut Hamsun.

Também eles sabiam que a sua felicidade dependia da chegada do ato final da tragédia humana. Estavam certos de que estava próximo, mas não sabiam que já tinha chegado a Petrogrado. O comunismo, tal como o romance de Hamsun, era o reino do amor eterno.

«Lá», escreveu Osinsky, o amor «revelaria, sem vergonha, toda a sua profunda ternura».

Vladimir Maiakovski conheceu o seu amor em Odessa, em 1914. O nome dela era Maria Denisova. Ele tinha 21 anos e era um poeta vanguardista; ela tinha 20 anos e era «absolutamente extraordinária: alta, com uma bela figura, com olhos magníficos, brilhantes». Ela prometeu encontrá-lo no seu quarto de hotel, mas não compareceu. Ele apelou a Deus:

Todo-Poderoso, tu que inventaste estas mãos,  
que deste  
uma cabeça a cada um de nós,  
porque não decidiste  
que sem sofrer  
se pudesse beijar, beijar e abraçar?<sup>1</sup>

Deus nada tinha a dizer. O poeta prometeu «esquartejá-lo» no contexto de um apocalipse geral. Ele disse que aconteceria em 1916.

Aconteceu em 1917.

Sverdlov foi nomeado presidente do Comité Executivo Central de Toda a Rússia, foi um iniciador da moda dos casacos de cabedal, desencadeou o Terror Vermelho, ordenou a execução do czar e da sua família, e morreu de gripe em 1919, durante a campanha de «descossaquização» que tinha desencadeado. Osinsky tornou-se o primeiro presidente do

1 Tradução de Manuel de Seabra, in *Obras de Maiakovski — Volume I* (Lisboa: Vento de Leste, 1979).

Conselho Supremo da Economia Nacional e um dos principais defensores do trabalho forçado nas zonas rurais. A Maria de Maiakovski casou-se com o comissário da Cavalaria Vermelha, Efim Shchadenko, e cumpriu os requisitos da sua graduação nas Oficinas Superiores de Arte e Técnica de Moscovo, apresentando uma escultura em mármore de Lenine no seu caixão. Maiakovski escreveu o poema canónico sobre a morte e a imortalidade de Lenine.

Quando Lenine morreu em 1924, a chegada do comunismo tinha sido adiada indefinidamente. A maior parte dos bolcheviques originais tinha-se mudado para o Kremlin, ou para uma das «Casas de Soviéticos» de Moscovo, e assentado numa vida de domesticidade comunitária e autocomiseração. Osinsky deixou a mulher e o filho para ficar com Anna, e depois deixou Anna para regressar para junto da mulher e do filho. Anna casou-se com outra pessoa e teve um filho, Vsemir (ou «Mundial», como em «Revolução Mundial»).

Vários anos mais tarde, Anna e Osinsky encontraram-se numa recepção oficial. Ela desmaiou, foi levada para o hospital e acabou por perder o cartão do partido. Osinsky, que tinha sido o seu patrocinador original, foi chamado para voltar a confirmar o seu aval. Voltaram a encontrar-se e retomaram a relação. Uma noite, ele decidiu reler as cinco primeiras páginas de *Victoria*, mas não conseguiu parar até ter acabado o livro na manhã seguinte.

«O que acho tocante em *Victoria*», escreveu ele a Anna, «não é a sensação de piedade que evoca, mas o enorme poder do sentimento. É, à sua maneira, comparável ao entusiasmo revolucionário». Ele tinha e não tinha vergonha da sua sentimentalidade. «Não sei chorar», escreveu, «mas sinto um aperto na garganta nas passagens emocionais — mesmo quando leio silenciosamente para mim».

Ninguém chorou mais do que Nikolai Bukharin, amigo e antigo companheiro de cela de Ozinski numa prisão czarista.

«Estas características — fragilidade emocional e sensibilidade aguda — faziam-no muitas vezes entrar num estado de histeria», escreveu a sua segunda mulher, Anna Larina. «Chorava com facilidade.»

Bukharin conhecia Anna desde que ela era bebé. No verão de 1930, quando ele estava na Crimeia a lamentar-se pela sua derrota na oposição à coletivização forçada, Anna foi visitá-lo. Ela tinha então 16 anos, e ele

40. Também ele lhe leu *Victoria* em voz alta: «O amor era a fonte da criação, o soberano da criação; mas todos os caminhos do amor estão cobertos de flores e de sangue, de flores e de sangue.»

Quando acabou a leitura, perguntou-lhe se ela alguma vez poderia amar um leproso. Ela estava prestes a responder-lhe quando ele a deteve e, reconstituindo ainda *Victoria*, lhe disse que temia a resposta.

Entretanto, a Maria de Maiakovski e o seu novo marido proletário, Shchadenko, decidiram separar-se. Em dezembro de 1929, ela escreveu a Maiakovski queixando-se do «assassinato moral» em casa e agradecendo-lhe por «defender as mulheres dos ‘temperamentos’ dos seus maridos membros do partido». A 14 de abril de 1939, Maiakovski suicida-se com um tiro. Pode ler-se na sua mensagem de suicídio: «O barco do amor naufragou na domesticidade.»

Em 1934, Estaline havia encenado a segunda vinda da revolução, e Bukharin tinha-se desculpado pela sua apostasia. A domesticidade deixara de ser um perigo. A vida na «Casa do Socialismo» assentava na expectativa confiante do inevitável, no sorriso cúmplice de uma mulher grávida — a Era Augustina dos bolcheviques.

Anna Larina mudou-se para o apartamento de Bukharin no Kremlin. Maria e Efim Shchadenko voltaram a juntar-se. Osinsky escrevia regularmente a Anna Shaternikova acerca dos seus filhos, da dialética hegeliana, da industrialização soviética e, sempre, da vinda do comunismo. A ternura profunda do amor sem vergonha haveria de chegar «tão inesperadamente e tão rapidamente como quando chegou pela primeira vez à Rússia». Qualquer dia podia ser o último.

O fim chegou vários meses depois, quando Estaline decidiu que os velhos bolcheviques se andavam a enganar a si mesmos, e à sua fé, desde que tinham assentado.

Bukharin foi preso a 27 de fevereiro de 1937. De acordo com Anna Larina, antes de ser levado, ele ajoelhou-se e pediu-lhe perdão por ter arruinado a vida dela. Larina foi enviada para um campo destinado a «familiares de traidores à pátria». O seu interrogador da polícia secreta foi um amigo de infância, Andrei Sverdlov (o filho de Yakov, nascido no exílio, na Sibéria).

Shchadenko dirigiu as detenções dos comandantes do Exército Vermelho. Em junho de 1937 escreve a Maria, a partir de Kiev, referindo-se

aos «canalhas cobardes» que se tinham «arrastado até altas posições, corrompido os guardas, introduzido o veneno da dúvida nas sentinelas aparentemente vigilantes, e alimentaram uma conspiração maligna para além de toda a imaginação». Encerrava dizendo: «Envio-te abraços e beijos cheios de ternura, meu querido pequeno sol. Em breve, o mais tardar no início de julho, estarei em Moscovo.»

Maria tinha sido diagnosticada recentemente com esquizofrenia. Segundo o seu vizinho do lado, na altura ainda rapaz, ela era uma «mulher alta, robusta, com um olhar penetrante, ameaçador», que costumava vestir «um vestido preto longo, cintado por um cinto de soldado de couro, com uma faca de cozinha enfiada nele».

Em fevereiro de 1937, Osinsky escreveu a sua última carta a Anna Shaternikova. A questão «quando», escreveu ele, tinha sido substituída pela questão «de quem é a culpa?».

«Contra este pano de fundo, qualquer conversa se torna uma batalha legal», continuava. «A única coisa que nos resta é deixar completamente de falar.»

Foi preso em outubro e fuzilado um ano mais tarde.



ESPELHOS, QUARTOS,  
E UM EDIFÍCIO MUITO GRANDE.

UMA CONVERSA COM YURI SLEZKINE  
SOBRE ETNÓGRAFOS RUSSOS,  
HISTORIOGRAFIA DA UNIÃO  
SOVIÉTICA E LITERATURA.

CONDUZIDA POR JOSÉ NEVES\*

Originalmente publicada como «Mirrors, Rooms, and one Very Big Building. A conversation with Yuri Slezkine on Russian ethnographers, the historiography of the Soviet Union and Literature. Interview by José Neves.» *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past* 5 (2017): 183-206.

\* Investigador do Instituto de História Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa / IN2PAST — Laboratório Associado para a Investigação e Inovação em Património, Artes, Sustentabilidade e Território e professor na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa.

Esta conversa teve lugar em Lisboa, em novembro de 2017. Yuri Slezkine foi conferencista convidado numa conferência sobre o 100.º aniversário da Revolução Russa, organizada pela Universidade Nova de Lisboa. Esta entrevista ocorreu um dia depois da sua conferência. A maior parte da conversa foi conduzida por José Neves, mas também houve outras colegas a dirigirem questões a Yuri.

**José Neves (JN):** *Muito obrigado por estar aqui connosco. Vou começar com uma curta questão biográfica. Onde é que aprendeu a falar português tão fluentemente?*

**Yuri Slezkine (YS):** Vou falar em inglês, só para que continue a pensar que falo português fluentemente, e assim não ser desmascarado. Eu estava na Universidade de Moscovo no princípio dos anos 70, quando se deu o 25 de Abril [de 1974], e centenas, talvez milhares, de soviéticos foram para as antigas colónias portuguesas em África. Não havia muitas pessoas na União Soviética que conseguissem falar português. Então, quando eu estava no meu último ano de faculdade, a estudar literatura medieval russa, soube desta oportunidade incrível: podia frequentar um curso para aprender português, estudar mais ou menos seis meses, depois ir para uma das antigas ex-colónias portuguesas e trabalhar para qualquer organização. Escolhi Moçambique e o Ministério da Marinha Mercante. Fui para a Beira e passei lá, em 1978, um ano memorável. Depois vim a Lisboa em 1982 e passei cá outro ano memorável. Passei, portanto, dois anos da minha vida a falar português. Dois dos melhores anos da minha vida. Não pratiquei nada nos últimos 35 anos, mas às vezes ouço a rádio e gosto muito. Principalmente *podcasts*.

É assim a história da minha velha mas acidentada relação com a língua portuguesa.

**JN:** *Então, passou de um país socialista para outro país socialista, da antiga União Soviética para Moçambique. Quais eram as diferenças entre um antigo e gigantesco país socialista, como a União Soviética, e uma nova nação socialista que emergia das lutas africanas contra o colonialismo?*

**YS:** Na altura não pensava nas diferenças como estando relacionadas principalmente com o socialismo. Era apenas um mundo diferente. Tudo era diferente. Era a minha primeira vez no estrangeiro, e não havia melhor maneira de estar num novo mundo, penso, do que chegar a Maputo em 1978. E é aqui que chegamos ao socialismo, porque a União Soviética que tinha deixado era um país dominado pela ironia. Toda a gente era irónica. Parecia ser o único modo ou tom possível. E ali estava eu, num país onde tanta gente tinha inclinações românticas. Muitos dos chamados cooperantes (trabalhadores voluntários), de vários países, especialmente do Brasil e da Argentina, e de certa forma os esquerdistas da Europa Ocidental, estavam lá por causa de uma ideia, por causa do socialismo. Algo que não existia realmente, não apenas para mim, mas para qualquer pessoa da comunidade soviética em Moçambique. Perguntou, pois, pela diferença. Só nesse sentido é que se lhe podia dar o mesmo nome. Ambos os países eram nominalmente socialistas, mas as respetivas visões do conceito, do ponto em que estavam em relação àquilo que devia significar o socialismo, eram completamente opostas.

**JN:** *E Lisboa? Passou aqui o ano de 1982? Tinha algum conhecimento prévio da sociedade e da cultura portuguesas?*

**YS:** Bem, aprendi um pouco, posso mesmo dizer um bom bocado, através dos amigos lusófonos e portugueses que fiz em Moçambique. Tinha lido *Os Lusíadas* na faculdade, porque fui para o Departamento de Filologia da Universidade de Moscovo, e Camões fazia parte do currículo, na tradução russa. Foi mais tarde, aqui, que eu li de facto os meus primeiros sonetos de Camões em português. Tinha lido, é claro, muita

coisa sobre a revolução, e tinha seguido de perto as notícias sobre Portugal, mas era esse o meu nível de conhecimento.

## A UNIÃO SOVIÉTICA ENQUANTO APARTAMENTO COMUNITÁRIO

**JN:** *OK. Vamos deixar Portugal e Moçambique para trás... Deixe-me apenas contar-lhe como fiquei a conhecer o seu trabalho. A minha tese de doutoramento foi sobre o modo como líderes e intelectuais comunistas portugueses, embora estivessem comprometidos com o internacionalismo, acabaram por formar e imaginar uma identidade nacional portuguesa, uma cultura e uma história nacionais portuguesas. Encontrei, durante a investigação, o seu artigo seminal sobre as políticas para as nacionalidades da União Soviética, com o título «The Soviet Union as a Communal Apartment, or: How a Socialist State Promoted Ethnic Particularism»<sup>1</sup> [A União Soviética enquanto apartamento comunitário, ou Como é que um Estado socialista promoveu o particularismo étnico]. O artigo foi publicado em 1994. Tentando dar um breve resumo para as pessoas que o desconhecem, nesse artigo descreve o modo como a União Soviética, apesar do seu carácter internacionalista, estava profundamente investida na produção de identidades nacionais, dentro da própria União Soviética. Isto foi feito através do discurso político, da etnografia, dos estudos linguísticos, e por aí adiante. O artigo foi publicado alguns anos após o colapso da União Soviética e, na altura, uma das razões avançadas para esse colapso era a atitude soviética repressiva dirigida às nacionalidades. O seu artigo colocava-se, de certa forma, contra estes pontos de vista. Na mesma altura e sobre o mesmo tema, havia trabalho relevante que estava a ser feito por outros historiadores, como o livro de Terry Martin, onde a política nacional da União Soviética era vista como uma política de ação afirmativa<sup>2</sup>. Podia então descrever-nos brevemente esse artigo?*

1 «The Soviet Union as a Communal Apartment, or: How a Socialist State Promoted Ethnic Particularism», *Slavic Review* 53, n.º 2 (1994): 414-52.

2 Terry Martin, *The Affirmative Action Empire: Nations and Nationalism in the Soviet Union, 1923-1939* (Ithaca: Cornell University Press, 2001).

**YS:** Bem, sim, o livro de Terry Martin fazia de facto parte da mesma abordagem. O ponto de vista dominante era o de que a União Soviética era um império do mal, e que uma das muitas maldades que perpetrava foi a opressão das minorias nacionais. O meu artigo defendia o oposto. Ou, melhor dizendo, descrevia a forma como o Estado soviético criou, alimentou e celebrou as particularidades nacionais. O modo como criou uma federação etnoterritorial. Quão extraordinário foi o Estado soviético, enquanto federação, e como é que de facto funcionou. Usei a metáfora do apartamento comunitário para descrever a situação em que cada república da união tinha o seu próprio quarto. A história acaba, assim, com a maior parte dos residentes a barricarem as suas portas, que davam para o corredor onde viviam os russos. O enorme corredor e a grande cozinha onde costumavam ser tomadas as decisões mais importantes, e onde estavam agora presos. Se olharmos hoje para os Estados pós-soviéticos ou pós-comunistas, são todos, sem exceção, Estados monoétnicos. Não são apenas Estados mononacionais, são explicitamente, convictamente, intensamente, tribais na representação e no entendimento que fazem de si próprios. Com uma exceção. E essa exceção é a Rússia, que, pelo menos no plano retórico, permanece, se quisermos ser antipáticos, um império, e se quisermos ser simpáticos, um Estado multinacional. Portanto, esse artigo estava efetivamente em contracorrente, em certo sentido. E houve, por isso, reações de todos os tipos. Para ser sincero, não me lembro muito bem de como é que aconteceu. Lembro-me muito mais nitidamente do meu primeiro dia em Maputo. Tinha provavelmente alguma coisa a ver com o meu primeiro livro [*Arctic Mirrors*], que era sobre pertença nacional e etnografia na União Soviética.

**JN:** *Nesse primeiro livro, que era a sua tese de doutoramento, a Sibéria foi o laboratório que investigou concretamente. Porquê a Sibéria em particular?*

**YS:** O livro abordava o povo autóctone da zona ártica da União Soviética, a sua relação com os Estados russo e soviético, e com a vida na Rússia em geral. A ideia para o livro veio, por mais incrível que pareça, da minha experiência em Moçambique. Isto porque, depois da minha

estada em Moçambique, quando acabei, mais ou menos por acaso, numa instituição de ensino superior nos Estados Unidos, queria ser historiador da África portuguesa. Mas tinha de ensinar russo para ganhar a vida e, para poder ensinar russo, tinha de estudar alguma coisa que estivesse relacionada com a Rússia. Estava amarrado à Rússia. Decidi, por isso, aplicar ao caso russo alguns dos meus interesses, que tinham a ver com a construção de impérios, colonialismo, metropolitano *vs.* autóctone, se quisermos pôr assim. Foi só então que me dei conta de que tinha crescido na União Soviética, sem ter uma ideia precisa acerca de como a Rússia se tornou tão grande. Sempre dei isso por garantido! Curiosamente, a história da expansão da Rússia para leste, a conquista da Sibéria, não faz parte da mitologia nacional russa. Está praticamente ausente dos manuais. Está praticamente ausente do cânone da ficção literária, e o cânone literário russo é a bíblia para todos os russos (ainda o é para mim). E assim estava eu, a pensar acerca do Império Português em África, ao mesmo tempo que explorava o Texas, que visitava as reservas indígenas — conduzi muito ao longo do sudoeste dos Estados Unidos e fui a algumas reservas indígenas no Arizona, no Novo México, no Texas Ocidental, e por aí afora —, lembrando-me vagamente de alguns ecos distantes de discussões semelhantes tidas na União Soviética, mas não sabia nada acerca daquela realidade. É efetivamente interessante, quando pensamos nestes dois grandes impérios, um deles no extremo ocidental da Europa, o português, o marítimo, e o outro no extremo oriental da Europa, o Império Russo, verificarmos que foram construídos na mesma altura. Raramente são objeto de comparação, mas estavam a acontecer no século XVI e principalmente no século XVII, quando a Rússia se tornou aquilo que é, a partir da Moscóvia. Em 80 anos, um punhado de gente, a maior parte cossacos, deslocou-se dos Urais para o Pacífico. Economicamente, estruturalmente, assemelha-se muito mais, digamos, com a expansão da caça para venda de peles no Canadá. Mesmo assim, lá estavam eles, ao mesmo tempo, em expansão, de formas diferentes, e em diferentes direções. A noção parecia-me interessante, e apesar de ter abandonado a ideia de uma comparação explícita, concentrei-me na história das populações caçadoras-recoletoras do Império Russo, e de como lidaram com elas uma sucessão sem fim de viajantes, guerreiros, missionários, agentes governamentais, reformistas, etnógrafos, mais tarde os

coletivizadores, e por aí adiante. Então, o que quer que se saiba acerca da Rússia, do Império Russo, da Revolução Russa, da União Soviética, imaginem-se essas coisas aplicadas a criadores de renas e caçadores de morsas. É algo peculiar. E foi isso que achei interessante, foi sobre isso que comecei a escrever, e acabou por ser o meu primeiro livro. Foi depois de abordar, por algum tempo, os problemas da diferença nacional, da diferença étnica, do nacionalismo, imaginado ou não, que escrevi o artigo que mencionou.

*JN: Falou do papel dos etnógrafos russos ao longo do século xx nesse processo, e mesmo anteriormente. Houve, durante a União Soviética e antes, intercâmbios entre a antropologia russa e a antropologia ocidental? Temos muitas vezes esta ideia de que as ciências sociais e as humanidades na Rússia dependiam da tradição marxista. Mas, no caso da etnografia e da antropologia soviéticas, havia alguma semelhança, ou mesmo ligação, com a história da antropologia e da etnologia noutros lugares?*

**YS:** Sim, absolutamente. Havia muitas ligações. Até ao final da década de 1920 e ao início dos anos 30, os antropólogos e etnógrafos russos faziam parte um mundo mais alargado dedicado ao estudo do outro, por assim dizer. A maior parte dos etnógrafos russos originais, pelo menos os mais conhecidos, começaram por ser exilados políticos. Foi na Sibéria, ou na costa ártica da parte europeia da Rússia, que eles descobriram os povos de que nunca tinham ouvido falar, e que eram, em teoria, seus concidadãos, tal como eles súbditos do czar. Alguns deles escreveram livros que foram muito influentes, muito interessantes, muito bons. Liam bastante etnologia e antropologia em francês, alemão e inglês. A etnografia foi, mais tarde, marginalizada, no contexto da Revolução Cultural, durante o primeiro plano quinquenal. As nações civilizadas tinham a história, e as outras tinham a etnografia. Isto era justo? Ia contra o sentido soviético de igualdade, de promover os interesses dos menos desenvolvidos, dos desfavorecidos e dos explorados. Viam, por isso, a etnografia e a linguística indo-europeia como sobrevivências coloniais. A etnografia foi deslocada, enquanto disciplina, para os departamentos de história. E tornou-se, durante algum tempo, a parte da história que tratava das assim chamadas sociedades comunistas primitivas. Nos anos 60 e 70 as

coisas iriam mudar, e a etnografia soviética juntou-se, em certa medida, ao mundo acadêmico internacional, ao mesmo tempo que mantinha as suas características específicas, uma das mais importantes sendo um investimento na etnicidade como algo primordial e imutável. Ou, se não imutável, pelo menos algo substancial, difícil de destruir, algo com um valor inerente.

## A HISTORIOGRAFIA DA UNIÃO SOVIÉTICA

**JN:** *Vou insistir um pouco mais na sua tese de doutoramento, mas concentrando-me agora sobre outra questão. A sua orientadora foi Sheila Fitzpatrick. O Yuri era um emigrante soviético nos Estados Unidos, e ela já era uma das figuras de proa da escola revisionista, que desafiava as posições conservadoras de alguma ciência política, bem como o chamado paradigma totalitário. Como é que foi este encontro?*

**YS:** Não foi bom [risos]. Em primeiro lugar, não fui para lá para trabalhar com essa grande historiadora da União Soviética. Fui para lá porque tinha estado a ensinar inglês à Guarda Nacional Republicana, na Costa da Caparica, e depois de várias tentativas, sem sucesso, de vender enciclopédias a donas de casa, e água filtrada a consultórios de dentistas em Lisboa, estava pronto para ir para onde quer que fosse. Tinha alguns amigos em Lisboa que se estavam a preparar para ir trabalhar, de forma mais ou menos ilegal, para a Bélgica, para a Suíça ou para França, e pensei que provavelmente iria com eles. Mas disseram-me que havia outro modo de viajar e conhecer o mundo, que era concorrer a uma universidade americana. Pensão então: *OK, se for aceite, vou para a América; se não, vou trabalhar como trabalhador manual na Bélgica, e depois logo vejo.* A primeira opção foi a que se concretizou. E eu, que nunca tinha ouvido falar de Sheila Fitzpatrick, cheguei à Universidade do Texas, e ela não gostou de mim nem um bocadinho, porque, regressando à sua questão sobre os dois tipos de socialismo, eu estava no extremo irónico do espectro, e ela estava à frente da escola revisionista. Como ela não gostou de mim, eu também não gostei dela. Mas então as coisas mudaram. É claro que mudei mais do que ela, em parte

porque era mais novo, e provavelmente mais flexível, mas também porque, como muitos dos meus compatriotas nessa altura, eu pensava que sabia tudo sobre o país no qual tinha crescido. E ali estava ela, com o seu russo cheio de sotaque. O que é que ela sabia? Passado algum tempo, dei-me conta de quão pouco sabia eu e de quão mais sabia ela. Portanto, aprendi bastante com ela, e mudei muito em consequência disso. Ela também mudou alguma coisa. Estávamos a editar, ou melhor, ela convenceu-me a coeditar um livro com ela, sobre narrativas na primeira pessoa de mulheres russas. Ela queria que eu as traduzisse para inglês, e ela escreveria uma introdução. E então, tendo já crescido um bocado, pensei: «Não.» Lembro-me de lhe ter dito que ou chamávamos ao livro *The Women that Won the Revolution* [As Mulheres Que Venceram a Revolução], e não *In the Shadow of the Revolution* [Na Sombra da Revolução], que era o título, ou então mudávamos a sua conceção<sup>3</sup>. E mudámos a conceção.

Ela estava principalmente interessada nas mulheres que ascenderam socialmente, nas chamadas *vydvizhentsy*, para quem sabe russo, as «promovidas», beneficiárias da ação afirmativa baseada na classe, as que beneficiaram do socialismo soviético, na verdade, do Grande Terror, com oportunidades de educação, e assim por diante. E a minha posição, na altura, que ainda se devia ao meu passado soviético, era a de que aquela não era a história toda. Antes disso, antes de ter conhecido Sheila, eu teria dito que aquela não era, de todo, a história. Naquela altura eu sabia que era uma história verdadeiramente importante, central, mas não era certamente a única. Acabei então por adicionar umas tantas emigrantes brancas e camponesas que tinham sofrido com a coletivização, esse tipo de coisas, para dar algum equilíbrio. Eu e Sheila acabámos por ficar amigos, e continuamos amigos até hoje. Tenho um grande respeito por ela, enquanto académica e enquanto pessoa. E para quem se interessa pela história da Rússia, da Europa Central e de Leste, o livro mais recente dela é, na minha opinião, brilhante. É a história do marido dela, enquanto parte da história da Europa de Leste entre as guerras, durante a Segunda Guerra Mundial e no período imediata-

3 Sheila Fitzpatrick e Yuri Slezkine (eds.), *In the Shadow of Revolution: Life Stories of Russian Women from 1917 to the Second World War* (Princeton: Princeton University Press, 2000).

mente a seguir. Este livro combina as suas imensas qualidades enquanto historiadora social com o afeto particular que ela tem pela sua personagem principal. É incomum enquanto trabalho de uma historiadora profissional, e acho que o resultado é excecional.

*JN: Este embate, quero dizer, este confronto, entre a chamada Escola Revisionista, da qual Sheila Fitzpatrick era uma das principais figuras, e a chamada Escola do Totalitarismo... Acha que pode ser explicado como um embate político-ideológico, mais do que científico? Referiu, por exemplo, que Sheila Fitzpatrick era uma historiadora social, ao passo que a Escola do Totalitarismo era composta principalmente por cientistas políticos e por historiadores que trabalhavam mais sobre a história política da União Soviética, mais do que sobre a história social.*

**YS:** Acho que era bastante político; talvez, acima de tudo, político. A Escola do Totalitarismo estava associada com a Guerra Fria, com determinada visão da União Soviética e com uma especial vontade de a ver relacionada de perto com a Alemanha nazi, de modo a representá-la como inimiga do «Mundo Livre», conceito que tinha sido criado no final dos anos 30. Penso que foi Fernando Rosas que referiu a sua importância para o Estado Novo, em Portugal. Por isso, era obviamente político, mas também geracional — porque as diferenças políticas/metodológicas coincidiram com uma mudança geracional. Sheila Fitzpatrick, enquanto revisionista, enquanto pessoa com simpatias pela esquerda, alguém que vinha da esquerda australiana, foi vilipendiada pelos adeptos da Guerra Fria em posições de poder. Eu nunca me tornei um revisionista, a minha agenda não era a dela, mas também não era a outra. Eu acho, de facto, que o totalitarismo pode ser, em certas ocasiões, um conceito útil, mas apenas se for aplicado ao cristianismo, ao islão e a muitos outros movimentos, para além dos nazis e dos bolcheviques.

*JN: Na verdade, «Guerra Fria» é um conceito que é usado na historiografia dos Estados Unidos, mas não tanto na da União Soviética.*

**YS:** Na União Soviética foi usado a certa altura, mas era utilizado principalmente de forma irónica. Porque, de um ponto de vista substancial,

se a Guerra Fria era um confronto entre duas formas de vida incompatíveis, dois sistemas políticos, económicos e ideológicos, então obviamente, do ponto de vista da União Soviética, tinha começado em 1917. É apenas quando é vista a partir do Ocidente que fica a parecer uma coisa que emergiu das ruínas da Europa após a Segunda Guerra Mundial.

*JN: Tenho apenas mais uma pergunta relativa à historiografia da União Soviética. Temos a Escola do Totalitarismo e depois a Escola Revisionista, mas nos últimos anos houve contribuições importantes, como a sua, que vão além desta dicotomia. Estou a pensar também no trabalho de Stephen Kotkin e na ideia do estalinismo como uma civilização<sup>4</sup>. Sheila Fitzpatrick classifica estes trabalhos como «neorrevisionistas» ou «pós-revisionistas». Pode explicar-nos resumidamente o que está aqui em jogo?*

**YS:** Há dois aspetos que são habitualmente associados aos primeiros trabalhos de Kotkin e que tiveram uma grande influência nos anos 90. Em primeiro lugar, uma atenção especial à subjetividade soviética e um enfoque na subjetividade soviética como algo, talvez, peculiar. Ou iliberal de uma forma peculiar. Jochen Hellbeck, um excelente historiador da Universidade de Rutgers, tem sido muito influente nesta abordagem. O outro aspeto é o da União Soviética como Estado-providência e o seu grau de semelhança com outros Estados modernos. Muito do trabalho de Kotkin foi influenciado por Foucault, por isso ele olhava a União Soviética como uma versão particular do animal familiar.

*JN: Disse que o conceito de totalitarismo pode mostrar-se, algumas vezes, útil, mas nunca o usa, efetivamente, nos seus trabalhos.*

**YS:** Diria que faço dele um uso irónico. E, em certa medida, de passagem, no meu novo livro, quando considero o bolchevismo uma forma de milenarismo. Nesse caso, penso que é útil.

4 Stephen Kotkin, *Magnetic Mountain: Stalinism as a Civilization* (Berkeley: University of California Press, 1995).

## DO IMPÉRIO RUSSO A *THE JEWISH CENTURY*

**JN:** *E o conceito de império? Há enormes discussões sobre se o conceito pode ser aplicado a impérios informais do século xx, como os próprios Estados Unidos. Ou se pode ser usado para acentuar as continuidades entre a Rússia, enquanto império, e a União Soviética. Em Berkeley, dirige o Instituto de Estudos Eslavos, da Europa de Leste e Euro-asiáticos, uma espécie de instituto de estudos de área sobre a Eurásia. Como é que vê este tipo de debates?*

**YS:** Bem, depende obviamente de como definimos as coisas. O problema do termo «império» é que é muitas vezes usado de forma pejorativa. Império significa muito grande e muito mau. Esta não é uma boa forma de avançar. Pode, no entanto, ser útil. Os Estados Unidos são, de acordo com a maior parte das definições, um império. Quero dizer, os impérios assumem diferentes formatos e modalidades. Quando comparados com os Estados-nações, são normalmente concebidos como tendo diversidade interna, como sendo expansivos, com diferentes estatutos legais dirigidos a diferentes grupos, e assim por diante. Acho útil, pelo menos em conversas, referir os Estados Unidos como um império. Aqui estamos nós, a falar em inglês. É uma língua estrangeira para ambos; porque estamos então a falar esta língua? Porque é o que acontece com as línguas imperiais. É por causa disso que me lembro do que me disse alguém que conheci em Moçambique, um funcionário local numa pequena cidade: «Tivemos tanto azar! Os nossos vizinhos do outro lado da fronteira foram forçados a falar uma língua europeia, mas ao menos é uma língua que é usada em todo o lado. E nós aqui em Moçambique... Porra, estás a ver, quem é que precisa do português?» Tenho ouvido isto acerca do russo, acerca do dever pesado e desagradável de aprender o russo, dito por todo o tipo de pessoas no espaço pós-comunista, pós-soviético. O russo era a língua do Império Soviético. Esse império está defunto, e o inglês é agora a primeira língua franca universal na história do mundo. Os Estados Unidos são o primeiro império verdadeiramente global, que controla as finanças mundiais, os fluxos de informação, as guerras e quase tudo o resto. E é assim, de facto, que penso na minha própria trajetória. Sou russo, e tenho sentimentos fortes em relação a

isso, mas quanto mais perto se está do centro do império, mais se sente que é onde tudo se passa. Por isso, é interessante estar lá, e faz sentido vê-lo sob este prisma.

*JN: Ao mesmo tempo, algum do trabalho que fez, alguns dos temas que abordou, são temas em movimento. Considera, de forma bastante sugestiva, que os judeus, no período entre as guerras, ou foram para os Estados Unidos ou, é claro, para o Médio Oriente, mas também para Moscovo. O seu livro *The Jewish Century* [O Século Judaico] tem alguma ligação com a sua trajetória pessoal?*

**YS:** Sim, gosto de contar essa história. Não me lembro da idade que tinha quando cheguei um dia a casa e disse ao meu pai: «O Mishka Ryzhevsky do apartamento 13 é judeu!» E o meu pai disse-me: «Bem, deixa-me dizer-te uma coisa...» Ou algo parecido. Os pais da minha mãe tinham vindo da Argentina para a União Soviética para construir o socialismo. Eram originariamente judeus polaco-lituanos e foram para Birobidzhan, república autónoma judaica na fronteira com a China, e depois para Moscovo. Mais tarde, o meu avô foi preso e libertado, foi para a guerra e foi morto, e assim a minha avó teve a sorte de ser viúva de um herói de guerra, em vez de ser mulher de um inimigo do povo. O meu pai, por seu lado, vem da nobreza. O pai dele era um escritor de ficção, mas o avô tinha sido general no exército imperial, tal como o tio-avô, o bisavô e o trisavô dele. Até onde vai o nosso conhecimento do passado, foram todos oficiais do exército, e lembro-me das fotografias dos antepassados do meu pai da minha infância, com bigodes e suíças, capacetes e dragonas, extraordinários e sofisticados. Uma maravilha de se ver. Mas o que é interessante é que, ao crescer na União Soviética, não me interessava nada pelos meus antepassados aristocratas. Tinha sentimentos fortes em relação à família da minha mãe porque estava associada com a ironia, a inteligência e a oposição. Mais tarde, quando emigrei, apercebi-me de quão russo eu era. Não restava nada de propriamente judaico, para além das memórias calorosas da minha avó e do seu mundo. No entanto, quando olho para os meus anos de liceu e de faculdade, a esmagadora maioria dos meus amigos e dos amigos dos meus pais eram etnicamente judeus. Quase todos eram antissovié-

ticos. Eram todos membros da elite intelectual soviética. Só mais tarde é que me dei conta de que era muito interessante que eles estivessem ali, judeus e anticomunistas, e quase todos eles tinham avós comunistas judeus. E então põe-se a questão: como é que se vai dos avós comunistas para os netos anticomunistas, sem que ninguém se questione sobre o que terá acontecido? Essa foi, se quiser pôr assim as coisas, uma das inspirações originais para escrever o livro. Mas a verdadeira razão é que comecei a escrever *The House of Government* [A Casa do Governo] 20 anos atrás, acerca da casa onde vivia a maior parte dos membros da elite política soviética nos anos 30, antes de serem mortos. E encontrei tantos judeus nesse edifício! E não só havia muitos judeus nesse edifício, como também agiam de maneira diferente da maior parte dos outros comunistas, no sentido em que eram mais consistentes no seu internacionalismo. Comunistas polacos ou letões podiam considerar-se ao mesmo tempo comunistas e letões ou polacos, ler Mickiewicz aos filhos, cantar canções letãs, e assim por diante. Os judeus faziam questão de não fazer nada disso. Porque internacionalismo queria dizer internacionalismo. Naquela altura não perceberam muito bem que isso queria dizer tornar-se russo, porque o russo era a língua do internacionalismo (tal como hoje o inglês é a língua da comunicação académica). Então, para concluir a resposta à sua pergunta, foi nessa altura que descobri, ou que pensei que descobri, que não houve duas grandes migrações na história dos judeus no século xx, tal como é habitualmente referido (uma para a Palestina, muito pequena mas muito politizada, e outra para a América, muito grande mas não muito politizada). Havia uma terceira! Que era também altamente politizada como a imigração para a Palestina, e tão numerosa como aquela que foi para a América. E essa foi a migração para Moscovo, para o comunismo, enorme em termos de quantidade e muitíssimo importante no princípio da história soviética. Como pode imaginar, não é uma história fácil de contar. Nem toda a gente vai gostar. Mas porquê contar histórias de que toda a gente gosta, não é? Para quê fazer isso?

*JN: Não é uma história fácil de contar também por causa da relação soviética com o antissemitismo, certo? Quero dizer, no primeiro período diria que não havia sinais de antissemitismo, mas depois da Segunda Guerra Mundial houve.*

**YS:** Mesmo antes. É difícil, precisamente porque credibiliza um dos tropos nazis mais odiosos, o do comissário judeu. Mas é verdade que a elite soviética do partido era, em grau considerável, judia. Melhor dizendo, os judeus, enquanto grupo etnorreligioso, estavam sobrerrepresentados na elite soviética, num grau muito maior do que qualquer outro grupo. E essa é uma história interessante e que valia a pena contar, parecia-me, sem rancor, sem polémicas, como uma história. Como, em certos aspetos, uma história trágica, não muito diferente daquela de *The House of Government*, acerca do idealismo que acabou mal, de certa forma. No início, o Estado soviético tinha uma política estrita de combate ao antissemitismo, e aplicou-a de forma consistente. Depois, as coisas começaram a mudar no final dos anos 30, e isso esteve relacionado com a ascensão dos nazis. Quando as opiniões de Estaline começaram a mudar, ele afastou Litvinov, que era etnicamente judeu, do cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros, e trouxe Molotov para o seu lugar. De maneira lenta mas segura, começou a purgar certas instituições, especialmente o Ministério dos Negócios Estrangeiros. Mais tarde, as coisas mudaram radicalmente, durante a guerra e logo a seguir, de uma forma que provavelmente conhece ou pode facilmente imaginar, e atingiu o seu pico com a criação de Israel, momento em que os judeus, que não tinham sido visados durante o Grande Terror como foram os polacos, os alemães, os letões e muitos outros, se tornaram um alvo. Por outras palavras, juntaram-se às nacionalidades que eram consideradas potenciais quintas-colunas dentro da União Soviética. Foi então que Estaline lançou a sua campanha antisemita, que não durou muito tempo. Acabou, mais ou menos, com a morte dele, mas certas restrições à ascensão dos judeus regressaram nos anos 60 e permaneceram até ao fim da União Soviética. Mesmo assim os judeus eram, seja qual for o critério, o grupo etnorreligioso mais bem-sucedido na União Soviética, em termos de quantidade de doutoramentos, profissionais, pessoas com formação universitária, membros da elite intelectual, artística, científica, e assim por diante. Mas a sua mobilidade contínua e a sua presença na elite foram restringidas por um Estado soviético que fez questão de promover outros. E isso resultou, é claro, numa grande dose de amargura e infelicidade.

## A CONSTRUÇÃO DE *THE HOUSE OF GOVERNMENT*

**JN:** *Disse que esteve a trabalhar neste novo livro, The House of Government, durante mais de 20 anos. Imagino que tenha havido várias razões para isto ter acontecido: problemas teóricos, problemas metodológicos, etc. Mas também, ao mesmo tempo, a escrita em si deve ter sido um enorme desafio. É uma saga, certo? Uma espécie de epopeia. Onde as personagens têm um papel relevante. Mas, por outro lado, usa personagens históricas bem conhecidas, como Bukharin, e personagens que não são tão conhecidas. E usou muitas fontes diferentes.*

**YS:** A ideia era combinar pelo menos três planos. Por um lado, é um conjunto de histórias de família. É sobre indivíduos e famílias particulares que se mudaram para aquela casa, viveram naquela casa e morreram depois de serem expulsos daquela casa. É uma história. E não eram umas famílias quaisquer, eram as famílias dos fundadores do Estado soviético. Os revolucionários originais. Depois há a história da literatura soviética e da sua tentativa de mitificar essa experiência, de representar o seu significado mais profundo, de representar a vida daquelas pessoas através de metáforas, de enredos específicos, etc. E o terceiro plano é o que tem a ver com o milenarismo. As várias fases da história de uma seita, o seu sucesso inicial, como se desilude e como tem de lidar com essa desilusão, tal como todas as seitas milenares. Tentei ligar estes três planos, fazê-los intersetar de vários modos. Através destas personagens, através de alguns enredos literários, através de referências e metáforas, e através de um prisma analítico específico, que tem a ver com a história dos movimentos milenares. É esta a história do livro.

\*

**JN:** *Vou agora abrir o espaço para questões vindas de outros colegas.*

**Luís Trindade:** *Pode dizer-nos um bocado mais acerca da questão do género literário? Porquê a saga? Porque é que sentiu que a saga era a forma narrativa apropriada para contar a sua história, e está isso de alguma forma relacionado com as tradições literárias russas?*

**YS:** Está. Vocês não teriam de segurar agora este livro monstruoso se eu me tivesse ficado pelo meu plano original, que era o de escrever algo estruturalmente semelhante a um romance compacto — um livro baseado em factos, um trabalho inteiramente de história, mas concebido e estruturado como um romance, organizado em torno da unidade de espaço, um dispositivo convencional. Tenho uma epígrafe de Georges Perec, alguns de vocês se calhar conhecem-no como o autor de *La Vie — Mode d'emploi* [*A Vida — Modo de Usar*], a história de um edifício residencial. Mas pensei então que não podia fazer isso sem introduzir as minhas personagens num período muito anterior das suas vidas. Elas mudaram-se para a Casa do Governo quando já tinham quarenta e tal anos, no caso dos homens, trinta e tal, no caso das mulheres. Pensei que o leitor não poderia compreender o destino destas pessoas se eu não começasse muito antes, e fizesse com que o leitor as seguisse durante todo o caminho, do momento da conversão até às suas mortes. Desse modo, foi no processo de escrita que me dei conta de que estava a trabalhar em algo muito maior do que um romance, de modo geral, e que era uma epopeia ou uma saga. Quando falo em saga, quero dizer a história de várias famílias, através de várias gerações, com uma história viva como pano de fundo. E acabou por ser isso. E, claro, a literatura russa é particularmente rica neste género. *Guerra e Paz* teve tanta influência no cânone russo e na tradição literária, e podemos pensar em outros, como *Vida e Destino*, de Vassily Grossman, ou mesmo *O Arquipelago do Gulag*, e o trabalho interminável de Soljenitsin sobre a Primeira Guerra Mundial e a Revolução. E há mais. Então, de certa forma, e para ser verdadeiramente honesto consigo, a certa altura decidi que ia escrever algo que se assemelhava a um desses volumosos romances russos, e que deixaria que se desenvolvesse nesse sentido. E devia mesmo tê-lo escrito em russo. Fiz muitos erros na minha vida, e um deles foi escrever este livro na língua errada. Estou agora a corrigi-lo, mas olhem só para a dimensão! É muito peculiar, publicar primeiro a tradução e produzir depois o original.

**Ricardo Noronha:** *Pensa que o facto de esta elite do governo bolchevique se ter mudado para a Casa do Governo no início dos anos 30, creio, pode servir, de certa forma, como uma metáfora para o estreitamento da*

*estrutura de poder na União Soviética? Onde estavam eles antes? Estavam espalhados?*

**YS:** Estavam espalhados pela baixa de Moscovo. Tinham vivido em vários hotéis no centro de Moscovo, convertidos em dormitórios para os funcionários do partido. E aquele edifício tornar-se-ia a sua casa. A sua primeira casa. E isso era algo muito controverso e um grande desafio. Porque, o que é um lar para comunistas? Para pessoas que tinham sido nómadas toda a sua vida antes disto. Podem os comunistas ter um lar? E, se sim, deve parecer-se com o quê? Vai encontrar no livro, se o ler, que se debateu muito acerca da compatibilidade das famílias com o comunismo, da compatibilidade dos apartamentos familiares com a construção do socialismo, e assim por diante. Que aquele edifício iria ser o primeiro de muitos. Era o protótipo da domesticidade comunista. No entanto, era, antes de mais, um compromisso. Não era completamente comunitário, não era bem completamente «burguês». E permaneceu o único. Isto é, se quiser, uma ótima metáfora. Que era para ter sido um de muitos mas permaneceu o único. E que seria verdadeiramente especial, e acho que não há uma única pessoa na Rússia que não o ache extremamente feio. O que também, provavelmente, encaixa na mesma metáfora.

**JN:** *Tenho uma pergunta relacionada com o edifício. As pessoas que passeiam hoje por Moscovo têm alguma ideia do papel que o edifício desempenhou? Qual é a memória da União Soviética na Rússia de hoje?*

**YS:** Bem, toda a gente conhece este edifício. Não por minha causa, mas por causa de Yuri Trifonov, um excelente escritor, e da sua novela *The House in the Embankment* [A Casa Junto ao Cais]. Toda a gente na Rússia a conhece como «A Casa Junto ao Cais» e pensa na novela de Trifonov. O meu livro é secundário em comparação com o de Trifonov. Se já tiverem Camões como o vosso poeta nacional, então, mesmo que sejam o Fernando Pessoa, não podem reclamar o título, porque ele já está tomado. Então, Trifonov está lá em cima e o meu livro estará ao lado dele a imortalizar aquele edifício e aquela experiência [risos]. Mas continua a ser um edifício para as elites. Como disse, ninguém gosta dele,

mas é apreciado pela sua localização, porque lá está ele, numa ilha, com janelas largas e uma tremenda vista para o Kremlin. Uma vista celestial, especialmente à noite, quando está iluminado. E depois há a vista para a Catedral de Cristo Salvador, que é qualquer coisa. Não sei quantos de vocês é que sabem, mas era a maior igreja da Rússia, e foi demolida por ordem de Estaline para dar lugar ao Palácio dos Sovietes, que devia ser o maior edifício público de todos os tempos e que nunca foi construído. Como metáfora, é quase demasiado óbvia. Passaram vários anos a tentar construí-lo, depois desistiram e transformaram-na na maior piscina ao ar livre do mundo. Então a piscina foi esvaziada, e a catedral restaurada, num dos primeiros atos simbólicos do regime pós-comunista. Seja como for, lá está ele, a lançar o seu olhar sobre o Kremlin e a Catedral do Cristo Salvador, com alguns descendentes dos residentes originais, não muitos, e vários outros tipos de elites: novos empresários, correspondentes estrangeiros. Lembro-me de lá ter ido pela primeira vez quando era estudante universitário. Já agora, outra coisa acerca dele que toda a gente sabe é que está coberto com placas memoriais, tal como um velho par de calças está coberto de remendos. Fulano viveu neste edifício, Sicrano viveu neste edifício. Parece uma armadura. É um grande edifício, mas houve muitos Fulanos e Sicranos a viver lá. E agora que as pessoas vão ler o meu livro, vai haver peregrinações! Vão levar o meu livro, ou talvez a versão eletrónica, olhar para ele e dizer: «Foi aqui que Fulano saltou da janela.»

**André Dias:** *Tenho duas questões. No final da sessão de ontem, um professor de ciências musicais desta faculdade, Mário Vieira de Carvalho, disse que os bolcheviques eram conservadores no que toca às artes, que prolongaram a tradição. Mas o milenarismo deve constituir, supostamente, uma rutura com o passado. A outra questão diz respeito à sua relação com a literatura. Tem a ver, obviamente, com a sua formação, e menciona-o várias vezes, e em The House of Government presta-lhe uma atenção especial. Mas não identifiquei a menor referência ao cinema. Pergunto-me se, de um ponto de vista metodológico, como historiador, tem uma relação diferente com estes dois materiais, com estes dois tipos de documentos.*

**YS:** Antes de mais, sobre a questão da rutura. Penso que é verdade que muitos dos chamados velhos bolcheviques não tinham uma grande simpatia pela vanguarda. Também é verdade que, durante a revolução, durante a guerra civil e nos anos 20, era a vanguarda que mandava. Foi assim que se concebeu a maior parte dos edifícios comunitários. Metade da Casa do Governo era assim. A relação não era, efetivamente, clara. Mas havia diferentes tipos de milenarismo. As expectativas das pessoas em relação ao fim do mundo tal como o conhecemos e à vinda de algo completamente diferente expressaram-se de formas muito diferentes. A maior parte dos artistas, realizadores, encenadores, pintores, etc., de vanguarda eram mais novos do que os meus protagonistas, e provinham de um *milieu* diferente. Muitos juntaram-se mais tarde à revolução. Mas foram eles que a mitologizaram, que a descreveram, e tornaram-se muitíssimo importantes na história da Revolução Russa. Acerca da sua segunda questão, trata-se de algo que é, mais uma vez, em parte deliberado, em parte não. A parte que não é deliberada é que o edifício tem o teatro, que ainda lá está, e um cinema, que também ainda lá está. E encontrei um arquivo excecional que cobre a vida desse teatro. É uma das minhas histórias favoritas do livro, a deste teatro e do seu interessantíssimo diretor. Imagine o edifício, que já é em si um tipo de palco, e dentro desse edifício há um palco de teatro. Mas não encontrei o arquivo do cinema. Quer dizer, ele está lá, mas não tem quase nada. Assim, é em parte por essa razão que um livro como o meu é diferente de uma verdadeira saga, ou de uma epopeia, no sentido em que não posso inventar nada. Ou encontro as coisas ou não as encontro. Se tivesse o talento e o desejo de escrever um trabalho de ficção, não me teria levado 20 anos. Mas não me vou queixar, é demasiado tarde agora. Mas também há uma parte deliberada. Não fiquei propriamente destroçado por não ter encontrado um bom arquivo sobre a história da sala de cinema. Porque o cinema não desempenhou um papel importante na vida destas pessoas, e porque eu não estava a realizar um filme, mas sim a escrever um livro. Dito de outro modo, há duas razões. Uma é que, para as minhas personagens, não havia nada mais importante, para além do comunismo, do que a literatura. Foi assim que se conheceram. Era o que eles faziam na prisão. Era o que eles faziam no exílio. Era assim que entendiam as suas vidas. Através da leitura. E foi assim que criaram os seus filhos.

A literatura é uma personagem central deste livro. E, em segundo lugar, eu estava a escrever e queria estabelecer uma ligação entre aquilo que estava a escrever e aquilo que eles estavam a ler e a escrever.

**Anónimo:** *No seu primeiro estudo, The Arctic Mirrors [Os Espelhos Árticos], escreveu acerca das grandes discussões entre os etnógrafos soviéticos, acerca da etno-história, a Escola de Bromlei, e assim por diante. Depois escreveu um artigo sobre políticas nacionais na União Soviética, e teve uma repercussão enorme. Considera que isso se deveu, em parte, ao facto de que a maior parte dos soviétólogos não tinha estudado as escolas de etnografia soviética? É certo que usaram, algumas vezes, materiais dos etnógrafos relativamente aos povos de pequena dimensão, à situação no Cáucaso, na Ásia Central, mas não estudaram as teorias que esses etnógrafos estavam a discutir.*

**YS:** Penso que tem, provavelmente, razão. Acho que foi uma surpresa, em parte por essa razão. Não se prestava atenção a alguns desses debates. E em parte porque, durante muito tempo, ninguém se interessou pela componente étnica da experiência soviética, pelo menos os historiadores da União Soviética a trabalhar no Ocidente. As únicas pessoas interessadas nisso eram quem defendia uma causa nacional particular. Assim, e até certo ponto, os poucos livros que estavam a ser produzidos acerca das nacionalidades não russas eram escritos por representantes dessas nacionalidades, nos quais a sua sorte era invariavelmente considerada única e particularmente difícil. A existência do Estado soviético e da sua forma etnoterritorial específica era dada como garantida, e poucas pessoas se perguntavam como efetivamente se formou e como adquiriu aquela forma específica. Como é que o mais universalista dos movimentos (se não gosta da palavra «seita») do século xx criou a primeira federação etnoterritorial da História? Se pensarmos nisso, não faz sentido. Esse foi o meu incentivo inicial para escrever o artigo. E apanhou as pessoas de tal forma de surpresa que, 23 anos depois, é o artigo mais descarregado na história da *Slavic Review*. Ainda é surpreendente, para algumas pessoas. Porque, sabe, é suposto a União Soviética ter sido má e o Império Russo ter sido uma prisão das nações. E a União Soviética também foi supostamente uma prisão, e se calhar foi o que acabou por

ser dependendo da parte do império que estamos a observar e de quais os critérios usados. Mas permanece o facto de que internacionalistas convictos, que desprezavam o nacionalismo, construíram o seu Estado em torno da etnicidade. E essa foi a história que me pareceu importante, interessante e essencial. Foi essa história que tentei contar no artigo.

**JN:** *E como é que o seu argumento foi recebido e discutido entre os académicos dos novos Estados-nações, da Ucrânia, da Letónia, etc.? O seu argumento foi bem recebido?*

**YS:** Bem, agora sim. Houve, no início, pessoas bastante descontentes. Porque, sabe, se estamos a lutar contra o colonialismo soviético e vem alguém dizer-nos que foi o Estado soviético quem de facto criou essas nações, não vamos ficar contentes. Mas diria que agora se tornou aceite. O presidente Putin não leu o meu artigo, mas essa é, sem dúvida, a sua maior objecção ao Estado soviético. A de ter criado a estrutura que resultaria eventualmente na criação de um punhado de Estados-nações. É isso que é importante para ele. E não apenas para ele. Deixou efetivamente 25 mil russos, num punhado de Estados mono-étnicos, na posição de cidadãos de segunda classe. O que, está a ver, não é um assunto politicamente correto para se abordar, mas é um facto, e penso que vai continuar a influenciar as políticas naquela parte do mundo.

**Ricardo Noronha:** *Voltando ao edifício, quando a Casa do Governo se encontrava a ser construída, estava a liderança soviética a seguir alguma espécie de precedente? Viam o Kremlin como uma inspiração? Tenho a ideia que o Partido Comunista da China se apropriou da Cidade Proibida com os mesmos propósitos, mas não estou certo. Havia então um paradigma prévio que estivessem a seguir? E inspirou soluções semelhantes noutros países socialistas?*

**YS:** Sim, certamente que inspirou. Teve descendentes, mas não antepassados óbvios. O arquiteto tinha viajado até aos Estados Unidos e admirava alguns arranha-céus. Mas ele ligaria essa experiência ao seu projeto seguinte, o Palácio dos Sovietes. Não há nenhuma referência à utilização desse modelo na construção da Casa do Governo. Houve,

ao longo dos anos 20, vários debates entre arquitetos, e outros, acerca da vida comunitária e dos edifícios comunitários, e sobre o seu significado. Como já referi, a família é a instituição mais difícil, e não há claramente nada pior do que a família quando se trata de reproduzir desigualdades, hierarquias, nepotismo e corrupção. A família é uma fonte inesgotável de todas estas coisas. Se se quiser construir uma sociedade fundada na igualdade, tem de se destruir a família. Porque, não sei quanto a si, mas eu prefiro o meu filho aos filhos das outras pessoas. E façam o que me fizerem, nada mudará este facto básico. E quando me casei com a minha mulher, fiz a promessa de discriminar todas as outras mulheres em proveito dela. Os bolcheviques estavam cientes disto. Não eram tão bons a pensar nestas coisas como alguns cristãos, mas sabiam que era aí que estava o problema. E os arquitetos discutiam fervorosamente sobre tudo isso. É paradoxal mas verdadeiro que, na sociedade coletivista, era de indivíduos que se tratava. Porque, para criar novas coletividades, tem de se romper com as anteriores. Basicamente, qualquer grupo de soviéticos se podia transformar num coletivo com significado. O que significa que primeiro havia que criar indivíduos intercambiáveis. Foi este o pensamento que presidiu à conceção daqueles edifícios comunitários. Mas ninguém queria mesmo viver lá, as pessoas que estavam a construir a União Soviética seguramente não queriam. Então, acabaram por ficar em apartamentos familiares e sabiam que estavam a viver uma mentira, em certo sentido. Uma das coisas que digo e de que nem toda a gente gosta é que eles eram culpados. Não eram culpados daquilo que eram acusados, mas muitos sentiam-se culpados porque ali estavam eles, a viver vidas burguesas, no que lhes dizia respeito, em apartamentos burgueses, no seio de famílias. E o que fazem as famílias? Alguém dizia ontem que «revolução» significa «esperança», e que não devemos abandonar a esperança, devemos continuar a mudar e a reformar as coisas. Muito bem. Tudo o que digo é que há um limite para o quanto nos podemos transformar. O facto de preferirmos o nosso filho aos filhos das outras pessoas não é um ponto a favor da irmandade universal.

*JN: Uma última questão: quais são os seus planos de futuro no que diz respeito ao trabalho académico?*

**YS:** O meu plano para o futuro é, antes de mais, acabar a versão russa do trabalho da minha vida. Escrever o original. E depois reformar-me e viver em Portugal, juntando-me a todos aqueles ingleses e neerlandeses que vivem aqui, só que o meu português é melhor, penso. Para minha vergonha, ainda não li nada de António Lobo Antunes, por exemplo, por isso há muita coisa de que tenho de me pôr a par [*risos*].

**JN:** *Obrigado a todos, e obrigado a Yuri Slezkine.*

**AS CASAS  
DOS SOVIETES**

foi composto em caracteres MinionPro e Syntax,  
e impresso pela Gráfica 99, em papel Munken  
Pure de 100g, no mês de Janeiro de 2024.



Os edifícios desempenharam um papel importante na história soviética, desde o assalto ao Palácio de Inverno, em outubro de 1917, até à defesa da Casa Branca de Moscovo, durante a tentativa de golpe de estado de 1991. Nos anos 30, os «Velhos Bolcheviques» mudaram-se das «Casas dos Sovietes», antigos hotéis onde viviam de forma mais ou menos comunitária, para a «Casa do Governo», um grande edifício onde residiam em apartamentos de família, rodeados por guardas e criadas. E não foi só de edifícios realmente existentes que se fez a história da URSS, a qual se assemelhava a um grande apartamento comunitário. Esta coletânea inclui um artigo seminal sobre a União Soviética como uma federação multinacional, na qual diferentes repúblicas nacionais ocupavam quartos semiautónomos, seguindo-se um ensaio sobre a relação entre o amor jovem, os «Velhos Bolcheviques» e a domesticidade a que se viram condenados. Termina com uma conversa sobre as casas soviéticas, a historiografia sobre a URSS e o percurso do próprio Yuri Slezkine.

YURI SLEZKINE nasceu na Rússia em 1956. Viveu em Moçambique e em Lisboa no final dos anos 70 e início dos anos 80, antes de partir para os EUA, onde se tornaria historiador. É Professor Emérito Jane K. Sather na Universidade da Califórnia, Berkeley, e autor de *The House of Government: A Saga of the Russian Revolution* (Princeton University Press, 2017), *The Jewish Century* (Princeton University Press, 2004) e de *Arctic Mirrors: Russia and the Small Peoples of the North* (Cornell University Press, 1994).